



**PRISCILLA MARA BERMUDES ARAUJO**

Dispositivos normativos e ensino sobre integridade em pesquisa na perspectiva da política de informação nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil

**Tese de doutorado  
Fevereiro de 2025**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO - ECO  
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IBICT  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - PPGCI

**PRISCILLA MARA BERMUDES ARAUJO**

Dispositivos normativos e ensino sobre integridade em pesquisa na perspectiva da política de informação nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil

Rio de Janeiro  
2025

# **PRISCILLA MARA BERMUDES ARAUJO**

Dispositivos normativos e ensino sobre integridade em pesquisa na perspectiva da política de informação nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Comunicação, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Henrique de Araújo Freire

Rio de Janeiro

2025

**CIP - Catalogação na Publicação**  
**Elaborada pela Bibliotecária Priscilla Mara Bermudes Araujo**

A663d

Araujo, Priscilla Mara Bermudes.

Dispositivos normativos e ensino sobre integridade em pesquisa na perspectiva da política de informação nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil / Priscilla Mara Bermudes Araujo. -- Rio de Janeiro, 2025.

191 f.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Henrique de Araújo Freire.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola da Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2025.

1. Integridade em pesquisa. 2. Ética em pesquisa. 3. Dispositivo normativo. 4. Ensino. 5. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Brasil). 6. Comunicação científica. 7. Política de informação. I. Freire, Gustavo Henrique Araújo (orient.) II. Título.

## **PRISCILLA MARA BERMUDES ARAUJO**

Dispositivos normativos e ensino sobre integridade em pesquisa na perspectiva da política de informação nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Comunicação, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2025

---

Prof. Dr. Gustavo Henrique de Araújo Freire - Orientador  
PPGCI-IBICT/UFRJ

---

Prof. Dr. Guilherme Ataíde Dias – membro titular externo  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

---

Dr. Edilson Damasio – membro titular externo  
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

---

Profa. Dra. Liz-Rejane Issberner – membro titular interno  
PPGCI-IBICT/UFRJ

---

Prof. Dr. Luis Fernando Sayão – membro titular interno  
PPGCI-IBICT/UFRJ

---

Profa. Dra. Eula Dantas Taveira Cabral – membro suplente externo  
Fundação Casa Rui Barbosa (FCRB)

---

Prof. Dr. Fábio Gouveia - membro suplente interno  
PPGCI-IBICT/UFRJ

## DEDICATÓRIA

Dedico esta tese aos imensos e infinitos  
amores da minha vida,  
meu amado filho, Rafael Bermudes,  
minha amada vovó Marina (*in memoriam*),  
minha querida mamãe,  
meus amados cachorros Snoopy,  
Lady (*in memoriam*) e Dolly (*in memoriam*)

## AGRADECIMENTOS

A Deus e a toda Corte Celestial – especialmente, São Jorge, São Jerônimo, São Rafael e Nossa Senhora Aparecida - pela força, Luz e sabedoria, primordiais para guiarem os meus caminhos rumo à conclusão desta tese;

Ao maior e eterno amor da minha vida, meu maravilhoso e amado filho, Rafael Bermudes, meu motivo de viver e de inspiração para concretizar todos meus objetivos de vida. O seu amor incondicional e absoluto, companheirismo, compreensão às horas dedicadas à tese, apoio e incentivo constantes foram essenciais nessa trajetória acadêmica e em todas as situações do dia a dia, sem ele não teria conseguido concluir a tese;

À minha Rainha e amada, vovó Marina (*in memoriam*), pelo imenso e eterno amor. Seu apoio, incentivo, bondade, sapiência e experiência de vida representaram aporte imprescindível para ingressar no Doutorado e concluir minha tese. A conclusão desta pesquisa representa uma forma de honrar sua memória e agradecer todo seu amor dedicado a mim e a meu filho;

À minha querida, amiga e amada mamãe, Denize Bermudes, por seu grande amor e constante incentivo na minha formação escolar e acadêmica, começando nos meus primeiros escritos. Seu apoio e encorajamento foram fundamentais para superar os obstáculos e conseguir obter êxito em todos os âmbitos da vida;

Ao meu fiel cãopanheiro, Snoopy Bermudes, sempre a meu lado, em todos os momentos, inclusive enquanto escrevia a pesquisa, insistentemente permanecia junto a mim, demonstrando seu incontestado amor e gratidão por tê-lo acolhido das ruas;

À minha eterna e fiel cãopanheira, Lady (*in memoriam*) sua passagem pela Terra, mostrou o significado do amor sincero, genuíno e da gratidão, no qual guardarei para sempre em meu coração;

Ao meu querido pai, Rogério, por seu apoio e amor que foram incentivos substanciais ao longo do meu Doutorado e estímulo para meus percursos da vida;

Ao meu ilustre e querido orientador, Prof. Gustavo Freire, sou imensamente grata por suas brilhantes orientações, em acreditar no meu potencial e sempre me incentivar na minha pesquisa. Acolheu-me de braços abertos em um dos momentos mais difíceis da tese, assumindo a orientação, quando a minha orientadora anterior,

Profa. Eloísa Príncipe, fez sua passagem da vida terrena à espiritual;

À minha estimada anterior orientadora, Profa. Eloísa Príncipe (*in memoriam*), que aceitou orientar minha pesquisa, constantemente me incentivava a buscar novos conhecimentos e exigia meu intenso empenho para produzir a tese;

À banca examinadora, Prof. Guilherme Ataíde, Dr. Edilson Damásio, Profa. Liz-Rejane, Prof. Luis Sayão e aos suplentes Profs. Eula Dantas e Fábio Gouveia que aceitaram participar e colaborar na defesa da minha tese, meus grandes agradecimentos;

Aos professores do PPGCI-IBICT/UFRJ, em especial, à Profa. Rosali Fernández (minha orientadora de Mestrado), aos Profs. Luis Sayão e Marco Schneider, por seus importantes ensinamentos nas aulas ministradas;

Aos queridos colegas conquistados no PPGCI que remontam desde a época do Mestrado, especialmente, Raymundo Neves, Bruno Nathansohn, Rosale Mattos, Alexandre Marcolino, Luís Borges, Marianna Zattar, João Caribé e Carla Viola, pela amizade, apoio e incentivo direta ou indiretamente que contribuíram na minha trajetória do Doutorado;

Aos meus estimados colegas do IBICT, em especial, à Janete Dezidério, Rosali Fernández, Liz-Rejane, Miguel Ángel Márdero (meu coorientador de Mestrado), Wânia Rodrigues, Selma Santiago, Adriano Motta, Hélia Chaves, Davilene Chaves, Gustavo Saldanha e Vera Lúcia, pelo apoio e coleguismo, meus agradecimentos;

Aos meus adoráveis amigos, D. Ilda, D. Marilena Berbert, Tatiana Amaral, Fábio Cordeiro (meu cumpadi), Suzelayne Eustáquio, Gleidston Oliveira, Sérgio Heathrow (*in memoriam*), Maria Lúcia Machado, Denise Fernanda, Eduardo Caldas, Flávia Camargo e Christian Borges, pela fraterna amizade, apoio e palavras de conforto para que enfim, conseguisse concluir minha tese, a vocês, meu carinho e amizade;

Ao anterior Coordenador da COEPI e do PPGCI, Prof. Gustavo Saldanha, por seu imenso apoio, compreensão e solidariedade, contribuindo para que conseguisse meu afastamento e, assim, poder me dedicar exclusivamente à produção e conclusão da tese, muitíssimo obrigada;

À anterior Diretora do IBICT, Cecília Leite, por seu importante apoio e generosidade, auxiliando também para que obtivesse meu afastamento, meus sinceros agradecimentos;

Ao atual Coordenador da COEPI, Prof. Ricardo Pimenta, por seu incentivo e compreensão, durante o período do meu afastamento para o doutorado; muito obrigada.

Aos meus queridos médicos, Mônica Cristina Pires e Paulo Maultasch, por orientarem e cuidarem da minha saúde física e mental, seus auxílios foram fundamentais para a conclusão do meu doutorado, muitíssimo obrigada;

Ao atual governo federal brasileiro, por acreditar na ciência, investindo nas universidades públicas, no fomento à ciência e tecnologia, incentivando a excelência na qualidade do ensino e da pesquisa, indispensáveis para a formação do indivíduo e progresso em todos os âmbitos da sociedade brasileira, meus imensos agradecimentos.

## EPÍGRAFE

“Quando o homem aprender a respeitar até o menor ser da criação, seja animal ou vegetal, ninguém precisará ensiná-lo a amar seu semelhante.” Albert Schweitzer (Nobel da Paz de 1952)

“Nós vos pedimos com insistência: Nunca digam – isso é natural!

Diante dos acontecimentos de cada dia,  
numa época em que corre o sangue.

Em que o arbitrário tem força de lei.

Em que a humanidade se desumaniza.

Não digam nunca: Isso é natural, a fim de nada passe por imutável.”

Bertolt Brecht

“O errado não deixa de ser errado só porque a maioria concorda e participa.” Leon Tolstói

“[...] Em outras palavras, não é a minha arrogância intelectual a que fala de minha rigorosidade científica.

Nem a arrogância é sinal de competência, nem a competência é causa de arrogância. Não nego a competência, por outro lado,

de certos arrogantes, mas lamento neles a ausência de simplicidade que, não diminuindo em nada seu saber, os faria gente melhor. Gente mais gente.” Paulo Freire

## RESUMO

ARAÚJO, Priscilla Mara Bermudes. *Dispositivos normativos e ensino sobre integridade em pesquisa na perspectiva da política de informação nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil*. 2025. 192 f. Orientador: Prof. Dr. Gustavo Henrique de Araújo Freire. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2025.

Aborda os dispositivos normativos e o ensino sobre integridade em pesquisa nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCIs) brasileiros, com o objetivo de investigar as políticas de informação sobre integridade em pesquisa adotadas pelos PPGCIs brasileiros no que tange à formação e ao estabelecimento de uma cultura de integridade em pesquisa nesses âmbitos. A parte teórica desta tese fundamenta-se nos estudos referentes à ética, má conduta científica, integridade em pesquisa, iniciativas e dispositivos normativos internacionais e nacionais, além do ensino sobre integridade em pesquisa em suas diversas facetas e tendências. Trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória que mostra a contextualização temática e do campo empírico a partir da análise documental. Para a coleta e análise de dados, a investigação adota a metodologia qualitativa utilizando a técnica de observação direta e a produção de fichamentos aplicados com foco na identificação, caracterização e disponibilização dos dispositivos normativos sobre integridade em pesquisa nos *sites* dos PPGCIs e do ensino sobre a integridade em pesquisa tendo como base a oferta de disciplinas nos currículos acadêmicos dos PPGCIs. Os resultados apresentam o atual panorama da integridade em pesquisa nos PPGCIs brasileiros e desvelam a necessidade veemente de implementar ações voltadas para a integridade em pesquisa nesses Programas. Conclui que as políticas de informação pertinentes à integridade em pesquisa nos PPGCIs do Brasil não são suficientes, tornando-se necessário incentivar e conscientizar tais PPGCIs acerca a importância dessa temática para o arraigamento de uma cultura de integridade em pesquisa baseados na conduta responsável da pesquisa nos seus ambientes.

**Palavras-chave:** integridade em pesquisa; ética em pesquisa; dispositivo normativo; ensino; cultura de integridade em pesquisa; conduta responsável na pesquisa; política de informação; Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Brasil).

## ABSTRACT

ARAUJO, Priscilla Mara Bermudes. *Dispositivos normativos e ensino sobre integridade em pesquisa na perspectiva da política de informação nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil*. 2025. 192 f. Orientador: Prof. Dr. Gustavo Henrique de Araújo Freire. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2025.

This thesis concerns about normative documents and teaching on research integrity in Brazilian Postgraduate Programs in Information Science (PPGCIs), with the objective of investigating the information policies on research integrity adopted by Brazilian PPGCIs regarding the formation and establishment of a research integrity culture in these areas. The theoretical part of this thesis is based on studies related to ethics, scientific misconduct, research integrity, international and national initiatives and normative documents, in addition to teaching research integrity in its various facets and trends. This is a descriptive and exploratory research that shows the thematic contextualization and the empirical field based on documentary analysis. For data collection and analysis, the investigation adopts the qualitative methodology using the direct observation technique and the production of records applied with a focus on the identification, characterization and websites available of normative documents on research integrity of the PPGCIs and the teaching on research integrity based on the offering of disciplines in the academic curricula of the PPGCIs. The results present the current panorama of research integrity in Brazilian PPGCIs and reveal the urgent need to implement actions aimed at research integrity in these Programs. It concludes that the information policies pertinent to research integrity in PPGCIs in Brazil are not sufficient, making it necessary to encourage and raise awareness in these PPGCIs about the importance of this issue for the establishment of a research integrity culture based on responsible conduct of research in their environments.

**Keywords:** research integrity; ethics research; normative document; teaching; research integrity culture; responsible conduct of research; information policy; Postgraduate Program in Information Science (Brazil).

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|  |            |
|--|------------|
| <b>Figura 1</b> - Problemas éticos mais típicos na comunicação científica.....   | <b>49</b>  |
| <b>Gráfico 1</b> - PPGCIs brasileiros e a disponibilização de dispositivos normativos acerca da integridade em pesquisa nos seus <i>sites</i> .....  | <b>113</b> |
| <b>Gráfico 2</b> - PPGCIs brasileiros e a oferta de disciplina(s) sobre integridade em pesquisa ou temática congênera.....   | <b>117</b> |
| <b>Gráfico 3</b> - Abordagens mais evidenciadas nas disciplinas sobre integridade em pesquisa oferecidas nos PPGCIs brasileiros.....   | <b>125</b> |
| <b>Gráfico 4</b> - Elementos acerca da integridade em pesquisa adotados concomitantemente nos PPGCIs brasileiros.....  | <b>129</b> |
| <b>Gráfico 5</b> - PPGCIs que não adotam dispositivos normativos e ensino de disciplinas sobre integridade em pesquisa ou conteúdo congênera.....  | <b>131</b> |
| <b>Gráfico 6</b> - Panorama dos PPGCIS brasileiros sobre dispositivos normativos acerca da integridade em pesquisa em seus <i>sites</i> e ensino de disciplinas referentes a essa temática ou similar..... | <b>132</b> |

## LISTA DE QUADROS

|   |            |
|---|------------|
| <b>Quadro 1</b> - Valores da conduta responsável da pesquisa.....   | <b>23</b>  |
| <b>Quadro 2</b> - Problemas de má conduta científica no ambiente de ensino remoto.....  | <b>47</b>  |
| <b>Quadro 3</b> - Tipologias de plágio mais comuns no meio acadêmico.....   | <b>51</b>  |
| <b>Quadro 4</b> - Direitos morais e direitos patrimoniais do autor.....   | <b>60</b>  |
| <b>Quadro 5</b> - Responsabilidades basilares dos pesquisadores e das instituições científicas para a integridade em pesquisa.....        | <b>70</b>  |
| <b>Quadro 6</b> - Principais dispositivos normativos brasileiros sobre integridade em pesquisa.....                                       | <b>87</b>  |
| <b>Quadro 7</b> - Lista dos Colégios e Grandes Áreas de Avaliação da Capes.....   | <b>103</b> |
| <b>Quadro 8</b> - Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil.....  | <b>104</b> |
| <b>Quadro 9</b> - Procedimentos metodológicos para a consecução dos objetivos específicos.....  | <b>110</b> |
| <b>Quadro 10</b> - Modelo de análise dos PPGCIs brasileiros referente aos dispositivos normativos sobre integridade em pesquisa.....      | <b>113</b> |
| <b>Quadro 11</b> - Dispositivos normativos sobre integridade em pesquisa disponibilizados nos PPGCIs brasileiros.....                     | <b>115</b> |
| <b>Quadro 12</b> - Modelo de análise do ensino sobre integridade em pesquisa ou temáticas correlatas nos PPGCIs brasileiros.....          | <b>116</b> |
| <b>Quadro 13</b> - Disciplinas sobre integridade em pesquisa ou conteúdos similares nos PPGCIs brasileiros.....                           | <b>118</b> |
| <b>Quadro 14</b> - Tópicos salientados nos PPGCIs brasileiros concernentes à integridade em pesquisa.....                                 | <b>123</b> |
| <b>Quadro 15</b> - Panorama dos dispositivos normativos e ensino de disciplinas sobre integridade em pesquisa nos PPGCIs brasileiros..... | <b>128</b> |

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

|         |  |
|---------|--|
| ABC     | Academia Brasileira de Ciências  |
| ABNT    | Associação Brasileira de Normas Técnicas                                       |
| AHRC    | <i>Arts and Humanities Research Council</i>                                    |
| ALLEA   | <i>All European Academies</i>  |
| ANCIB   | Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação       |
| BBSRC   | <i>Biotechnology and Biological Sciences Research Council</i>                  |
| BDTD    | Biblioteca Digital de Teses e Dissertações                                     |
| BMJ     | <i>British Medical Journal</i>   |
| Brapci  | Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação   |
| BRISPE  | <i>Brazilian Meeting on Research Integrity, Science and Publication Ethics</i> |
| BVS     | Biblioteca Virtual em Saúde  |
| Capes   | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior                    |
| CASRAI  | <i>Consortia Advancing Standards in Research Administration</i>                |
| CBPF    | Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas   |
| CEP     | Comitê de Ética em Pesquisa  |
| CGGEN   | Conselho de Gestão do Patrimônio Genético                                      |
| ChatGPT | <i>Chat Generative Pre-trained Transformer</i>                                 |
| CIAC    | Comissão de Integridade na Atividade Científica                                |
| CNPq    | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico                  |
| CONCEA  | Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal                         |
| CONEP   | Comissão Nacional de Ética em Pesquisa   |
| COPE    | <i>Committee on Publication Ethics</i>   |
| Coppe   | Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia       |
| CRedit  | <i>Contributor Roles Taxonomy</i>  |
| CSE     | <i>Council of Science Editors</i>  |
| CTNBio  | Comissão Técnica Nacional de Biossegurança                                     |
| DUBDH   | Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos                         |

|            |   |
|------------|---|
| ECO        | Escola de Comunicação                                       |
| ENANCIB    | Encontro Nacional de Pós-Graduação em Ciência da Informação |
| EPSRC      | <i>Engineering and Physical Sciences Research Council</i>   |
| ESF        | <i>European Science Foundation</i>                          |
| ESRC       | <i>Economic and Social Research Council</i>                 |
| FAPERJ     | Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro   |
| FAPESP     | Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo        |
| FapUnifesp | Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo       |
| FFP        | Fabricação e Falsificação de Dados e Plágio                 |
| Fiocruz    | Fundação Oswaldo Cruz                                       |
| FCRB       | Fundação Casa de Rui Barbosa                                |
| FUMEC      | Fundação Mineira de Educação e Cultura                      |
| HHS        | <i>Health and Human Services</i>                            |
| HKP        | <i>Hong Kong Principle</i>                                  |
| IA         | Inteligência Artificial                                     |
| IBCCF      | Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho                  |
| IBICT      | Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia  |
| IBqM       | Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Meis             |
| ICMJE      | <i>International Committee of Medical Journal Editors</i>   |
| IES        | Instituição de Ensino Superior                              |
| IME        | Instituto Militar de Engenharia                             |
| INPE       | Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais                   |
| ISTA       | <i>Information Science &amp; Technology Abstracts</i>       |
| LISA       | <i>Library and Information Science Abstracts</i>            |
| LLM        | <i>Large Language Models</i>                                |
| NERC       | <i>Natural Environment Research Council</i>                 |
| NISO       | <i>National Information Standards Organization</i>          |
| NSF        | <i>National Science Foundation</i>                          |
| OGM        | Organismo Geneticamente Modificado                          |
| OMS        | Organização Mundial de Saúde                                |
| OPAS       | Organização Pan-Americana da Saúde                          |
| ORI        | <i>The Office of Research Integrity</i>                     |
| OSI        | <i>Office of Scientific Integrity</i>                       |

|         |   |
|---------|---|
| OSIR    | <i>Office of Scientific Integrity Review</i>                  |
| PHS     | <i>Public Health Service</i>                                  |
| PLOS    | <i>Public Library of Science</i>                              |
| PPG     | Programa de Pós-Graduação                                     |
| PPGCI   | Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação            |
| PRPI    | Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação                           |
| RI/RCR  | <i>Research Integrity and Responsible Conduct of Research</i> |
| RRI     | <i>Research on Research Integrity</i>                         |
| SciELO  | <i>Scientific Electronic Library</i>                          |
| SOPs4RI | <i>Standard Operating Procedures for Research Integrity</i>   |
| STFC    | <i>Science and Technology Facilities Council</i>              |
| TIC     | Tecnologia da Informação e Comunicação                        |
| UDESC   | Universidade do Estado de Santa Catarina                      |
| UEL     | Universidade Estadual de Londrina                             |
| UF      | Unidade Federativa  |
| UFAL    | Universidade Federal de Alagoas                               |
| UFBA    | Universidade Federal da Bahia                                 |
| UFCA    | Universidade Federal do Cariri                                |
| UFCE    | Universidade Federal do Ceará                                 |
| UFES    | Universidade Federal do Espírito Santo                        |
| UFF     | Universidade Federal Fluminense                               |
| UFMG    | Universidade Federal de Minas Gerais                          |
| UFPA    | Universidade Federal do Pará                                  |
| UFPB    | Universidade Federal da Paraíba                               |
| UFPE    | Universidade Federal de Pernambuco                            |
| UFRGS   | Universidade Federal do Rio Grande do Sul                     |
| UFRJ    | Universidade Federal do Rio de Janeiro                        |
| UFRN    | Universidade Federal do Rio Grande do Norte                   |
| UFS     | Universidade Federal de Sergipe                               |
| UFSC    | Universidade Federal de Santa Catarina                        |
| UFSCar  | Universidade Federal de São Carlos                            |
| UKRI    | <i>UK Research and Innovation</i>                             |
| UnB     | Universidade de Brasília                                      |
| UNESP   | Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho        |

|         |  |
|---------|--|
| UNICAMP | Universidade Estadual de Campinas                |
| UniRio  | Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro |
| USP     | Universidade de São Paulo                        |
| WCRI    | <i>World Conference on Research Integrity</i>    |
| WOS     | <i>Web of Science</i>                            |

# SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>20</b>  |
| <b>2 O CAMPO DA ÉTICA COMO ALICERCE NA INTEGRIDADE EM PESQUISA.....</b>  | <b>31</b>  |
| 2.1 PERSPECTIVAS ACERCA DA ÉTICA E SUA RELAÇÃO COM A INTEGRIDADE EM PESQUISA.....  | 31         |
| 2.2 ÉTICA NA CORRELAÇÃO DOS MEANDROS CIENTÍFICOS.....  | 38         |
| <b>3 MÁ CONDUTA NA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA.....</b>   | <b>41</b>  |
| 3.1 PROBLEMAS ÉTICOS NA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA.....  | 46         |
| 3.1.1 Plágio.....  | 50         |
| 3.1.2 Fabricação de dados.....   | 53         |
| 3.1.3 Falsificação de dados.....   | 54         |
| 3.1.4 Conflito de interesses.....  | 55         |
| 3.1.5 Manipulação de citação.....  | 56         |
| 3.1.6 Fatiamento.....  | 58         |
| 3.1.7 Direito autoral.....   | 59         |
| <b>4 INTEGRIDADE EM PESQUISA E DISPOSITIVOS NORMATIVOS.....</b>  | <b>63</b>  |
| 4.1 ACEPÇÕES E PRINCÍPIOS À INTEGRIDADE EM PESQUISA.....   | 63         |
| 4.2 INICIATIVAS E DISPOSITIVOS NORMATIVOS INTERNACIONAIS SOBRE INTEGRIDADE EM PESQUISA.....                                | 66         |
| 4.3 INICIATIVAS E DISPOSITIVOS NORMATIVOS BRASILEIROS SOBRE INTEGRIDADE EM PESQUISA.....                                   | 82         |
| <b>5 ENSINO SOBRE INTEGRIDADE E ÉTICA EM PESQUISA.....</b>   | <b>90</b>  |
| <b>6 METODOLOGIA.....</b>  | <b>100</b> |
| 6.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA REVISÃO DE LITERATURA.....   | 100        |
| 6.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO EMPÍRICO.....  | 102        |
| 6.3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....   | 106        |
| <b>6.3.1 Análise dos dispositivos normativos sobre integridade em pesquisa nos PPGCIs brasileiros.....</b>                 | <b>106</b> |
| <b>6.3.2 Análise do ensino de disciplinas acerca da integridade em pesquisa nos PPGCIs brasileiros.....</b>                | <b>107</b> |
| 6.4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DE DISPOSITIVOS NORMATIVOS INERENTES À INTEGRIDADE EM PESQUISA NOS PPGCIS BRASILEIROS..... | 108        |
| 6.5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS SOBRE O ENSINO DE INTEGRIDADE EM PESQUISA NOS PPGCIS BRASILEIROS.....                      | 109        |

|  |            |
|--|------------|
| 6.6 APRESENTAÇÃO DO PANORAMA DOS DISPOSITIVOS NORMATIVOS E DO ENSINO PERTINENTES À INTEGRIDADE EM PESQUISA NOS PPGCIS BRASILEIROS.....                                     | 109        |
| 6.7 CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....  | 109        |
| <b>7 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>  | <b>112</b> |
| 7.1 IDENTIFICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS NORMATIVOS SOBRE INTEGRIDADE EM PESQUISA NOS PPGCIS BRASILEIROS.....  | 112        |
| 7.2 ABORDAGEM DO ENSINO SOBRE INTEGRIDADE EM PESQUISA NOS PPGCIS BRASILEIROS.....  | 116        |
| 7.3 PANORAMA DOS DISPOSITIVOS NORMATIVOS E DO ENSINO SOBRE INTEGRIDADE EM PESQUISA NOS PPGCIS BRASILEIROS.....   | 127        |
| <b>8 CONCLUSÃO.....</b>  | <b>133</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>142</b> |
| <b>APÊNDICE A - Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil...</b>   | <b>160</b> |
| <b>APÊNDICE B - Fichamento dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil com dispositivos normativos sobre integridade em pesquisa.....</b>            | <b>164</b> |
| <b>APÊNDICE C - Fichamento dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil que oferecem disciplinas sobre integridade em pesquisa ou congêneres.....</b> | <b>174</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O célere desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação (TICs) tem sido abarcado pelas constantes inovações tecnológicas. Isto possibilita diferentes meios de produção, disponibilização e uso da informação no ciclo produtivo do conhecimento.

Os novos processos de formação e difusão informacional moldaram a estrutura dos veículos de comunicação, influenciaram a cultura de seus usuários e alteraram significativamente os padrões da comunicação científica.

No que diz respeito à dimensão ética relacionada a tais mudanças, a condição de autores na ciência não se modifica, pois é necessário seguir os princípios éticos científicos e ser legitimada por sua respectiva comunidade científica. Contudo, além dos autores, outros atores informacionais – instituições, professores, editores, avaliadores, unidades de informação e usuários – também devem ou deveriam ser conduzidos por tais princípios para coibir práticas inadequadas na conduta científica.

No cenário contemporâneo, além da vertiginosa produção científica já existente e o estímulo à ciência aberta, a pandemia provocada pela COVID-19 e o fenômeno tecnológico da Inteligência Artificial (IA) potencializaram uma acelerada geração de conteúdos que precisa estar aliada a meios confiáveis para assegurar a sua credibilidade aos pares e aos demais indivíduos.

Desta forma, independentemente à situação, a integridade em pesquisa emerge como questão fundamental a ser analisada, discutida e tratada. A transversalidade dessa temática em todos os campos do conhecimento desvela-se não somente a importância da teoria, mas sobretudo das práticas a serem transmitidas e efetivadas no ambiente acadêmico e científico com o intuito de garantir a conduta responsável na comunicação da ciência.

A integridade na comunicação científica pode ser abordada a partir de uma miríade de perspectivas que se configuram como constantes desafios para os atores informacionais, tais como: direitos autorais, má conduta científica, competência em informação, pesquisas envolvendo seres humanos e animais, dispositivos normativos, revisão por pares, formação acadêmica, acesso e democratização da informação, revanchismo, códigos de ética profissional, conflito de interesses, entre outras.

Importante ressaltar que a fraude acadêmica e científica – constituídas

principalmente pela tríade plágio, fabricação e falsificação de dados - são os assuntos mais evidenciados e preocupantes no âmbito informacional no que tange à integridade em pesquisa (Macrina, 2005; Steneck, 2007; Vasconcelos *et al.*, 2009; Russo, 2014; Pádua; Guilhem, 2015; Vilaça, 2015; Aires; Pilatti, 2017; Damásio, 2017; Pádua, 2018; Rode; Silva, 2022).

O contínuo dilema acerca do direito ao acesso a periódicos brasileiros ou internacionais que não são disponibilizados gratuitamente, - restringido pelas editoras - os direitos autorais, a identificação de plágio, a troca de favores pela citação de autores que por sua vez retribuem com citações em seus textos, a manipulação e a adulteração de dados *versus* autenticidade e confiabilidade das informações são problemas latentes no meio científico.

A despeito das questões éticas apresentadas aponta-se na mesma proporção a preocupação referente aos valores imputados à pesquisa a partir de 1980, ao se instituir como critério de produtividade aos pesquisadores, a quantificação de publicações para a ascensão acadêmica, obtenção de bolsas de estudo e financiamento às pesquisas. Tais valores atuam como um dos principais agentes causadores da erosão da ética e integridade na pesquisa (Fagot-Largeault, 2011; Russo, 2014).

Dando continuidade às reflexões de Russo (2014), a autora prossegue:

[...] deveríamos nos preocupar não apenas em criar mecanismos de sanções, detecções, códigos de conduta, mas deveríamos também pensar como transformar o próprio conceito de responsabilidade em um desses valores na mensuração da prática científica. (Russo, 2014, p. 196).

Perspectivas análogas para nortear os estudantes e pesquisadores no tocante à integridade em pesquisa e suas heterogêneas facetas, incluindo medidas preventivas, formativas e corretivas são defendidas em alguns estudos de referência para esta pesquisa: Bebeau (2002), Steneck (2002, 2007), Pascal (2007), Krokosz (2011, 2014, 2021), Santos (2011), Schmitz, Menezes e Lins (2012), Vasconcelos (2012, 2013), Wager e Kleinert (2012), Pithan e Vidal (2013), Russo (2014), Valentim (2014), Watanabe (2014), Pádua e Guilhem (2015), Vilaça (2015), Sousa *et al.* (2016), Novaes, Rodrigues e Guilhem (2018), Silva *et al.* (2018), Jesus, González de Gómez (2019), Litto e Krokosz (2019), Moraes e Medeiros (2019), Marques (2021), Vilela, Santos e Dellagostin (2021).

Tendo como parâmetro a formação e disseminação de uma cultura sobre

integridade em pesquisa, Santos (2011) reverbera que todos os atores informacionais devem ser incluídos nesse processo, ao passo que a concepção da cultura de integridade científica incorpore o enraizamento de valores ético-morais nas práticas habituais, de maneira que o respeito a eles aconteça de forma espontânea e o desrespeito a esses valores, suscite no meio científico, uma punição imediata.

Santos (2011) evidencia que além da percepção da punibilidade, da existência de procedimentos explícitos para a identificação, investigação e eventuais sanções às supostas más condutas, urge na mesma intensidade, o estabelecimento de ações indispensáveis para visar promover continuamente a questão da integridade por meio das instituições, entre elas:

- Oferecer programas de treinamento destinados a pesquisadores em formação;
- Disseminação de materiais educativos; e,
- Incorporação de dispositivos normativos - códigos, manuais, diretrizes - sobre boa conduta em seus *sítes* e condicioná-los em contratos de trabalho ou termos de concessão de bolsas e auxílios, como ocorre nas agências de fomento em diversos países.

Ainda pautados nas proposições de Santos (2011) é salientada a relevância do insumo pedagógico no contexto de uma política de incentivo da integridade científica não se tratar de um assunto trivial, mas sim uma resposta para explicar a distinção entre boas e más condutas científicas, cujas competências, de caráter estritamente científico, são exigidas.

Uma das principais autoridades internacionais em integridade na pesquisa, Nicholas Steneck, advoga que não há uma maneira melhor de executar pesquisa, tampouco um método universal que se aplica a todas as investigações científicas. Desse modo, as práticas para a conduta adequada na pesquisa podem variar em cada campo científico. Todavia, alguns valores compartilhados são importantes e devem ser adotados nas pesquisas, conforme apresentado no Quadro 1.

**Quadro 1 - Valores da conduta responsável da pesquisa**

|                     |  |
|---------------------|--|
| <b>HONESTIDADE</b>  | transmitir informações honestamente e honrar compromissos acadêmicos e científicos |
| <b>PRECISÃO</b>     | relatar as descobertas com precisão e tomar cuidado para não cometer erros         |
| <b>EFICIÊNCIA</b>   | usar recursos com sabedoria, evitando desperdício                                  |
| <b>OBJETIVIDADE</b> | deixar os fatos falarem por eles mesmos e evitar vieses impróprios.                |

**Fonte:** Traduzido e adaptado de Steneck (2007, p. 3).

Pelas ideias elucidadas, corrobora-se que a pesquisa responsável é aquela construída baseada no compromisso com esses e outros valores essenciais para definir a integridade na pesquisa (Steneck, 2007).

Isto posto, diversos valores, princípios e normas contribuem como elementos constitutivos para a realização da atividade científica de forma responsável e comprometida com a ciência e o público. Além disso, é necessário o desenvolvimento e aprimoramento de ações voltadas para a integridade em pesquisa.

Nesta tese cunhou-se o termo “dispositivos normativos” para se referir aos recursos e instrumentos documentais - códigos, manuais, normas, diretrizes, guias, instruções normativas, entre outros documentos - acerca da integridade em pesquisa.

Desde logo, “ensino” foi utilizado para tratar das disciplinas sobre integridade em pesquisa ou conteúdo similar, disponibilizadas na matriz curricular dos cursos de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil.

Por conseguinte, apresenta-se como **principal premissa** a necessidade da criação de uma cultura de integridade em pesquisa, especialmente nas instituições educacionais a partir de dispositivos normativos e de ensino para avaliar a formação acadêmica dos discentes baseada em princípios e valores ético-morais, uma vez que permitirá ser desenvolvida e adotada uma conduta responsável nas práticas científicas. Concomitantemente, a promoção dessa cultura possibilitará

tornar indivíduos mais responsáveis e comprometidos com a ética, provendo o progresso da ciência e da sociedade.

Inconteste destacar como **segunda premissa**, a importância das bases teóricas da ética e seu papel na sociedade para clarificar a questão conceitual da integridade científica. Como consequência, discute-se a definição, os problemas éticos, as ações preventivas, formativas e punitivas, bem como as iniciativas nacionais e internacionais no que concerne à integridade científica.

Tendo como **terceira premissa** de que o conhecimento do fazer científico em todas as suas fases – produção, disseminação, acesso e uso - deve ser regido por valores, princípios e diretrizes éticas, a integridade científica emerge com o propósito de prevenir a prática de condutas questionáveis ou reprováveis pela comunidade científica e pela sociedade. Logo, torna-se imperativo incentivar e efetuar ações educativas conexas à ética em pesquisa<sup>1</sup>.

Como desdobramento das premissas apresentadas, *a priori* afloram duas hipóteses centrais que orientam a pesquisa:

- a) postula-se como **hipótese principal** que os Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) brasileiros não propiciam ações preventivas e educativas suficientes para nortear a sua comunidade acadêmica no que se refere à integridade em pesquisa relacionada à produção, disseminação e uso da informação no ambiente científico. Dessa forma, a incipiência ou inexistência das ações mencionadas poderá contribuir para futuras práticas de má conduta no meio científico.
- b) considera-se como **hipótese secundária** que o estabelecimento de uma cultura de integridade científica visando promover os conhecimentos, as habilidades e as boas práticas necessárias quanto à ética em pesquisa não ocorre efetivamente nos PPGCIs do Brasil.

A partir da temática desta investigação surgem as seguintes **questões de pesquisa**:

- a) Os PPGCIs brasileiros desenvolvem políticas e ações que propiciam uma cultura de integridade em pesquisa? Em caso afirmativo, quais são as medidas adotadas?

---

<sup>1</sup> Importante esclarecer que esta tese, em diversas abordagens, aplica tanto o termo “integridade em pesquisa” como “ética em pesquisa,” pois consideramos que se tratam de termos correlacionados e valor semântico verossímil.

- b) Havendo disciplina(s) relativa(s) à integridade em pesquisa ou temática congênere oferecida na matriz curricular destes cursos, quais são as abordagens?
- c) O ensino da(s) disciplina(s) identificada(s) deveria ser implantado como medida assertiva na formação acadêmica dos discentes ou a promoção de cursos de curta duração e seminários já seriam satisfatórios para estabelecer uma cultura de integridade?
- d) Na falta de disciplinas relativas à integridade em pesquisa, quais ações formativas podem ser desenvolvidas para colaborar com a formação acadêmica de discentes e a conscientização dos docentes?

Destarte, tendo por base as indagações de pesquisa explicitadas e para ratificar se as hipóteses procedem, esta tese tem como **objetivo geral** investigar as políticas de informação sobre integridade em pesquisa que estão sendo adotadas pelos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCIs) brasileiros no que tange à formação e disseminação de uma cultura de integridade em pesquisa, com vistas a orientar e capacitar os discentes e os pesquisadores em relação às boas práticas da pesquisa científica.

Para atingir este objetivo geral, foram formulados os seguintes **objetivos específicos**:

- a) Identificar e elucidar os dispositivos normativos pertinentes à integridade em pesquisa adotados nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCIs) brasileiros;
- b) relacionar os perfis e as características inerentes ao ensino sobre integridade científica ou conteúdo correlato nos cursos de pós-graduação que compõem o universo de pesquisa desta tese;
- c) verificar aspectos no currículo acadêmico dos PPGCIs brasileiros referentes à integridade em pesquisa ou assunto análogo.

Assim, a **justificativa** para a realização desta pesquisa, originou-se devido à integridade científica ser um tema relevante, mas pouco explorado no Brasil, ou seja, é um campo relativamente novo, em construção, tendo mais estudos desenvolvidos pelos pesquisadores da área de Saúde e parcamente nas áreas Sociais e Humanas, conforme observado nos periódicos, dissertações e teses indexados nas bases de dados com palavras-chave específicas para a temática.

A constatação da carência de pesquisas brasileiras acerca do objeto de estudo desta tese é retratada nos trabalhos de Santana (2010), Santos (2011), Krokosc (2014), Watanabe (2014), Pádua e Guilhem (2015), Vilaça (2015), Sousa *et al.* (2016), Guazi, Laurenti e Carrara (2018), Novaes, Rodrigues e Guilhem (2018), Silva *et al.* (2018).

Na Ciência da Informação essa realidade não é diferente, inclusive o principal evento nacional da área - Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIB)<sup>2</sup>, promovido pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB), em sua última edição realizada no ano de 2024, não houve qualquer trabalho sobre integridade ou ética em pesquisa. Nos anos anteriores, segundo busca realizada no Repositório Benancib,<sup>3</sup> poucos trabalhos sobre tais temáticas foram apresentados. Nesse sentido, é importante trazer para discussão no contexto da Ciência da Informação questões que perpassam todo o processo de comunicação científica, desde a criação até a comunicação do conhecimento, o que contribuiu estreitamente para a definição desse tema de pesquisa na referida área de conhecimento.

Dessa maneira, o motivo descrito acima, corroborou pela primazia da Ciência da Informação como a área para o estudo desta tese. Uma motivação a mais por essa temática, deu-se em razão da pesquisa ter sido desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), em associação ampla entre a Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), no âmbito da

---

<sup>2</sup> O Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) visa discutir e refletir a produção de conhecimento na área, de modo a estimular, por meio de amplo diálogo entre os pesquisadores que nela atuam, a realidade dos programas de pós-graduação. Consiste em um foro privilegiado para a reflexão e o compartilhamento das pesquisas científicas em Ciência da Informação e áreas de interface, congregando pesquisadores, docentes e pós-graduandos. Os trabalhos nele apresentados refletem o estado-da-arte da pesquisa realizada nos programas de pós-graduação e na comunidade científica da área para demonstrar o avanço do conhecimento até o referido momento. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib>. Acesso em: 09 fev. 2022.

<sup>3</sup> O Repositório Benancib disponibiliza o conjunto dos trabalhos e palestras dos ENANCIBs, desde sua primeira edição, em 1994. Foi desenvolvido no âmbito do Projeto de Pesquisa "Questões em Rede", criado pelo Grupo de Pesquisa "Informação, Discurso e Memória", da Universidade Federal Fluminense (UFF) em parceria com a ANCIB. Disponível em: <https://brapci.inf.br/benancib>. Acesso em: 04 jan. 2024.

Linha de Pesquisa 1 - Comunicação, Organização e Gestão da Informação e do Conhecimento.

No Brasil, os vislumbres no que tange à questão da integridade em pesquisa ocorreram efetivamente a partir de 2010 com a realização do primeiro evento específico do tema - *Brazilian Meeting on Research Integrity, Science and Publication Ethics (Brispe)*, traduzido I Encontro Brasileiro de Integridade em Pesquisa, Ciência e Ética na Publicação. Posteriormente, permaneceram encontros bienais ocorridos em 2012 (II *Brispe*), 2014 (III *Brispe*), 2016 (IV *Brispe*), 2018 (V *Brispe*), 2021 (VI *Brispe*), em modalidade remota, em decorrência da pandemia da COVID-19 e o último, em 2024 (VII *Brispe*).

Com a capilaridade dos impactos que a realidade informacional tem enfrentado na contemporaneidade, torna-se necessário a discussão de uma dimensão ética das atividades científicas.

Partindo do princípio de que as instituições de educação superior são comprometidas com o processo de ensino, pesquisa e extensão, é imprescindível que elas catalisem procedimentos efetivos no enfrentamento à desonestidade acadêmica visto que atuam na formação de pesquisadores e docentes. Isto significa implementar ações que contribuam para coibir a má conduta na pesquisa, auxiliando no combate ao plágio, falsificação e fabricação de dados, violação de direitos autorais, não utilização de normas de documentação para citação e referências, entre outros problemas éticos repudiados pela comunidade científica.

Nesse sentido, se justifica a necessidade de um estudo mais profundo, para desvelar complexas questões de dimensões éticas que adentram os meandros da comunicação científica.

Considerando que a disponibilização de dispositivos normativos e de ensino são fundamentais para assegurar o progresso da ciência de forma honesta, justa e responsável, a motivação do presente estudo relaciona-se, ainda, às ações exíguas pertinentes à integridade científica nos cursos de pós-graduação brasileiros, de acordo com os estudos de Santana (2010), Santos (2011), Vasconcelos (2012, 2013), Pithan e Vidal (2013), Krokoscz (2014, 2021), Marques (2014), Russo (2014), Valentim (2014), Watanabe (2014), Pádua e Guilhem (2015), Pierro (2015), Sousa *et al.* (2016), Guazi, Laurenti e Carrara (2018), Novaes, Rodrigues e Guilhem (2018), Silva *et al.* (2018).

Espera-se, no entanto, que a pesquisa e o desenvolvimento da temática

proposta para a tese, possam oferecer novos aportes para a Ciência da Informação com aprimoramento da literatura, diretrizes para a implantação e consolidação de ações que promovam a integridade em pesquisa, contribuindo assim, para o avanço e disseminação da pesquisa, com vistas a fortalecer a ciência, a comunicação científica, a educação, a difusão do conhecimento e a inclusão informacional de toda a sociedade.

Outrossim, esta pesquisa procura enfatizar a importância dos princípios e valores ético-morais, bem como a questão da integridade científica não somente aos pesquisadores, mas também para a sociedade como um todo, de modo que os saberes necessários para a execução das boas práticas de conduta científica devem ser estimulados e aprendidos nas escolas e universidades.

A tese está organizada em oito seções primárias com suas respectivas subseções. Nesta seção de Introdução abordam-se o tema e o problema do estudo, apresentação das premissas, hipóteses, questões de pesquisa, objetivos e justificativa da pesquisa. Subsequentemente a esta seção, a fundamentação teórica, desenvolvida a partir da leitura e análise documental sendo apresentada na segunda, terceira, quarta, quinta e sexta seções.

A segunda seção, intitula-se “O campo da ética como alicerce na integridade em pesquisa”, no qual configura a ética como um dos principais pressupostos elementares que subsidiam a integridade em pesquisa, tecendo considerações atinentes à ética na comunicação científica para que as boas práticas sejam exercidas nos ambientes de pesquisa.

Na terceira seção, são apresentadas definições no que tange à má conduta sob as perspectivas científicas de instituições internacionais e brasileiras. Enfatiza-se ser imperioso ensinar a conduta responsável na pesquisa e estabelecer ações mais comprometidas para lidar com os desafios sociais, morais e econômicos acarretados pelas constantes transformações das tecnologias da informação e comunicação. Discutem-se, ainda, nesta seção, os diversificados problemas éticos ocorridos na comunicação científica, a saber: plágio, fabricação de dados, falsificação de dados, conflito de interesses, manipulação de citação, fatiamento, direito autoral e modalidades de desonestidade acadêmica que têm se expandido devido ao uso inadequado de recursos oferecidos pela Inteligência Artificial (IA).

A quarta seção é dedicada à contextualização da temática da tese, apresentando acepções e princípios acerca da integridade em pesquisa,

reverberando a conduta responsável do pesquisador no que se refere ao compromisso das suas atividades acadêmicas e laborais, cujo fazer científico deve ter em vista o comprometimento ético em relação aos direitos e ao respeito à vida humana, animal e ao meio ambiente. Destaca-se, nesta mesma seção, as iniciativas e os dispositivos normativos - internacionais e brasileiros - sobre integridade em pesquisa, mostrando suas especificidades, funções e finalidades para retratar possíveis relações para a implantação e o arraigamento de uma cultura de integridade em universidades e ambientes de pesquisa.

Na quinta seção, evidencia-se o *locus* de pesquisa ressaltando a sua dimensão pragmática, ou seja, ter o papel de catalisar e se responsabilizar pela implementação e execução de ações formativas relacionadas ao ensino sobre integridade em pesquisa na sua comunidade científica. Para tanto, sinaliza-se a importância do envolvimento e comprometimento das instituições de ensino e de pesquisa, editores científicos, docentes e outros atores informacionais para promover a conduta responsável em pesquisa, buscando estabelecer uma cultura de integridade em seus âmbitos.

A sexta seção, “Metodologia” detalha os procedimentos metodológicos que nortearam o desenvolvimento da pesquisa, especificando os percursos da análise documental, da delimitação do campo empírico e da escolha da técnica para coleta e análise de dados pertinentes aos dispositivos normativos e ao ensino sobre integridade em pesquisa nos PPGCs brasileiros.

A sétima seção, “Resultados e discussões” compreende a descrição, análise e discussão dos resultados no que concerne aos dois objetos de estudo da tese. Primeiro, os dispositivos normativos inerentes à integridade em pesquisa disponibilizados nos *sites* dos PPGCs brasileiros. Segundo, o ensino acerca da integridade em pesquisa ou assunto congênere nos currículos acadêmicos dos referidos Programas. A pesquisa, *a posteriori*, mostra o panorama das políticas e ações adotadas nesses cursos de pós-graduação em relação à integridade em pesquisa.

Na oitava seção, “Conclusão” são elencadas as sínteses da pesquisa, além de considerações pessoais. Ademais, salienta-se alguns resultados mais expressivos e sugere-se desdobramentos e novos estudos a serem desenvolvidos, tanto na Ciência da Informação como nas demais áreas do conhecimento.

Em efeito, na estrutura final deste trabalho acadêmico, figuram-se as

referências com a apresentação dos documentos bibliográficos utilizados para a sistematização conceitual da tese e, por fim, os apêndices, com materiais desenvolvidos para a coleta e análise de dados.

## 2 O CAMPO DA ÉTICA COMO ALICERCE NA INTEGRIDADE EM PESQUISA

Esta seção aborda a contextualização temática da ética como um arcabouço que permeia a práxis da integridade em pesquisa no ambiente científico, salientando alguns importantes aspectos conceituais considerados basilares para o estudo da ética e da moral no âmbito da comunicação científica. Primeiramente, são ressaltadas noções sobre ética fundamentadas em clássicos da Filosofia, posteriormente estabelecendo uma analogia com a integridade em pesquisa. Na segunda subseção, tratamos de considerações alusivas à ética na comunicação científica, correlacionando as boas práticas necessárias no ambiente de pesquisa.

### 2.1 PERSPECTIVAS ACERCA DA ÉTICA E SUA RELAÇÃO COM A INTEGRIDADE EM PESQUISA

Na etimologia, o termo ética originou-se do grego *ethos* e significa “caráter”, “modo de ser”, “essência”. Paralelamente, o termo moral deriva-se do latim *mos/mores* e se refere a “costume”, “costumes”, “hábitos” (Sánchez Vásquez, 2007).

Partindo do pressuposto que a ética e a moral estão intimamente interligadas, Sánchez Vásquez (2007) afirma que ambas revelam um comportamento propriamente humano, porém inato, sendo adquirido ou conquistado por hábito ao longo da existência. Pois, ética e moral constroem seus alicerces a partir das relações coletivas sociais, culturais e históricas nas sociedades.

Seguindo uma temporalidade filosófica, iniciaremos apresentando algumas contribuições substanciais acerca da ética e da moral.

Aristóteles (1991), em um dos seus consagrados escritos, “Ética a Nicômaco”, advoga que o objetivo da ética é delimitar o que é o “bem” e o que isto significa ou representa ao indivíduo.

Por conseguinte, somente quem conhece o bem pode encontrar a felicidade, que na filosofia aristotélica não é algo fugaz, mas sim algo perdurável e a suprema felicidade consiste em uma vida de contemplação filosófica. Mesmo isso sendo visto como o ápice da realização humana, isto é uma vida que está além da condição de mortais. Nesse contexto, ele informa que a felicidade pode ser conquistada em conformidade aos valores morais para exercer uma vida de atividade política e grandiosidade pública.

A ideia do “bem” para este pensador se desvela em um de seus pensamentos mais notáveis acerca do bem e o comportamento dos homens:

[...] toda arte e toda investigação, assim como toda ação e toda escolha, têm em mira um bem qualquer; e por isso foi dito, com muito acerto, que o bem é aquilo a que todas as coisas tendem. Mas observa-se entre os fins uma certa diferença: alguns são atividades, outros são produtos distintos das atividades que os produzem. Onde existem fins distintos das ações, são eles por natureza mais excelentes do que estas [...]. (Aristóteles, 1991, p. 5).

Tal pensamento mostra que toda ciência, tal como tudo o que fazemos e escolhemos, visa algum bem. Deste modo, o bem é aquilo a que todas as coisas se direcionam, com uma diferença entre os fins: alguns são atividades, à medida que outros são produtos à parte das atividades que os produzem, no qual o melhor é por sua vez, a existência da diferença entre as finalidades dessas ações.

Ademais, essas reflexões da ética aristotélica também inferem que o bem é a finalidade de todas as coisas e é alcançado por dois caminhos. O primeiro, pelas atividades práticas, isto é, aquelas que contêm seus próprios fins (ética e política); e, o segundo, pelas atividades produtivas (artes ou técnicas).

Também nesse estudo de Aristóteles é abordado a eudaimonia comumente definida como “felicidade” e sendo objetivo ou causa final da existência humana. Na filosofia aristotélica o desejo de ter uma vida plena é parte do que é ser humano e uma vida eudaimônica é viver uma vida bem-sucedida.

Importante enfatizar que Aristóteles entende por ser felicidade não um prazer físico e sim uma atividade da mente/alma em consonância com a virtude. Dessa forma, se destacam duas teses relevantes. A primeira refere-se à mente, como a parte intelectual e à alma, a parte emocional. A segunda, aos dois tipos de virtude, a intelectual e a moral, onde a virtude, seja intelectual ou moral, é uma disposição da mente/alma, que encontra a sua expressão na ação voluntária, por consequência é escolhida conscientemente.

A virtude intelectual baseada na circunspeção e na sabedoria prática, decide a atitude adequada, sendo esta denominada a virtude que parte da razão e se ocupa da ação.

Em relação à virtude moral, a justiça é a virtude mais importante do homem e se baseia na média de que cada pessoa não possua nem mais nem menos, daquilo

que lhe é devido ou merecido. Essa virtude evita que no descontrole das emoções se tomem atitudes inadequadas.

As inferências apresentadas podem ser ratificadas no pensamento de Aristóteles:

[...] A justiça é muitas vezes considerada a maior das virtudes [...] ela é a virtude completa no pleno sentido do termo, por ser o exercício atual da virtude completa. É completa porque aquele que a possui pode exercer sua virtude não só sobre si mesmo, mas também sobre o seu próximo, já que muitos homens são capazes de exercer virtudes em seus assuntos privados, porém não em suas relações com os outros. (Aristóteles, 1991, p. 98).

Aristóteles (1991) enuncia assim um ponto de partida para se pensar a questão do justo e do injusto como sendo lugares de proposição da ética e da virtude nas relações entre os indivíduos.

Esse pensamento auxilia a refletir a questão do aspecto de justiça/injustiça, bem como contribui para melhor esclarecer os problemas atinentes às condutas indesejáveis na comunicação científica, elucidando os axiomas envolvidos na produção, disseminação e uso da informação científica como atividades práticas estabelecidas a partir de teorias morais.

Ainda pautados nos argumentos desse filósofo, se corrobora com o que foi explanado na questão do justo e do injusto como proposição da ética e da virtude:

Temos, pois, definido o justo e o injusto. Após distingui-los assim um do outro, é evidente que a ação justa é intermediária entre o agir injustamente e o ser vítima de injustiça; pois um deles é ter demais e o outro é ter demasiado pouco. A justiça é uma espécie de meio-termo, porém não no mesmo sentido que as outras virtudes, e sim porque se relaciona com uma quantia ou quantidade intermediária, enquanto a injustiça se relaciona com os extremos. E justiça é aquilo em virtude do qual se diz que o homem justo pratica, por escolha própria, o que é justo, e que distribui, seja entre si mesmo e um outro, seja entre dois outros, não de maneira a dar mais do que convém a si mesmo e menos ao seu próximo (e inversamente no relativo ao que não convém), mas de maneira a dar o que é igual de acordo com a proporção; e da mesma forma quando se trata de distribuir entre duas outras pessoas. A injustiça, por outro lado, guarda uma relação semelhante para com o injusto, que é excesso e deficiência, contrários à proporção, do útil ou do nocivo [...]. (Aristóteles, 1991, p. 109).

Sob essas perspectivas aristotélicas alusivas à ética, se procura explicar as práticas de má conduta científica em todas suas formas, as virtudes necessárias que devem ser levadas em consideração para evitar tal comportamento, mas também a

ausência, deficiências ou excessos dessas virtudes ladeada por vícios opostos que impulsiona a falta de ética na ciência.

Partindo para uma reflexão concernente à moralidade, Kant (2007, p. 76) defende a ideia que:

A moralidade consiste na relação de toda a ação com a legislação, através da qual somente se torna possível um reino dos fins. Esta legislação tem de poder encontrar-se em cada ser racional mesmo e brotar da sua vontade, cujo princípio é: nunca praticar uma ação senão em acordo com uma máxima que se saiba poder ser uma lei universal, quer dizer só de tal maneira que a vontade pela sua máxima se possa considerar a si mesma ao mesmo tempo como legisladora universal [...].

A doutrina filosófica de Kant sentencia que ao se praticar uma ação, esta precisa estar conexa a uma lei universal. Ou seja, o indivíduo deve agir de acordo com uma legislação máxima de natureza humana associada à sua vontade, em conformidade aos princípios a serem adotados tanto nele próprio como nos outros.

Assim, a razão prática deve nortear a efetivação de ações corretas consoante os imperativos morais, nos quais os indivíduos são fins e não meios, derivando desta forma, o imperativo categórico.

Na filosofia contemporânea, a ética é definida como “a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Ou seja, é ciência de uma forma específica de comportamento humano.” (Sánchez Vásquez, 2007, p. 23).

Nesse sentido, a ética pode ser abalizada como a ciência que estuda a conduta humana, ou seja, é o campo do conhecimento que teoriza o comportamento moral dos indivíduos numa sociedade, a partir de normas estabelecidas.

No tocante à ética e ao ensino, sendo atividades exclusivamente humanas, compartilham-se as contribuições de Freire (2012), ao postular que a ética integra a dimensão social da formação humana e está congruente à prática educativa realizada pelos indivíduos:

[...] nos achamos, ao nível do mundo e não apenas do Brasil, de tal maneira submetidos ao comando da malvadez da ética do mercado, que me parece ser pouco tudo o que façamos na defesa e na prática da ética universal do ser humano. Não podemos nos assumir como sujeitos da procura, da decisão, da ruptura, da opção, como sujeitos históricos, transformadores, a não ser assumindo-nos como sujeitos éticos. Neste sentido, **a transgressão dos princípios éticos é uma possibilidade, mas não é uma virtude. Não podemos aceitá-la.** (Freire, 2012, p. 19, grifo nosso).

A ética universal do ser humano a que Freire se refere é “a ética enquanto marca da natureza humana, enquanto algo absolutamente indispensável à convivência humana.” (Freire, 2012, p. 20).

Sob o enfoque freiriano, o indivíduo mesmo podendo transgredir os princípios éticos precisa avaliar e ser responsável pelas possíveis consequências de seus atos como ser ético e social. Então, a ética estende-se além de uma ciência, mas como um conjunto de princípios e valores morais que orientam o comportamento imperativo dos indivíduos para garantir uma relação harmoniosa e respeitosa na sociedade.

Nas reflexões de Sánchez Vásquez (2007), o objetivo da ética é estudar e explicar a moral, sua verdadeira natureza, sua relação com o ato moral e em que se diferencia das regras de outros comportamentos normativos.

Isto significa que a ética investiga e tenta exprimir os princípios e regras da moral, tendo por base o estudo do seu principal elemento constitutivo, a norma. Todavia, não é sua função ditar nem tampouco propor códigos de moral, mas sim verificar a influência da norma nos indivíduos e nortear quais as ações apropriadas devem ser tomadas para se viver em sociedade.

Desse modo, percebe-se que ética e moral se relacionam, mas exercem papéis distintos. A primeira como ciência. A segunda sendo seu objeto de estudo.

A ética procura compreender o motivo da diversidade e das variações da moral escolhidas em diferentes sociedades e épocas, sob nenhuma hipótese impor uma moral definitiva, generalizada e hegemônica. Além disso, empenha-se para esclarecer o porquê de os indivíduos terem adotado determinadas práticas morais.

No entanto, a ética como ciência busca identificar, clarificar, dimensionar e explicar abordagens, questionamentos, possíveis interseções e relações com as demais ciências, segundo uma realidade específica, criando as concepções necessárias para certificar seu caráter teórico, mas não recomenda ações a serem praticadas em determinada circunstância.

Destarte, corrobora-se destas ideias, o seguinte pensamento:

A ética é teoria, investigação ou explicação de um tipo de experiência humana ou forma de comportamento dos homens, o da moral, considerada, porém na sua totalidade, diversidade e variedade. O que nela se afirme sobre a natureza ou fundamento das normas morais deve valer para a moral da sociedade grega, ou para a moral

que vigora de fato numa comunidade humana moderna. É isso que assegura o seu caráter teórico e evita sua redução a uma disciplina normativa ou pragmática [...]. (Sánchez Vásquez, 2007, p. 21).

Não obstante a ética ser a ciência da moral, enfatiza-se que se deve distinguir o campo do conhecimento de seu objeto. Reiterando que a moral é uma forma específica da conduta humana e somente existe para cumprir uma função social, de modo que os indivíduos agem a partir das práticas morais, quando precisam lidar com a sociedade.

É profícuo dizer que a moral se configura não somente pelas normas ou regras estabelecidas para uma determinada sociedade ou em certa época, mas também pelo conjunto de princípios e valores que seus indivíduos consideram válidos como atos reais, visto que os atos normativos e factuais se encontram numa relação mútua (Sánchez Vásquez, 2007).

Dessa maneira, a moral pode ser compreendida como um conjunto de regras, princípios e valores particularizados baseados nos aspectos culturais e históricos de cada sociedade com o intuito de balizar a conduta dos sujeitos em ações individuais ou coletivas.

Isto significa que a essência da moral possui uma qualidade social, ao passo que cada indivíduo ao se comportar moralmente, se submete a dados princípios, valores ou prescrições morais e suas ações têm caráter coletivo, porém deliberado, livre e consciente (Sánchez Vásquez, 2007).

A partir dessa ideia, se corrobora que o comportamento singular de um sujeito, não apenas afeta ou interessa individualmente a ele, mas sim esse comportamento poderá trazer consequências para o coletivo e sendo assim, é motivo para julgamento aceitável ou repudiável.

Nota-se que Sanchez Vásquez (2007), de forma similar ao modo de pensar de Aristóteles, advoga que a ética caminha para a liberdade e justiça coletiva, com vistas a promover uma relação mútua entre as culturas heterogêneas.

Portanto, nas contribuições apresentadas, a ética pode ser vista sob dois olhares, como ciência da moral e como campo filosófico. Sob o primeiro olhar da ética, investigam-se os fenômenos ligados à cultura e hábitos de uma sociedade numa determinada época, baseada em estudos dos princípios morais e das normas adotadas, levando em conta os aspectos históricos, religiosos, políticos, econômicos, sociais, legais, científicos e profissionais.

Já como um campo da filosofia, a ética estuda os valores morais e seus fundamentos, as motivações que fazem os indivíduos escolherem entre o bem e o mal, o certo e o errado, a justiça e a injustiça. Ademais, estimula reflexões sobre as melhores formas de agir e conviver na sociedade, contemplando a natureza humana.

Importante ressaltar que a ética tem seus princípios e fundamentos consubstanciados nas concepções filosóficas e busca explicar a conduta humana e procura clarificar a moral, na qual é determinada por princípios, normas ou regras do comportamento humano estabelecidos em uma época. Ratificando que a ética possui caráter científico e a moral não apresenta cientificidade.

Outro fator preponderante a respeito da ética é a necessidade dos indivíduos em precisarem trabalhar e mostrarem resultados:

Pois o homem só se faz plenamente humano sendo o sujeito consciente do seu próprio destino, de sua vida. Para viver, precisa trabalhar, isto é, produzir e reproduzir, a partir de situações concretas, necessidades e projetos, suas condições – materiais e espirituais – de existência. O homem se faz humano, portanto, sendo sujeito consciente do seu trabalho. (Schneider, 2015, p. 9).

Com esse pensamento, o autor destaca a valorização do trabalho e a sua rudimentar necessidade de obter êxito. Com isso, o medo, o desespero, a ambição, a necessidade de se obter êxito a qualquer modo, podem ser fatores que contribuam para que os indivíduos tenham uma conduta questionável ou até mesmo reprovável pela comunidade científica.

Dessa forma, podemos inferir que o plágio, o roubo de ideias, a falsificação e a manipulação de dados, dentre os demais problemas éticos quando praticados, não afetam apenas o próprio indivíduo ao ser descoberto, mas também a comunidade científica e a sociedade, porquanto prejudica o desenvolvimento da ciência, além de suscitar incredibilidade e reprovação da conduta desse indivíduo.

Considerando a ética como um dos principais pilares da integridade científica, o âmago das boas práticas em pesquisa, se implementa e complementa perante as responsabilidades das instituições, do próprio pesquisador, das agências de fomento, dos editores científicos, das sociedades científicas e de outros atores informacionais. As ações desses atores devem seguir princípios e valores éticos.

Destarte, a ética deve ser ubíqua em todas as áreas do conhecimento para assegurar a confiabilidade na ciência e por consequência, nortear desdobramentos

positivos nas diferentes formas de relações, sejam científicas, profissionais, políticas, sociais, econômicas etc.

## 2. 2 ÉTICA NA CORRELAÇÃO DOS MEANDROS CIENTÍFICOS

Os prelúdios da comunicação científica são advindos desde a Antiguidade, onde já existia a comunicação da ciência, na qual a tríade de filósofos gregos - Sócrates, Platão e Aristóteles - transmitia seus saberes a partir de debates filosóficos e extensos escritos produzidos por Platão e Aristóteles. Sócrates não deixou escritos, no entanto, sua filosofia se difundiu por obra de Platão, quem deu continuidade a seu pensamento.

A relevância da contribuição dos gregos antigos para a comunicação científica é constatada por Meadows (1999, p. 3), à proporção que

Ninguém pode afirmar quando foi que se começou a fazer pesquisa científica e, por conseguinte, quando, pela primeira vez, houve comunicação científica, [pois] as atividades mais remotas que tiveram impacto na comunicação científica moderna foram inquestionavelmente as dos gregos antigos. A pesquisa científica pode ser comunicada de várias formas, sendo que as duas mais importantes são a fala e a escrita. Os gregos valiam-se de ambas. Assim, nossas discussões “acadêmicas” remontam à Academia, o lugar na periferia de Atenas onde as pessoas se reuniam nos séculos V e IV a.C. para debater questões filosóficas [...].

No século XVII europeu, se instituiu o sistema de comunicação científica moderna, ocasionado pelo surgimento das academias de ciência e a gênese dos primeiros periódicos científicos, originados das atas e cartas dessas novas academias.

Ziman (1981) relata que nas reuniões das primeiras academias, todos assuntos abordados eram registrados e impressos para manter informados os participantes ausentes. Assim, esses impressos foram intitulados anais ou atas das respectivas sociedades, e juntamente, com as cartas enviadas às academias, denominadas *Letters*, deram origem aos primeiros periódicos científicos.

O termo “comunicação científica” foi empregado por John Bernal, no final da

década de trinta do século XX para caracterizar o processo de produção, transferência e uso da informação no campo científico. (Oliveira, 2009, 2013; Sayão; Sales, 2014).

No fragmento da clássica obra *“Communication: the essence of science”*, de Garvey (1979), o cientista reverbera que a comunicação científica

[...] inclui o espectro total de atividades associadas à produção, disseminação e uso de informação, a partir do momento em que o cientista gera a ideia para a sua pesquisa, até quando a informação sobre os resultados de sua pesquisa é aceita como segmento do conhecimento científico [...]. (Garvey, 1979, p. 10, tradução nossa).

Essa visão abrangente revela o percurso da comunicação científica compreendendo a fase inicial, intermediária e final, – produção, disseminação, acesso e uso - no qual o cientista tem a concepção de uma ideia, a desenvolve, produz conhecimento, esse novo conhecimento é aprovado por sua comunidade científica, publicado e, por fim, disponibilizado e utilizado para ser difundido e principalmente gerar novos conhecimentos.

Tal reflexão pode ser afirmada nos pensamentos de Oliveira (2009) ao argumentar:

[...] o principal objetivo de um cientista é produzir novos conhecimentos e que a divulgação de suas descobertas aumenta as oportunidades de circulação desses novos conhecimentos, atendendo não somente ao caráter cumulativo da ciência, mas às regras fundamentais que lhe asseguram originalidade e prioridade. (Oliveira, 2009, p. 291).

Pelas ideias elucidadas, depreende-se o quão significativo representa o papel da comunicação científica ao longo do tempo, inclusive na Antiguidade, quando não existiam os parâmetros estipulados pelo método científico moderno.

Com base nessas reflexões, é importante salientar que a origem da Ciência da Informação está relacionada ao processo da comunicação científica e que envolve atores sociais humanos – acadêmicos e pesquisadores de programas de pós-graduação - e atores não humanos - artefatos sintáticos e semânticos, tais como, os canais e os tipos de informação armazenados e transmitidos por meio de livros, artigos, teses, entre outras publicações. Levando-se, ainda, em consideração, os dispositivos que normatizam esse processo que vem se aperfeiçoando há mais de duzentos anos (Freire, 2021).

No que diz respeito ao uso das TICs na disseminação da ciência, Oliveira

(2013) esclarece que a internet, as mídias e as redes sociais eletrônicas têm produzido mudanças significativas nos processos tradicionais de comunicação científica, alterando padrões e comportamentos, além de possibilitar novas formas de produção, circulação, disseminação, recuperação e uso da informação.

Pinheiro (2012) defende que mesmo com o advento das novas TICs, a internet não pode ser vista como um ambiente sem regras, normas e leis, principalmente no que se refere à produção científica, à medida que os direitos de autoria devem ser respeitados e para isso, são necessárias as citações das obras estudadas e utilizadas.

Ainda pautados em Pinheiro (2012, p. 3):

A internet deveria ser um território ao mesmo tempo democrático, do livre pensar e do exercício da ética, o que depende de políticas públicas de nosso país, de nossas instituições, dos colégios, das universidades, dos institutos de pesquisa, dos professores, pesquisadores, família, dos cidadãos, enfim, de todos nós.

Dessa maneira, torna-se indispensável ensinar as boas práticas na pesquisa e na comunicação de seus resultados, como respeitar os direitos autorais, empregando corretamente as normas de documentação para citação e referências usadas na produção do trabalho acadêmico. Isto permitirá que outras pessoas possam ter acesso às mesmas e garantir a autenticidade e a fidedignidade das informações utilizadas. Além de inibir más condutas, estabelecer uma cultura de Integridade e evitar a má conduta acadêmica e profissional.

Ao relacionarmos ética e comunicação científica, pode-se constatar que ambas contemplam, preconizam e visam estabelecer ações mais comprometidas e responsáveis para os desafios sociais, morais e econômicos provocados pelas transformações das tecnologias da informação e comunicação ocorridas na contemporaneidade.

Nesse contexto, algumas importantes questões nesses campos são frequentes e merecem ser discutidas, como a má conduta na comunicação científica, a exclusão informacional, as barreiras ao acesso à informação, os direitos autorais, o respeito às características culturais, entre outras.

Sendo assim, a seguir, serão tratadas perspectivas ligadas à má conduta na comunicação científica.

### 3 MÁ CONDUTA NA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

A má conduta científica pode ser entendida como um conjunto de práticas que violam a integridade e ética em pesquisa, sendo reprováveis pela comunidade científica e pela sociedade. Heterogêneos atores individuais e coletivos da comunidade científica - em nível nacional e internacional - têm manifestado expressivo interesse e se engajado cada vez mais para coibir tais práticas, por meio de ações significativas dando maior visibilidade e internacionalização ao tema e o contextualizando a uma dimensão global.

Em 2013, o *UK Research and Innovation (UKRI)*<sup>4</sup> elaborou um documento pertinente à política e diretrizes sobre governança de boas condutas em pesquisa a ser aplicado em seus sete conselhos de pesquisa: *Arts and Humanities Research Council (AHRC)*; *Biotechnology and Biological Sciences Research Council (BBSRC)*; *Economic and Social Research Council (ESRC)*; *Engineering and Physical Sciences Research Council (EPSRC)*; *Medical Research Council (MRC)*; *Natural Environment Research Council (NERC)*; e, *Science and Technology Facilities Council (STFC)*.

Nesse documento são relatadas as condutas de pesquisa inaceitáveis, de forma que o comportamento inapropriado em pesquisa é amplo, podendo variar de pequenos delitos ocorridos ocasionalmente e inadvertidamente a atos graves como apropriação indevida de autoria ou fabricação e manipulação de dados (UKRI, 2013).

Seguindo essa proposição, a *MRC* (2021) endossou e acrescentou que a má conduta em pesquisa é definida sendo uma “conduta inaceitável que inclui fabricação, falsificação, plágio, deturpação, má gestão ou inadequada preservação de dados e/ou materiais primários e violação do dever de cuidado.” (MRC, 2021, p. 5, tradução nossa).

Nas contribuições do *Office of Research Integrity (ORI)*:

A má conduta de pesquisa (anteriormente chamada de má conduta científica) é um conjunto estreitamente definido de ações que questionam a integridade científica de um corpo de trabalho. Em conformidade com os regulamentos que articulam a autoridade

<sup>4</sup> Lançado em abril de 2018, o *UKRI* é um órgão público não departamental patrocinado pelo *Department for Business, Energy and Industrial Strategy (BEIS)*. A organização reúne os sete conselhos disciplinares de pesquisa, a *Research England*, responsável por apoiar a pesquisa e o intercâmbio de conhecimento em instituições de ensino superior na Inglaterra e a agência de inovação do Reino Unido, *Innovate UK*. Disponível em: <https://www.ukri.org/about-us/who-we-are/>. Acesso em: 24 nov. 2021.

estatutária da *ORI*, má conduta de pesquisa é definida como "fabricação, falsificação ou plágio ao propor, realizar ou revisar pesquisas, ou ao relatar resultados de pesquisas... A má conduta de pesquisa não inclui erro honesto ou diferenças de opinião." (*ORI*, 2016, tradução nossa).

A *National Science Foundation (NSF)*, a principal agência federal norte-americana de fomento à pesquisa básica, fundada em 1950 pelo Congresso dos Estados Unidos visa incentivar o progresso da ciência para auxiliar na promoção à saúde, prosperidade e bem-estar nacional, apoiando a pesquisa e a educação em todos os campos da ciência e da engenharia.

Desde 2007, a *NSF* exige para as instituições que financia, treinamento em integridade em pesquisa para assegurar a conduta responsável na ciência e aclara que a má conduta científica implica na fabricação, falsificação ou plágio na proposição, execução ou relato dos resultados de pesquisas financiadas por ela (*NSF*, 2020).

Nas perspectivas brasileiras, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (*CNPq*) definiu a fraude ou a má conduta em publicações científicas sendo:

**Fabricação ou invenção de dados:** consiste na apresentação de dados ou resultados inverídicos;

**Falsificação:** consiste na manipulação fraudulenta de resultados obtidos de forma a alterar-lhes o significado, sua interpretação ou mesmo sua confiabilidade. Cabe também nessa definição a apresentação de resultados reais como se tivessem sido obtidos em condições diversas daquelas efetivamente utilizadas;

**Plágio:** consiste na apresentação, como se fosse de sua autoria, de resultados ou conclusões anteriormente obtidos por outro autor, bem como de textos integrais ou de parte substancial de textos alheios sem os cuidados detalhados nas Diretrizes. Comete igualmente plágio quem se utiliza de ideias ou dados obtidos em análises de projetos ou manuscritos não publicados aos quais teve acesso como consultor, revisor, editor ou assemelhado; e,

**Autoplágio:** consiste na apresentação total ou parcial de textos já publicados pelo mesmo autor, sem as devidas referências aos trabalhos anteriores. (*CNPQ*, 2011, p. 3-4, grifo nosso).

Segundo a Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (*FAPESP*), a má conduta científica pode ser compreendida como:

Entende-se por **má conduta científica** toda conduta de um pesquisador que, **por intenção ou negligência**, transgride os valores e princípios que definem a integridade ética da pesquisa científica e das relações entre pesquisadores, tal como os

formulados neste código. A má conduta científica não se confunde com o erro científico cometido de boa-fé nem com divergências honestas em matéria científica. (FAPESP, 2014, p. 31, grifo nosso).

Ademais, as más condutas graves mais comuns são:

(a) A **fabricação**, ou afirmação de que foram obtidos ou conduzidos dados, procedimentos ou resultados que realmente não o foram. (b) A **falsificação**, ou apresentação de dados, procedimentos ou resultados de pesquisa de maneira relevantemente modificada, imprecisa ou incompleta, a ponto de poder interferir na avaliação do peso científico que realmente conferem às conclusões que deles se extraem. (c) O **plágio**, ou a utilização de ideias ou formulações verbais, orais ou escritas de outrem sem dar-lhe por elas, expressa e claramente, o devido crédito, de modo a gerar razoavelmente a percepção de que sejam ideias ou formulações de autoria própria. (FAPESP, 2014, p. 31, grifo nosso).

É perceptível que as definições acerca da má conduta por essas duas instituições são atreladas principalmente à fabricação e falsificação de dados e plágio (comumente designados pela sigla FFP). Para uma melhor apreensão desses e outros problemas éticos que ocorrem habitualmente na comunicação científica, eles serão mais detalhados na próxima seção.

Entretantes, conforme a FAPESP (2014), as instituições de pesquisa são as principais responsáveis pela adoção de iniciativas que promovam uma cultura de boa conduta científica entre seus pesquisadores e discentes. Além disso, devem viabilizar ações que auxiliem na prevenção, investigação e punição de más condutas científicas que ocorram em seu âmbito.

Enfatiza-se ser necessário que toda instituição de pesquisa tenha políticas e procedimentos claramente formulados para lidar com a questão da integridade ética da pesquisa da sua comunidade científica (FAPESP, 2014).

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) associa a má conduta ao plágio, citando que a prática danosa de “copiar e colar” textos tem sido facilitada e ampliada em virtude do desenvolvimento das TICs e além de ser uma prática ilegal, o procedimento nocivo prejudica a pesquisa e pode causar danos irreparáveis. A CAPES ainda sugere que cabem às instituições de ensino brasileiras, adotarem políticas de conscientização e procedimentos específicos para garantir a propriedade intelectual a sua comunidade científica (CAPES, 2011).

Pode ser observado que as diretrizes e recomendações das importantes agências brasileiras de fomento à pesquisa, seja em nível federal ou estadual, – CNPq, CAPES, FAPESP – são congruentes pois preconizam que as entidades científicas precisam incentivar a implantação de ações preventivas, educativas, corretivas e, inclusive punitivas a sua comunidade científica para tratar de questões referentes à *RI/RCR* (sigla internacional empregada para “*research integrity and responsible conduct of research*” – integridade em pesquisa e conduta responsável na pesquisa).

Isto significa igualmente reiterar a importância do posicionamento e das estratégias adotadas pelos órgãos de fomento à pesquisa para evitar a má conduta científica, principalmente aos jovens pesquisadores.

Uma das principais sociedades científicas do País, a Academia Brasileira de Ciências (ABC) define que “as más condutas dizem respeito, sobretudo, à fabricação, à falsificação e ao plágio, mas envolvem também a desatenção às boas práticas reconhecidas na atividade de pesquisa” (ABC, 2013, p. 5).

O *Council of Science Editors* (CSE) declara que não existe uma aceção padrão de má conduta em pesquisa e com o passar do tempo, novas designações serão delimitadas graças à evolução das TICs e dos métodos científicos. Desse modo, a má conduta em pesquisa refere-se principalmente aos seguintes problemas éticos: “maus tratos dos sujeitos da pesquisa; falsificação e fabricação de dados; e, pirataria e plágio” (CSE, 2017, p. 58).

Com o vertiginoso desenvolvimento da ciência, outra questão importante a ser discutida são as motivações que provocam a conduta imprópria científica, no qual podem estar vinculadas a diversos fatores, a saber: vantagens, prestígio e notoriedade na carreira, obtenção de auxílios financeiros, premiações, competitividade, pressão, produtividade exigida, a própria falta de princípios e valores éticos, desconhecimento de normas de citação e referência etc.

Damásio (2017) reverbera algumas questões que conduzem à má conduta na ciência, citando a busca de recursos, consagração ou perenidade no âmbito científico, onde alguns pesquisadores podem agir de maneira antiética para se estabelecerem e/ou perpetuarem nas suas respectivas áreas do conhecimento.

Além do que, Ziman (1979, p. 163) constata que a publicação em periódicos científicos prestigiados assegura uma maior notabilidade do autor: “artigo publicado numa revista conceituada não representa apenas a opinião do autor; leva também o

selo de autenticidade científica através do *imprimatur* dado pelo autor e os examinadores que ele possa ter consultado.”

Outrossim, Bourdieu (2004) versa que:

Têm-se, assim, testemunhos vindos de responsáveis pelas grandes revistas americanas de Física que contam que seus pesquisadores lhes telefonam dia e noite, angustiados, porque se pode perder o benefício de vinte anos de pesquisa por cinco minutos de atraso. Compreende-se que nessas condições se esteja longe da visão hagiográfica da ciência que é desmentida por tudo o que se conhece da verdade da pesquisa: **os plágios, o roubo de ideias**, as querelas de prioridades e tantas outras práticas que são tão antigas quanto a própria ciência. Os eruditos são interessados, têm vontade de chegar primeiro, de serem os melhores, de brilhar (Bourdieu, 2004, p. 31, grifo nosso).

Importante destacar que essas violações não ocorrem apenas na produção de artigos de periódicos científicos. Contudo, devido às particularidades dinâmicas e expressivas inerentes a esse tipo de documento, conforme mencionadas anteriormente neste estudo, os periódicos suscitam como um meio mais favorável à prática da desonestidade em âmbito científico.

Rode e Silva (2022) atestam que no processo editorial, é de suma importância o editor - essencialmente responsável pelo que se publica em seu periódico - e os demais membros da equipe editorial instruírem claramente os autores no que tange às más condutas científicas, de forma que os revisores devem ser criteriosos e com bom conhecimento do tema avaliado. Essas atribuições podem mitigar o problema, porém, não erradicar, visto a multiplicidade de fatores que podem levar a práticas desonestas na produção e comunicação científicas.

Isto posto, a exigência da produtividade impulsionada pelo modelo estrutural acadêmico e científico vigente é um fator destacado para práticas antiéticas cada vez mais frequentes.

A obtenção de poder e produtividade no meio científico a qualquer custo, isenta de responsabilidade, integridade e ética na pesquisa, pode acarretar condutas inapropriadas. Isso implica em consequências severas à ciência, como atraso no desenvolvimento e progresso científicos, efeitos prejudiciais sejam sociais e/ou econômicos decorrentes de um falso conhecimento, tempo despendido para retificar erros nas publicações, investimentos financeiros e humanos subutilizados, danos e injustiça a pesquisadores que poderiam ter produzido conhecimento efetivo,

possíveis prejuízos profissionais, desmotivação na carreira, incredibilidade na ciência, entre outras.

Dessa maneira, os órgãos de fomento à pesquisa devem estar atentos nos investimentos efetivos de pesquisas confiáveis e “[...] instituir mecanismos que permitam identificar e desestimular as práticas fraudulentas na pesquisa, e estimular a integridade na produção e publicação dos resultados de pesquisa.” (CNPq, 2011, p. 2).

Pelo exposto, percebe-se, então, o estímulo e comprometimento das agências brasileiras e internacionais de financiamento em pesquisas ao delinear diretrizes e orientações pertinentes à integridade nas investigações científicas aos seus bolsistas e pesquisadores por meio da elaboração de guias, manuais, códigos etc.

No entanto, além de instituir dispositivos normativos, esses atores coletivos da comunidade científica e governos de diversos países do mundo, também têm tido a preocupação em instaurar câmaras, comitês, comissões de ética e/ou integridade em pesquisa. Tais medidas são exigidas em muitas universidades como condição para se obter investimento na pesquisa (Russo, 2014).

Por conseguinte, a ideia apresentada reforça que as instituições de pesquisas, editores científicos e as agências de fomento devem lidar com as questões de integridade e ética na pesquisa de forma mais ostensiva e zelosa.

### 3. 1 PROBLEMAS ÉTICOS NA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

Um dos grandes desafios da atualidade na comunicação científica é combater a má conduta em pesquisa, em outras palavras, a desonestidade acadêmica. A despeito de não se tratar de um problema atual, as facilidades impulsionadas pelas TICs contribuem para que decorram esses desvios de conduta, gerando uma progressiva inquietação em todos devido a suscitar incertezas e até mesmo, incredibilidade nas descobertas científicas.

Algumas questões éticas como o autoplágio, manipulação de citação e o fatiamento de publicação (*salami slicing*, termo usualmente utilizado em inglês) são consideradas complexas e polêmicas como será visto adiante.

Outras modalidades de desonestidade acadêmica vêm se capilarizando à proporção em que escolas e universidades de todo o mundo se voltam para o ensino remoto como o questionável e controverso uso dos recursos oferecidos pela

Inteligência Artificial (IA), entre eles, o *Chat Generative Pre-trained Transformer (ChatGPT)*, *Microsoft Copilot*, *Gemini* que auxiliam no planejamento, escrita e aprendizado dos indivíduos.

Por isso, é importante ter em mente, os novos desafios e oportunidades de assegurar a integridade nos trabalhos dos discentes a esse novo ambiente que potencializou maiores possibilidades para que o aluno cometa uma fraude. (TURNITIN, 2021)<sup>5</sup>

Podem ser observados no Quadro 2, exemplos dessas modalidades de má conduta na comunicação científica praticadas em ambientes de ensino remoto:

**Quadro 2 - Problemas de má conduta científica no ambiente de ensino remoto**

| <b>PROBLEMAS</b>                                   | <b>DESCRIÇÃO</b>  |
|--|---|
| Compra e venda de trabalhos acadêmicos na internet | Envolver uma terceira parte (gratuitamente, pagando ou como um favor) para completar uma tarefa e apresentá-la como sendo sua. Os <i>sites</i> de venda de trabalhos aumentaram em escala, geralmente visando alunos vulneráveis, por meio das redes sociais. |
| Escrita baseada em Inteligência Artificial (IA)    | Usar uma ferramenta baseada em IA para terminar uma tarefa de dissertação ou tese.  |
| Alteração de ordem ou manipulação de texto         | Atribuir o conteúdo escrito por outra pessoa e executá-lo em um <i>software</i> para modificar textos, ou manipular o conteúdo com a intenção de driblar a detecção de similaridade.  |
| Plágio de código-fonte                             | Copiar ou adaptar o código-fonte sem a atribuição ao criador original.  |
| <i>Software</i> espião                             | Usar a tecnologia como fones de ouvido escondidos, <i>smartphones</i> , <i>software</i> que capturam a tela da tarefa, e banco de testes <i>online</i> para obter as respostas das avaliações.  |
| Usar terceiros para responder                      | O uso de uma terceira pessoa para fornecer respostas, ou equipamentos com <i>Bluetooth</i> para comunicar respostas de  |

<sup>5</sup> A *Turnitin* é uma empresa que oferece *software* para verificação de originalidade e prevenção de plágio revelando semelhanças entre o texto apresentado pelo aluno juntamente aos documentos existentes na base do sistema e páginas da internet. Seus produtos são desenvolvidos como soluções para promover a integridade acadêmica, melhorar o desempenho da aprendizagem e a pesquisa dos alunos, estimulando o pensamento original. As informações sobre produtos e serviços encontra-se disponível em: <https://www.turnitin.com/pt>. Acesso em: 07 nov. 2023.

|                        |   |
|------------------------|---|
| Cópia entre estudantes | atividades por meio de pontos de escuta. Aulas remotas sem supervisão, podem promover um aumento da cópia de conteúdos de estudantes, sejam trabalhos em grupos ou individuais. |
|------------------------|---|

**Fonte:** Adaptado e traduzido de Turnitin (2023).

Ademais, Valentim (2014) avaliza em seus estudos que existem várias empresas especializadas na produção de pesquisas acadêmico-científicas<sup>6</sup> e que têm angariado expressivo lucro com esse tipo de serviço prestado. Sob esse tocante, os coordenadores e os colegiados dos cursos de graduação e pós-graduação devem fazer uma avaliação acerca deste tipo de fraude, pois são profissionais especializados que desenvolvem esses trabalhos aos discentes, no qual asseguram “garantia de qualidade”, “sigilo total”, “exclusividade”, “profissionais qualificados”, “tempo poupado”, entre outras “vantagens.”

Importante ressaltar que pela legislação brasileira, esse tipo de serviço comercial prestado não acarreta punição, nem tampouco há sanção para os profissionais que atuam nesse mercado de trabalho (Valentim, 2014).

Outras discussões eminentes em torno dos problemas éticos que perpassam a comunicação científica são ponderadas por Sousa *et al.* (2016, p. 461) ao revelar que “não é possível estabelecer, com precisão, quantas e quais são as maneiras de ação desonesta em ambiente acadêmico” e a desonestidade acadêmica implica em prejuízos não apenas aos pares, conquanto estenda-se aos futuros profissionais e à sociedade.

Essa narrativa nos faz depreender que os efeitos relacionados à má conduta científica causados na formação acadêmica do estudante, poderão similarmente acarretar consequências em sua vida profissional refletidas em ações negativas, seja em seu ambiente de trabalho ou de pesquisa.

Desse modo, com base nos estudos de Steneck (2007), CNPq (2011), ABC (2013), Cury (2012), FAPESP (2014), Krokoszcz (2014), Valentim (2014), Pádua e

<sup>6</sup> MONOGRAFIAS DIGITAIS. Disponível em: <https://monografiasdigitais.com.br/>. Acesso em: 05 dez. 2023.

MONOGRAFIAS PRONTAS. Disponível em: <http://www.monografiasprontas.com/>. Acesso em: 05 dez. 2023.

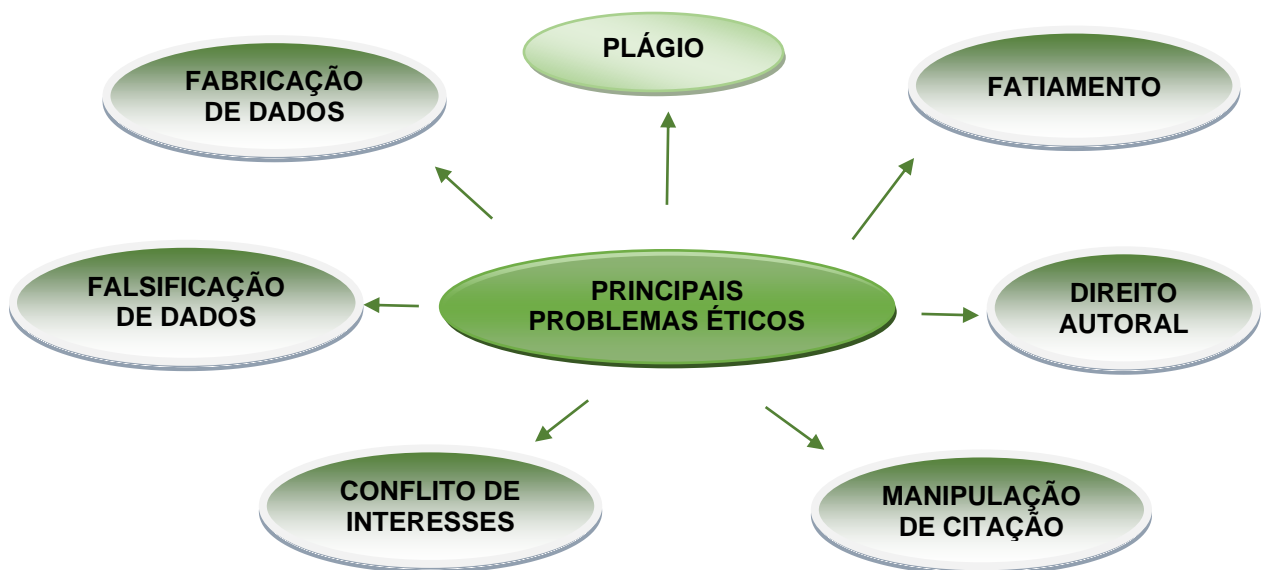
STUDYBAY. Disponível em: <https://studybaybrasil.club/>. Acesso em: 05 dez. 2023.

TRABALHOS ACADÊMICOS 10. Disponível em: <https://www.trabalhosacademicos10.com.br/>. Acesso em: 05 dez. 2023.

TRABALHOS ACADÊMICOS 24H. Disponível em: <https://trabalhosacademicos24h.com.br/>. Acesso em: 05 dez. 2023.

Guilhem (2015), Sousa *et al.* (2016), CSE (2017), Pádua (2018), Silva *et al.* (2018), Fiocruz (2019), Alves Júnior e Ravagnani (2020), Gunturiz Albarracín, Castro e Chaparro (2020), elaborou-se a Figura 1 apresentando os exemplos de problemas éticos mais comuns na comunicação científica, de forma que, sob nenhuma hipótese, o intuito foi esgotar as alternativas de condutas desonestas, mas sim ilustrar situações peculiares que podem intercorrer no ambiente científico.

**Figura 1** - Problemas éticos mais típicos na comunicação científica



**Fonte:** Elaboração própria.

A Figura 1 elucida as modalidades mais usuais sobre má conduta que transcorrem no âmbito científico. Reitera-se que de maneira alguma a ilustração teve o propósito de limitar a existência de outros problemas éticos no que diz respeito à integridade em pesquisa, somente evidenciar as situações mais recorrentes.

Damasio (2017) informa que a preocupação com os casos de plágio, fabricação e falsificação de dados seriam as principais formas de má conduta na comunicação científica e que ainda há pouca discussão sobre a responsabilização dos diferentes atores, a saber, autores, revisores e editores, que são responsáveis por todo o processo da comunicação científica.

Além desses três problemas recorrentes no meio científico, há outras questões que comprometem a qualidade e a confiabilidade da pesquisa científica.

Dessa forma, a seguir, veremos os problemas ocorridos com maior frequência na comunicação científica.

### 3.1.1 Plágio

O plágio é comumente entendido como uma prática na qual o indivíduo copia ou se apropria indevidamente da obra de terceiros, não atribuindo os devidos créditos, usurpando-a e apresentando-a como sendo de sua autoria.

Essa má conduta científica não é algo recente, sendo considerada uma das modalidades mais comuns dentre os problemas éticos em pesquisa. Sempre ocorreu na publicação científica, como também em outras esferas, como na música, nas artes, na literatura, podendo ser visto como um procedimento constante na vida humana e justificado por diversos fatores, entre eles, a disputa por recursos, a busca e manutenção de reputação, exigência para publicar em tempo escasso, produtivismo acadêmico *etc.* (Krokosz, 2014; Alves, 2016; Battestin; Dutra, 2019).

Segundo Alves (2016), a configuração mais complexa do plágio na ciência, resulta no plágio acadêmico, uma denotação diferenciada do plágio tradicional. Os motivos que provocam a prática do plágio no âmbito acadêmico são os mais diversificados, a saber: o desconhecimento técnico das normas, a falta de ética do indivíduo, dificuldades de escrita, falta de competência em informação, poucas iniciativas e discussões sobre o tema da integridade em pesquisa nas instituições de ensino, facilidades geradas pelas tecnologias de informação e comunicação – rápida edição de texto e facilidade de acesso à informação disponível em meio eletrônico –, tempo exíguo, acúmulo de atividades, pressão para escrever muitas publicações, concessão de bolsas científicas, ministrar grande número de disciplinas, ansiedade, entre outros. (Krokosz, 2014; Alves, 2016; Battestin; Dutra, 2019; Alves Júnior; Ravagnani, 2020).

Rode e Silva (2022, p. 64) enfatizam que “o plágio é a apropriação da ideia de outra pessoa sem dar o devido crédito, e a redundância ou o autoplágio quando o autor duplica sua própria produção também sem a devida citação.” Assim sendo, o plágio afeta significativamente a produção científica à medida que eleva exponencialmente seu volume, mas também aumenta a preocupação com a quantidade de textos plagiados (Rode; Silva, 2022).

Inobstante o incremento das TICs facilitar o plágio, graças ao mecanismo de “copiar e colar” propiciado pelos programas de computador, igualmente pode ser utilizado para a verificação dos textos e possível comprovação da má conduta. Isto aponta os lados negativos e positivos promovidos pelas novas tecnologias (Rode; Silva, 2022).

Krokosczyk (2011, 2014) assevera que o plágio seja do ponto de vista intencional como acidental é um assunto complexo e desafiador aos atores informacionais que devem perpassar o olhar de controle e punição, mas vislumbrar em direção à adoção de estratégias educativas comprometidas com a ética, conscientização, orientação e formação acadêmica. Isto significa que as instituições de ensino e pesquisa são as principais responsáveis no estabelecimento de práticas engajadoras para combater o plágio.

O autor desvela ainda em suas pesquisas, uma tipologia variada relacionada ao plágio, conforme exposto no Quadro 3.

**Quadro 3** - Tipologias de plágio mais comuns no meio acadêmico

| <b>Tipologia internacional</b>     | <b>Adaptação</b>  | <b>Descrição</b>   |
|------------------------------------|-------------------|--|
| <i>Word of Word Plagiarism</i>     | Plágio Direto     | Reprodução literal de um texto original sem identificação da fonte.  |
| <i>Paraphrasing Plagiarism</i>     | Plágio Indireto   | Reprodução das ideias de uma fonte original com palavras diferentes da fonte original, mas sem identificá-la.                                      |
| <i>Mosaic Plagiarism</i>           | Plágio Mosaico    | Reprodução de fragmentos de fontes diferentes que são misturados com palavras, conjunções, preposições para que o texto tenha sentido.             |
| <i>Collusion Plagiarism</i>        | Plágio Consentido | Apresentação de trabalhos como sendo próprios, mas que na verdade foram cedidos por outros (amigos, colegas, parentes, entre outros) ou comprados. |
| <i>Apt Phrase Plagiarism</i>       | Plágio de Chavão  | Reprodução de expressões, chavões ou frases de efeito elaboradas por outros autores.   |
| <i>Plagiarism of Second Source</i> | Plágio de Fontes  | Reprodução das citações apresentadas em outros trabalhos, porém a fonte  |

|                        |            |  |
|------------------------|------------|--|
|                        |            | citada não foi consultada pelo relator.                                    |
| <i>Self-Plagiarism</i> | Autoplágio | Reprodução de trabalhos próprios já apresentados em outras circunstâncias. |

**Fonte:** Krokosz (2014, p. 41).

A partir da tipologia apresentada, Krokosz (2014) sublinha que o plágio direito, o plágio mosaico e o plágio consentido são as formas mais evidentes de ocorrência do plágio intencional. Entrementes, o plágio indireto, o plágio de chavão, o plágio de fontes tendenciam a ser acidentais, inclusive o autoplágio - tipo de plágio no qual muitas vezes causa controvérsia por não existir uma porcentagem, limitação ou definição de apresentação/publicação de conteúdo próprio em ocasiões distintas.

Direcionados ao autoplágio, Maia (2017) compara essa prática ao fatiamento de publicações e alega que muitas vezes é antiética, pois tem o objetivo de aumentar o número de publicações para obtenção de vantagens financeiras ou acadêmicas. Entretanto, em algumas situações, como estudos epidemiológicos - investigações com delineamento transversal ou longitudinal, observacional ou de intervenção - são coletadas muitas informações, e, geralmente, por se tratar de distintos aspectos da saúde de vários indivíduos, os resultados extensos não cabem em um único artigo ou não seriam detalhados adequadamente, sendo assim, necessária à sua fragmentação em artigos posteriores.

Uma visão antagônica é explorada por Moskovitz (2019) que advoga o autoplágio ser uma prática de reciclagem de texto ao reutilizar material textual de documentos anteriores do próprio autor em um novo trabalho. Todavia, prossegue o autor, isto representa um conjunto complexo de desafios éticos e práticos para a comunidade científica, visto que os aspectos éticos são reverberados, e, por outro lado, os aspectos legais, ignorados ou expressados de forma obscura.

Nesse sentido, Moskovitz, Hansen e Yelverton (2023) propõem que o governo dos países reavalie à sua legislação pertinente aos direitos de autor para a questão legal da reciclagem de textos, levando em consideração as situações que possam ser contempladas e aceitáveis na comunidade científica.

Ainda sobre a reciclagem de texto *versus* autoplágio:

As leis de direitos autorais e os contratos dos editores são difíceis de interpretar e altamente variáveis, tornando difícil para os autores ou

editores saber quando a reciclagem de texto na redação de pesquisas é legal ou ilegal. [Desse modo,] argumentamos que os editores deveriam revisar seus contratos com os autores para tornar a reciclagem de textos explicitamente legal, desde que os autores sigam as diretrizes baseadas na ética. (Moskovitz; Hansen; Yelverton, 2023, p. 473, tradução nossa).

Independente da conjuntura de ser plágio intencional ou acidental, Krokosczy (2012, 2014) pontua que geralmente, essa conduta inadequada é caracterizada como plágio e sendo assim, repudiável e passível de sanções austeras.

Ainda reunidos nas ideias de Krokosczy (2014) salienta-se que

[...] o plágio acadêmico não é um assunto que consta nos manuais de metodologia científica, tampouco recebe orientações facilmente encontráveis nos *websites* das instituições de ensino superior brasileiras, bem como não é temática sobre a qual se tenha produzido considerável conhecimento científico. Nestas condições, esperar do estudante ou do pesquisador brasileiro que produza trabalhos acadêmicos isentos de plágio é exigência cômoda, calcada na indiferença, pois se espera que se saiba de forma espontânea aquilo que não se ensinou. (Krokosczy, 2014, p. 42).

Essa ponderação nos faz refletir sobre a importância da ampla disseminação de conteúdos voltados para a erradicação do plágio em todas suas formas, por meio da institucionalização de dispositivos normativos e de ensino para elaboração de trabalhos acadêmicos que devem ser implementados nas entidades educacionais, abrangendo toda a sua comunidade.

Destarte, esses ensinamentos deveriam ser arraigados desde a educação fundamental do indivíduo, uma vez que o plágio além de ferir os direitos autorais, enfraquece a pesquisa e suscita incredibilidade na ciência.

### **3.1.2 Fabricação de dados**

A fabricação de dados é uma grave prática de desonestidade acadêmica também conhecida como invenção de dados, refere-se à criação de informações, dados ou resultados sem ter havido uma pesquisa de campo ou experimentos.

Por muitas vezes, é praticada com o propósito de tornar a pesquisa mais atrativa, na pretensão de se alcançar resultados benéficos ou lucrativos, como a possibilidade da publicação de um bom estudo, captação de recursos financeiros, obtenção de visibilidade e notoriedade mediante a comunidade científica.

Coury (2012) e Pádua (2018) esclarecem que a fabricação de dados é a descrição de um conjunto, completo ou parcial, de dados que foram inventados no momento de obtê-los, incluindo o relato de experimentos não realizados.

Desta maneira, como qualquer má conduta científica, a fabricação de dados é prejudicial ao desenvolvimento científico, porquanto promove a descrença da ciência ante a sociedade (Alves Júnior; Ravagnani, 2020).

### 3.1.3 Falsificação de dados

A falsificação de dados é um tipo de fraude acadêmica tão preocupante quanto a fabricação de dados e, também, pode estar condicionada a interesses pessoais, profissionais ou acadêmicos. Sua prática consiste em manipular a pesquisa, de modo a alterar, omitir ou mascarar determinados resultados.

Decerto sendo a falsificação de dados compreendida como a modificação dos dados ou resultados para que se adapte àquilo que for conveniente ao pesquisador, o *Office of Research Integrity (ORI)* confirma que tal entendimento está atrelado em manipular materiais, equipamentos ou processos de pesquisa, alterando ou omitindo dados ou resultados de tal modo que a pesquisa não seja representada com precisão no registro de pesquisa (ORI, 2021).

Para Pádua (2018) a falsificação de dados/resultados é assinalada como:

[...] modificação intencional dos materiais utilizados na pesquisa, regulação imprópria de equipamentos, processos ou análises (incluindo análises estatísticas) de forma que os dados ou resultados gerados sejam imprecisos ou incompletos e não representem os dados e resultados reais encontrados. (Pádua, 2018, p. 14).

Sousa *et al.* (2016, p. 461) revelam que a fabricação de dados além de se referir a modificações de dados ou resultados de trabalhos acadêmicos, também pode ser aludida a outras formas de adulteração como a “falsificação de assinaturas, imitação de grafias para simular terceiros, falsificação de cartas de recomendação ou de credenciais em geral.”

Ressalta-se que essa prática proposital e enganosa adotada por alguns pesquisadores com a finalidade de ludibriar terceiros, bem como outros problemas éticos que ocorrem intencionalmente, independentemente da justificativa, são repudiados pela comunidade científica. Além disso, tais pesquisadores são

desmoralizados, precisam se retratar e caso tenham obtido financiamento de agências de fomento ou de demais instituições – sejam públicas ou privadas - para realizar a pesquisa, possivelmente, terão que devolver os recursos financiados.

### 3.1.4 Conflito de interesses

Os conflitos de interesses são vantagens particulares de um autor na qual a pesquisa é direcionada para seu próprio favorecimento ou de outrem, como indivíduos ou instituições. Esses conflitos influenciam nos diferentes vieses da pesquisa comprometendo a objetividade e imparcialidade do estudo científico.

Tais conflitos podem ser de caráter pessoal, comercial, político, religioso, acadêmico ou financeiro (CSE, 2017). São sujeitos a acontecer com revisores, membros de bancas científicas, editores e pareceristas, interferindo na avaliação de publicações científicas ou de processos seletivos.

Gunturiz Albarracín, Castro e Chaparro (2020) argumentam que a expressão “conflitos de interesses” é utilizada baseada em interesses primários e secundários:

[...] em pesquisa ou em clínica, a expressão é usada nos contextos em que o julgamento profissional foi influenciado por um interesse primário. Além disso, a validade da pesquisa também pode ser afetada por **interesses secundários, como um benefício econômico ou acadêmico (reconhecimento profissional), ou pela urgência de publicar.** (Gunturiz Albarracín; Castro; Chaparro, 2020, p. 13, grifo nosso).

Ademais, prosseguem os autores, a existência de conflitos de interesse não desqualifica a integridade de um pesquisador ou o valor científico de sua pesquisa, dependendo de como são tratados os benefícios para que o interesse primário não seja afetado pelo secundário. Os esforços para controlar esses conflitos nas pesquisas científicas não tendem a ignorar os incentivos financeiros ou projeções acadêmicas, mas sim incorporar práticas positivas no meio científico. “Dessa forma, os autores devem expor ao comitê editorial a existência desses conflitos, sem que isso invalide o estudo.” (Gunturiz Albarracín; Castro; Chaparro, 2020, p. 13).

As proposições mencionadas são ratificadas pela FAPESP (2014), ao ponderar que em ocasiões cujos conflitos de interesse primários e secundários coexistam, mesmo tendo a intenção do progresso da ciência, é necessário que o pesquisador reflita acerca do possível prejuízo à objetividade e à imparcialidade da sua pesquisa,

e, se for o caso, ele deverá abdicar das decisões científicas. Contudo, se o pesquisador estiver convicto de que o conflito de interesses não implicará em direcionamento do seu estudo a determinadas perspectivas em prol de seus interesses particulares, garantindo “a objetividade e imparcialidade de suas decisões científicas, a existência do conflito deve ser clara e expressamente declarada a todas as partes interessadas nessas decisões, logo quando tomadas.” (FAPESP, 2014, p. 25).

A existência de diversificados interesses não pode ser considerada errada, pois baseia-se no sistema de crenças ou nos desejos do pesquisador. Ao tratar dos interesses pertinentes ao sistema de crenças, estes são oriundos de julgamentos subjetivos, de forma que determinados pormenores podem ser mal compreendidos em seu meio. Em contrapartida, os desejos são valores e necessidades do pesquisador que devido a este aspecto direcionam as suas ações. (Goldim, 2002).

Importante ratificar que:

Os problemas começam a aparecer quando estes interesses competem entre si e principalmente quando geram deveres e comprometerimentos concorrentes ou conflitantes. Estes deveres e comprometerimentos sim é que podem alterar o processo de tomada de decisão gerando situações questionáveis ou condenáveis. (GOLDIM, 2002, p. 1).

As contribuições de Goldim (2002) auxiliam no entendimento que conflitos de interesses podem existir, contudo, deve haver a preocupação em refletir como tais benefícios se interseccionam para não ocorrer desvio na tomada de decisões, preservando a autenticidade, a veracidade e a fidedignidade dos resultados a serem apresentados.

### **3.1.5 Manipulação de citação**

A manipulação de citação é a prática inadequada em pesquisa que corresponde às citações indevidas nas publicações acadêmicas, podendo ser motivada, na maioria das vezes, pela pressão em publicar, competitividade e busca por obtenção de recursos financeiros ou prestígio no âmbito científico.

O CSE (2017) explana que essa conduta “refere-se a qualquer prática sistemática que pressiona inapropriadamente os autores a citarem material com o objetivo principal de aumentar o número de citações.” (CSE, 2017, p. 25).

Um dos principais responsáveis pela adoção da manipulação de citação se deve ao Fator de Impacto<sup>7</sup> das publicações, cuja principal métrica consiste em qualificar a publicação científica baseada nas citações que ela consegue obter. Isto contribui para que o pesquisador tendencie a disputar por um número grande de citações no sentido de mostrar a importância e o impacto de sua pesquisa.

Além do mais, essa “corrida” por número de citações favorece não apenas o pesquisador, mas também as editoras que veem a notabilidade de seus periódicos altamente citados, e, dessa maneira, tanto editoras como pesquisadores podem recorrer a procedimentos questionáveis em busca de citação e de renome.

O CSE (2017) elucida algumas formas de manipulação de citação:

- Coerção: em alguma fase do parecer, os editores ou qualquer outro membro envolvido no processo editorial, solicita aos autores incluírem citações de seu próprio periódico (ou de outro do mesmo *Publisher*);
- Editoriais: editores publicam editoriais em que é citado um número exagerado de artigos de seus próprios periódicos;
- Sugestão de pareceristas: os pareceristas aconselham os autores a citarem seus artigos;
- Autocitação: ocorre quando os autores citam de forma excessiva um elevado número de seus próprios trabalhos, em todas ou na maioria de suas publicações; e,
- Troca de citações: um grupo de cientistas ligados a um determinado pesquisador concorda em citar preferencialmente e constantemente os trabalhos uns dos outros, em todas ou na maioria de suas publicações.

Ressalta-se, ainda, que caso as citações complementares solicitadas na avaliação contribuam efetivamente para o conteúdo acadêmico da publicação, a ideia do pleito pode ser válida, pois propiciará um maior aporte à ciência. Sendo assim, para mitigar inquietações acerca da manipulação de citação, o *Council of Science Editors (CSE)* sugere aos editores lidar com essas questões clarificando ao

---

<sup>7</sup> A base estatística *Journal Citation Reports (JCR)* da editora *Clarivate Analytics*, é um dos mais importantes indicadores de citações e impacto no meio científico. Porém, é uma ferramenta que avalia periódicos indexados somente na *Web of Science (WOS)*. O *JCR* utiliza dados de citações extraídos de revistas acadêmicas e técnicas, bem como o impacto destas na comunidade científica indexadas pela coleção principal da *Web of Science*. Pelo *JCR* é possível verificar os periódicos mais citados em uma determinada área e a relevância da publicação para a comunidade científica por meio do Fator de Impacto. Disponível em: <https://www.sibi.ufrj.br/index.php/inicio/367-fator-de-impacto-voce-sabe-como-descobrir-o-fator-de-impacto-de-uma-publicacao>. Acesso em: 28 jun. 2022.

autor de que ele não precisa se sentir pressionado a citar artigos apenas porque foi solicitado a fazê-lo, principalmente se o pedido não apresentar mérito científico (CSE, 2017).

No tocante às editoras, é importante que elas preconizem claramente orientações pertinentes à manipulação de citação, pois podem ficar rotuladas por tendenciar a favorecer determinados autores, segundo interesses secundários, comprometendo sua credibilidade no meio científico.

### 3.1.6 Fatiamento

O fatiamento de publicação, também conhecido pelas expressões “*salami slicing*” e “*salami science*” consiste na fragmentação de um mesmo estudo em diversas partes menores para publicar em várias publicações científicas, visando aumentar a produção científica de um pesquisador para proporcionar maior visibilidade ou vantagens no meio acadêmico ou profissional, como aprovação ou reconhecimento na carreira acadêmica, obtenção de financiamento para pesquisas, progressão funcional, entre outras.

Pádua (2018, p. 14) evidencia que a prática acadêmica de fatiar publicação “ocorre quando um grande experimento é separado (fatiado) em partes de menor relevância com objetivo de aumentar o número de publicações em revistas científicas e garantir um maior currículo acadêmico.”

Segundo a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) (2019), o fatiamento de publicação mostra um sentido similar defendido por Pádua (2018) e outros termos também podem ser atribuídos:

**Fragmentação ou ‘fatiamento’ ou “segmentação”:** ocorre quando os resultados de uma pesquisa podem ser publicados em um só artigo, mas são propositadamente publicados de modo fragmentado (“resultados fatiados”), a fim de aumentar o quantitativo de publicações do pesquisador. (FIOCRUZ, 2019, p. 16, grifo nosso).

Maia (2017, p. 3) manifesta que os seguintes aspectos são contemplados para ser constatado o fatiamento da publicação: “[...] mesmos objetivos ou hipóteses, mesma metodologia, características da amostra, resultados e conclusões. A presença dos mesmos autores, ou de parte deles, reforça a suspeição [...]”

Do ponto de vista ético, o fatiamento é visto como uma prática:

Além de ser **antiética**, é também **condenável** por fazer com que editores percam tempo em julgar artigos que não acrescentam novas evidências, ocupam o espaço de contribuições que poderiam ser inovadoras, aumentam deslealmente a concorrência para publicação em periódicos científicos, além de dificultar a identificação de textos que tragam informações substanciais para o avanço do conhecimento científico. (Maia, 2017, p. 3, grifo nosso).

Ademais, Maia (2017) considera que o fatiamento também pode ser identificado como autoplágio, quando partes significativas de uma publicação são novamente publicadas, sem apresentar novas contribuições ou evidências para aprimorar o estudo que foi desenvolvido, no qual o intuito do autor somente implica em elevar o número da sua produtividade para obter ganhos financeiros ou acadêmicos.

Assim sendo, o fatiamento de publicação e o autoplágio, dependendo da situação, podem ser considerados problemas éticos que se imiscuem e imbricam-se, posto que tais práticas, de certa forma estão intimamente relacionadas uma à outra e representam formas de comportamento de publicação duvidosa.

Atestamos, ainda, que na literatura consultada, não existe em nenhum país, leis, fundamentos ou registros legais que retratem uma quantidade específica de partes em que uma pesquisa pode ser segmentada e publicada.

### 3.1.7 Direito autoral

Os direitos autorais são as prerrogativas asseguradas por lei à pessoa física ou jurídica referentes à criação intelectual de obras científicas, tecnológicas, artísticas ou literárias, sendo no Brasil amparados pela Lei de Direitos Autorais<sup>8</sup>.

Para Fernandes, Fernández Fernandes e Goldim (2008, p. 26) o direito autoral é um ramo do Direito:

[...] que regulamenta os direitos relativos às obras científicas, literárias e artísticas, os direitos conexos, direitos dos produtores de fonogramas, organismos de radiodifusão e direitos dos artistas intérpretes ou executantes [sendo de dois tipos:] um deles de caráter pessoal, também chamados de direitos morais, e outros de caráter patrimonial.”

---

<sup>8</sup> Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

Nos estudos de Araya e Vidotti (2010), as autoras remontam que o direito autoral brasileiro foi inspirado nos princípios da Revolução Francesa, nos quais há dois vieses do direito: um de ordem patrimonial, que diz respeito ao autor criador; outra é a perspectiva intelectual.

A Lei de Direitos Autorais (1998), concede ao autor os direitos morais e patrimoniais em relação à sua obra criada. Com base nessa legislação brasileira, elencamos algumas prerrogativas desses direitos descritos no Quadro 4:

**Quadro 4 - Direitos morais e direitos patrimoniais do autor**

| <b>DIREITOS MORAIS</b>  | <b>DIREITOS PATRIMONIAIS</b>   |
|---|--|
| <p>Art. 24. São direitos morais do autor:</p> <p>I - o de reivindicar, a qualquer tempo, a autoria da obra;</p> <p>II - o de ter seu nome, pseudônimo ou sinal convencional indicado ou anunciado, como sendo o do autor, na utilização de sua <b>obra</b>;</p> <p>III - o de conservar a obra inédita;</p> <p>IV - o de assegurar a integridade da obra, opondo-se a quaisquer modificações ou à prática de atos que, de qualquer forma, possam prejudicá-la ou atingi-lo, como autor, em sua reputação ou honra;</p> <p>V - o de modificar a obra, antes ou depois de utilizada;</p> <p>VI - o de retirar de circulação a obra ou de suspender qualquer forma de utilização já autorizada, quando a circulação ou utilização implicarem afronta à sua reputação e imagem;</p> <p>VII - o de ter acesso a exemplar único e raro da obra, quando se encontre legitimamente em poder de outrem, para o fim de, por meio de processo fotográfico ou assemelhado, ou audiovisual, preservar sua memória [...]</p> <p>§ 1º Por morte do autor, transmitem-se a seus sucessores os direitos a que se referem os incisos I a IV.</p> <p>§ 2º Compete ao Estado a defesa da integridade e autoria da obra caída em domínio público.</p> <p>§ 3º Nos casos dos incisos V e VI, ressalvam-se as prévias indenizações a terceiros, quando couberem. [...] Art. 27. Os direitos morais do autor são inalienáveis e irrenunciáveis.</p> | <p>Art. 28. Cabe ao autor o direito exclusivo de utilizar, fruir e dispor da obra literária, artística ou científica.</p> <p>Art. 29. Depende de autorização prévia e expressa do autor a utilização da obra, por quaisquer modalidades, tais como:</p> <p>I - a reprodução parcial ou integral;</p> <p>II - a edição;</p> <p>III - a adaptação, o arranjo musical e quaisquer outras transformações;</p> <p>IV - a tradução para qualquer idioma;</p> <p>V - a inclusão em fonograma ou produção audiovisual;</p> <p>VI - a distribuição, quando não intrínseca ao contrato firmado pelo autor com terceiros para uso ou exploração da obra;</p> <p>VII - a distribuição para oferta de obras ou produções mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema que permita ao usuário realizar a seleção da obra ou produção para percebê-la em um tempo e lugar previamente determinados por quem formula a demanda, e nos casos em que o acesso às obras ou produções se faça por qualquer sistema que importe em pagamento pelo usuário;</p> <p>VIII - a utilização, direta ou indireta, da obra literária, artística ou científica [...]</p> <p>IX - a inclusão em base de dados, o armazenamento em computador, a microfilmagem e as demais formas de arquivamento do gênero;</p> <p>X - quaisquer outras modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas. [...]</p> |

**Fonte:** Adaptação de Brasil (1998, p. 5-7).

No contexto da má conduta na pesquisa científica, algumas problemáticas inerentes aos direitos autorais ocorrem de formas e graus diferenciados, sendo recorrentes em diversos países, por exemplo, a não inclusão de autores e a incorporação indevida de autores (Fernandes; Fernández Fernandes; Goldim, 2008).

Essas condutas inapropriadas e graves prejudicam e desestimulam os indivíduos comprometidos com a ética e a ciência devendo ser banidas no meio científico. Então, como uma possível solução a esses problemas, Fernandes; Fernández Fernandes; Goldim (2008, p. 28), assinalam que alguns editores estão exigindo, adequadamente, a atribuição de cada autor na publicação, “[...] assim, a autoria deve ser atribuída apenas aos pesquisadores que tenham participado de modo relevante desde a concepção até a sua divulgação.”

Uma medida igualmente viável remete-se à instituição ou grupo de pesquisadores para estabelecer a autoria desde o planejamento da pesquisa, ao passo que sejam definidas claramente as contribuições de cada colaborador com vistas a designar a ordem dos autores. Além disso, é necessário que as universidades incorporem em seus currículos acadêmicos, disciplinas para a formação integral em ética científica e profissional, como também tornar transparente as colaborações de discentes, docentes e pesquisadores nas publicações científicas (Gunturiz Albarracín; Castro; Chaparro, 2020).

Nesse cenário, é imperativo aduzir a taxonomia *CRedit* (*Contributor Roles Taxonomy*)<sup>9</sup> traduzida como Taxonomia das Funções do Colaborador é uma estrutura que descreve detalhadamente a contribuição de cada colaborador na produção de uma publicação científica. Essa ferramenta procura tornar clara as atribuições e responsabilidades dos autores, consolidando os direitos autorais.

---

<sup>9</sup> A taxonomia *CRedit* se originou em meados de 2012, nos quais o *Wellcome Trust* e a Universidade de Harvard organizaram um *workshop* para reunir membros das instituições acadêmicas, editoriais e financiadoras interessadas em adotar modelos alternativos de contribuição e atribuição autorais. Após o *workshop*, um projeto piloto foi desenvolvido com um grupo de editores de periódicos principalmente biomédicas e membros do *International Committee of Medical Journal Editors (ICMJE)* para criar um vocabulário controlado de papéis de contribuidores (taxonomia) que poderia ser usado para descrever as “contribuições” da produção acadêmica publicada em biomedicina e ciência de forma mais ampla. O objetivo era elaborar uma taxonomia prática e fácil de entender, minimizando concomitantemente o potencial do uso indevido de atribuições. Assim sendo, testou-se um rascunho de taxonomia com uma amostra de autores correspondentes recentes à época que publicaram em ciências e foi relativamente bem recebido. Os resultados do teste piloto estão descritos nos comentários do periódico *Nature* (abr. 2014). Disponível em: <https://credit.niso.org/background/>. Acesso em: 23 out. 2023.

Assim, a *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* postula que a referida taxonomia busca “prover transparência em relação às contribuições dos autores em trabalhos científicos, possibilitando melhorias nos sistemas de atribuição, crédito e prestação de contas.” (SCIELO, 2022, p. 2).

A taxonomia CRediT foi aperfeiçoada pelo *Consortia Advancing Standards in Research Administration (CASRAI)* e *National Information Standards Organization (NISO)*, sendo adotada por renomados editores de periódicos científicos internacionais e brasileiros como *British Medical Journal (BMJ)*, *Cambridge University Press*, *Elsevier*, *SAE International*, *SAGE Publications*, *Springer*, *Wiley VCH*, *Wolters Kluwer*, *Oxford University Press*, *Cell Press*, *Public Library of Science (PLOS)*, *SciELO Brasil*, editoras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) etc. Ela também se integra a alguns sistemas de submissão e revisão por pares, além da sua utilização em ferramentas de fluxo de trabalho de pesquisa.

De acordo com os argumentos apresentados sobre os direitos autorais, a questão da autoria de trabalhos científicos é um dos grandes desafios contemporâneos de discussão ética e legal.

Os dispositivos jurídicos, normativos e de ensino acerca dos direitos autorais são imprescindíveis, devendo ser amplamente divulgados nos programas de graduação e pós-graduação das universidades, bem como nas demais entidades científicas com vistas a dirimir problemas relativos à omissão e à inclusão indevida de autores, uso de material sem a permissão do autor, além da não citação dos autores utilizados na elaboração de trabalhos acadêmicos e outras questões de cunho autoral.

## 4 INTEGRIDADE EM PESQUISA E DISPOSITIVOS NORMATIVOS

Nesta seção discutiremos definições e princípios sobre integridade em pesquisa baseadas em heterogêneas perspectivas e em sequência. Apresentaremos iniciativas e dispositivos normativos internacionais e brasileiros, pertinentes à integridade em pesquisa e suas possíveis relações para a construção e o estabelecimento de uma cultura de integridade nas universidades e outros ambientes de pesquisa.

### 4.1 ACEPÇÕES E PRINCÍPIOS SOBRE INTEGRIDADE EM PESQUISA

O termo integridade em pesquisa tem sido apresentado por autores e entidades de heterogêneas formas, entre elas: integridade em pesquisa, integridade científica, integridade na pesquisa, honestidade acadêmica, boas práticas em pesquisas científicas, boa conduta científica, entre outros termos associados. Tal proliferação de expressões se deve à complexidade da sua definição, bem como a sua multiplicidade de relações e aplicabilidade na ciência (Macrina, 2005).

Jesus e González de Gómez (2019) abordam a integridade em pesquisa como um termo “guarda-chuva”, cuja abrangência é extensa e pode ser adotada em diversas temáticas ligadas à conduta ética em pesquisa, a saber: “pesquisa envolvendo seres humanos e animais, concepção do projeto de pesquisa, gestão de dados e de materiais de pesquisa, análise de dados, publicação, práticas de autoria, revisão por pares, mentoria, conflito de interesse, entre muitas outras.” (Jesus; González de Gómez, 2019, p. 2).

Santos (2011) traz à luz que

a expressão “integridade da pesquisa” (*“research integrity”*) vem sendo utilizada para demarcar um campo particular no interior da ética profissional do cientista, entendida como a esfera total dos deveres éticos a que o cientista está submetido ao realizar suas atividades propriamente científicas. [...] a ética profissional do cientista inclui um conjunto de deveres derivados de valores éticos especificamente científicos, isto é, valores que se impõem ao cientista em virtude de seu compromisso com a própria finalidade de sua profissão: a construção coletiva da ciência como um patrimônio coletivo. O princípio desse campo particular da ética profissional é: ao exercer suas atividades científicas, um pesquisador deve sempre visar a contribuir para a construção coletiva da ciência como um patrimônio coletivo, deve abster-se de agir, intencionalmente ou por

negligência, de modo a impedir ou prejudicar o trabalho coletivo de construção da ciência e a apropriação coletiva de seus resultados. É a essa parte da ética profissional do cientista que remete a expressão “integridade da pesquisa. (Santos, 2011, p. 1).

A contribuição do *H2020 INTEGRITY Project* (Projeto H2020 INTEGRIDADE) do *Horizon 2020 Programme* (Programa Horizonte 2020)<sup>10</sup> clarifica que a integridade em pesquisa

[...] incorpora os fundamentos da pesquisa de alta qualidade e/ou excelência em pesquisa, que estão fundamentalmente ligados à percepção, desenvolvimento, estabelecimento e incorporação de normas e/ou diretrizes de Conduta Responsável em Pesquisa e Ética em Pesquisa. Essas diretrizes refletem o que é comumente conhecido como melhores práticas em ciência que se espera que um pesquisador aprenda e implemente, ao realizar sua pesquisa. (H2020 Integrity Project, 2022, tradução nossa).

As abordagens citadas nos levam a crer que primeiramente trata-se de um termo de ampla dimensão podendo ser atribuído a múltiplas situações. Segundo, considerando a conduta responsável do pesquisador no que tange ao compromisso das suas atividades laborais, cabe a ele colocar em prática seus princípios e valores éticos arraigados, transformando-os em insumos essenciais para a produção e fomento da ciência, de forma íntegra, transparente e confiável destinada ao bem coletivo.

Portanto, podemos ratificar que a tratativa concernente ao fazer científico deve ter em vista o comprometimento ético dos pesquisadores em relação aos direitos e ao respeito à vida humana, animal e ao meio ambiente.

A *All European Academies (ALLEA)* comprova no “Código Europeu de Conduta para a Integridade em Pesquisa”<sup>11</sup> (2017) que as boas práticas de pesquisa devem ser baseadas em “[...] princípios fundamentais de pesquisa integridade. Eles orientam os pesquisadores em seus trabalhos, bem como no seu envolvimento com prática, ética e intelectual desafios inerentes à pesquisa (ALLEA, 2017, p. 3,

<sup>10</sup> O *Horizon 2020* foi um dos maiores programas de financiamento em pesquisa e inovação da União Europeia (UE) que disponibilizou cerca de 80 bilhões de euros durante o período de sete anos (2014-2020) para investimento prioritário nos pilares de pesquisa voltados para a excelência científica, liderança industrial e enfrentamento dos desafios sociais. Esse Programa permitiu a participação de empresas, instituições e pesquisadores de todo o mundo. Após sua vigência, o *Horizon 2020* foi substituído pelo *Horizon Europe* (COMISSÃO EUROPEIA, 2021).

<sup>11</sup> Título original da publicação *The European Code of Conduct for Research Integrity*. Disponível em: <https://www.allea.org/wp-content/uploads/2017/05/ALLEA-European-Code-of-Conduct-for-Research-Integrity-2017.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2022.

tradução nossa).

Nesse contexto, é importante ter conhecimento sobre os princípios gerais que regem a integridade e ética em pesquisa. Baseados nos documentos produzidos pela *III World Conference on Research Integrity (WCRI)* (2010)<sup>12</sup>, pelo *II Brisbane* (2012)<sup>13</sup> e pela *ALLEA* (2017)<sup>14</sup>, em paralelo aos dispositivos normativos brasileiros do CNPq (2011)<sup>15</sup>, da ABC (2013)<sup>16</sup> e da FAPESP (2014)<sup>17</sup>, listamos os princípios básicos:

- Honestidade: o pesquisador deve ser conduzido pela honestidade desde o momento da concepção e em todas as demais etapas do fazer científico;
- Objetividade: o pesquisador deve ser objetivo no tratamento das informações e dados a serem registrados na pesquisa;
- Justiça: o pesquisador deve ser justo atribuindo créditos às publicações utilizadas na pesquisa, e, em caso de realização de pesquisa com outros autores, conceder o mérito merecido aos envolvidos;
- Imparcialidade: ser imparcial em decisões científicas, evitando assim vieses pessoais, profissionais, acadêmicos ou outros possíveis conflitos de interesse;
- Confiabilidade: executar uma pesquisa baseada em fontes confiáveis, registrando os resultados de forma a não manipular, nem omitir, fabricar ou falsificar os resultados obtidos;
- Responsabilidade: o pesquisador deve ser comprometido eticamente com o progresso da ciência, e, os atores informacionais precisam desenvolver as competências necessárias para a comunicação responsável da ciência à comunidade científica e à sociedade;
- Respeito: refere-se ao respeito imprescindível pelos participantes e objetos

<sup>12</sup> “*Montreal Statement*”. Disponível em: <https://wcrif.org/documents/354-montreal-statement-english/file>. Acesso em: 11 jul. 2022.

<sup>13</sup> “*Joint Statement*”. Disponível em: [https://fapesp.br/boaspraticas/JointStatementonResearchIntegrity\\_IIBRISPE\\_2012\\_English.pdf](https://fapesp.br/boaspraticas/JointStatementonResearchIntegrity_IIBRISPE_2012_English.pdf)

<sup>14</sup> “*The European Code of Conduct for Research Integrity*.” Disponível em: <https://www.allea.org/wp-content/uploads/2017/05/ALLEA-European-Code-of-Conduct-for-Research-Integrity-2017.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2022.

<sup>15</sup> “Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq.” Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/composicao/comissao-de-integridade/relatorio-comissao--integridade-do-cnpq.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2022.

<sup>16</sup> “Rigor e Integridade na Condução da Pesquisa Científica.” Disponível em: <http://www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-4559.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2022.

<sup>17</sup> “Código de Boas Práticas Científicas.” Disponível em: [https://fapesp.br/boaspraticas/2014/FAPESP-Codigo\\_de\\_Boas\\_Praticas\\_Cientificas.pdf](https://fapesp.br/boaspraticas/2014/FAPESP-Codigo_de_Boas_Praticas_Cientificas.pdf). Acesso em: 11 jul. 2022.

de estudo da pesquisa, sejam seres humanos, animais, meio ambiente ou objetos culturais e históricos.

A FAPESP (2014) argumenta que esses princípios fundamentais precisam estar enraizados em todas as etapas do fazer da atividade científica, pois será a partir deles que as diretrizes serão criadas e estipuladas para o pesquisador se comprometer eticamente com a ciência adotando um comportamento desejável face à investigação científica.

Silva e outros autores (2018) corroboram em seus estudos após analisarem documentos normativos sobre integridade e ética em pesquisa que a conduta responsável e comprometida dos pesquisadores deve ser assentada sob os princípios elencados e ensinados, desde o início da sua carreira. Isso contribuirá para o desenvolvimento de uma formação acadêmica pautada em fundamentos, valores e preceitos voltados para as boas práticas no ambiente científico e à construção da cultura de integridade em pesquisa.

Podemos inferir que os aportes necessários à integridade em pesquisa inerentes às ações preventivas estão relacionados diretamente com a implantação e uso de dispositivos normativos e de ensino para o público científico. Dessa forma, os segmentos posteriores pretendem identificar e explicitar tais dispositivos, compreendendo suas especificidades, funções, finalidades e outras informações substanciais.

#### 4. 2 INICIATIVAS E DISPOSITIVOS NORMATIVOS INTERNACIONAIS SOBRE INTEGRIDADE EM PESQUISA

Algumas instituições de ensino e pesquisa preocupadas com a gravidade das práticas de má conduta científica e o aumento da incidência de casos, envolvendo principalmente o plágio no ambiente científico, decidiram publicar dispositivos normativos – códigos, manuais, diretrizes etc. – de integridade em pesquisa para orientar a comunidade acadêmica.

As iniciativas pertinentes à integridade na ciência não é algo recente e importantes documentos internacionais foram elaborados após a Segunda Guerra Mundial (Guerrero; Minayo, 2013; Russo, 2014; Falcão; Cassimiro; Silva, 2017; Novaes; Rodrigues; Guilhem, 2018; Alves Júnior; Ravagnani, 2020). Esses documentos têm o objetivo de regulamentar os métodos de pesquisa em

conformidade aos direitos humanos e proteger indivíduos ou grupos de vulnerabilidade devido à sua raça, origem, classe social etc. podem ser utilizados como experimentos científicos (Novaes; Rodrigues; Guilhem, 2018).

A seguir um panorama de alguns dispositivos normativos cruciais sobre integridade na ciência para termos um melhor entendimento sobre a importância deles:

- Código de Nuremberg: em 1947, com o fim da Segunda Guerra Mundial, foi elaborado um documento para auxiliar o Tribunal Internacional Militar, localizado na cidade de Nuremberg, no julgamento e condenação de vários médicos nazistas acusados de crimes contra a humanidade e crimes de guerra por realizarem experimentos com indivíduos por meio de métodos cruéis, tratamentos hediondos e de total desrespeito e desprezo às vidas humanas.

Esse Código é o documento precursor para reger os aspectos éticos das pesquisas em humanos, sendo composto por dez diretrizes éticas que ditam principalmente as normas sobre o consentimento livre e esclarecido para quaisquer atividades de pesquisa com seres humanos, além de regularizar a experimentação científica.

Muitos autores consideram o Código de Nuremberg como referência para criação de documentos em âmbito internacional e nacional acerca da ética em pesquisa para experimentos envolvendo vidas humanas (Guerriero; Minayo, 2013; Russo, 2014; Falcão; Cassimiro; Silva, 2017; Alves Júnior; Ravagnani, 2020).

- Declaração de Helsinki: em 1964, a Associação Médica Mundial depois de certificar algumas lacunas no Código de Nuremberg, elaborou a Declaração de Helsinki para contribuir nas pesquisas clínicas, tendo como um dos focos principais o consentimento prévio e livre do paciente após ser totalmente esclarecido sobre a sua participação em pesquisas humanas (Associação Médica Mundial, 1964).

Essa Declaração foi constituída a partir dos dez princípios do Código de Nuremberg, aliada à Declaração de Genebra<sup>18</sup>. Possui diversas versões, sendo a última de 2013.

- Relatório Belmont: em 1978, como resposta a descoberta de escândalos

---

<sup>18</sup> Trata-se de um documento que versa os preceitos morais do Juramento de Hipócrates, utilizada em diversos países para firmar o compromisso de novos médicos com a ciência, pacientes e sociedade em geral. Adotada em setembro de 1948 pela 2ª Assembleia Geral da Associação Médica Mundial em Genebra, apresenta subsequentes modificações, sendo a última em 2017.

envolvendo o uso de seres humanos como cobaias em pesquisas médicas nos Estados Unidos entre os anos de 1932 até cerca de 1970, o governo norte-americano determinou que a Comissão Nacional para a Proteção de Sujeitos Humanos de Pesquisa Biomédica e Comportamental elaborasse o Relatório *Belmont* para estabelecer princípios e diretrizes éticas para a proteção de sujeitos humanos de pesquisa (Guerriero; Minayo, 2013; Falcão; Cassimiro; Silva, 2017).

O Relatório se baseia em três princípios éticos primordiais – respeito pelas pessoas, beneficência e justiça – exercendo um papel relevante na conduta de pesquisas em saúde, especialmente no campo da bioética. No entanto, Guerriero e Minayo (2013, p. 767) aclaram que “esse relatório exclui pesquisas sociais, pois considera que elas têm outro caráter e deveriam ser avaliadas de forma diferente.”

▪ Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (DUBDH): produzida pela Unesco em outubro de 2005 e publicada em 2006, é mais um exemplo de dispositivo normativo internacional que preconiza os princípios essenciais para orientar os países na formulação de sua legislação, políticas ou outros instrumentos em pesquisas que envolvam seres humanos (Unesco, 2015).

A Declaração emprega os princípios já enunciados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Declaração Universal sobre o Genoma Humano e na Declaração Internacional sobre os Dados Genéticos Humanos, todavia, dispõe detalhadamente sobre o consentimento prévio e livre dos participantes, inclusive diretrizes sobre a participação de indivíduos incapazes de consentir. Além de retratar o zelo necessário para pessoas e grupos de vulnerabilidade.

Pelas contribuições elucidadas infere-se que as medidas para avaliar a integridade humana nos estudos e experimentos científicos, somente começaram a ser adotadas quando as pesquisas desumanas praticadas não apenas na Segunda Guerra Mundial, mas também nos Estados Unidos foram amplamente divulgadas e chocaram o mundo. Assim, urgiu-se a necessidade de criar instrumentos balizadores para conter o avanço de tais atrocidades executadas por determinados “médicos e cientistas”.

Enfatiza-se, mesmo em prol da evolução da ciência, não há justificativa para violar os direitos humanos fundamentais, como a vida, a dignidade e a liberdade. Entretanto, pesquisas científicas que usam animais também devem ser regulamentadas e supervisionadas baseadas em princípios éticos, conforme já vem ocorrendo, mas ainda estão longe do ideal.

Retomando a questão da integridade em pesquisa baseados nos dispositivos internacionais apresentados, a autora Russo (2014, p. 191-192) constata que:

[...] o Código de Nuremberg foi, de certo modo, um dos primeiros elaborados para garantir a boa conduta na ciência, mas ele se dirigia, sobretudo, à prática científica (como a vivissecção, o uso de animais, a utilização de humanos etc.), e não fazia nenhuma menção às questões de plágio, falsificação ou fabricação de dados. (Russo, 2014, p. 191-192).

Nesse sentido, ressalta-se que além do “Código de Nuremberg”, os demais documentos mencionados foram elaborados com o propósito de garantir os princípios e as condições primordiais para as pesquisas com vidas humanas. Não obstante Steneck e Scheetz (2002), Steneck (2007), Vasconcelos (2012, 2013), Russo (2014), Sousa *et al.* (2016), Damásio (2017), Pádua (2018), Silva *et al.* (2018), Guazi, Laurenti e Carrara (2018) e Jesus e González De Gómez (2019) exprimiram em seus estudos que a preocupação com a temática concernente à integridade em pesquisa começou a ter destaque a partir de 1980, graças à exposição nos meios de comunicação sobre casos de fraudes científicas de respeitados pesquisadores, envolvendo assim, consagradas instituições de pesquisa. Também é sinalizado por Russo (2014) que à época, se despontaram trabalhos relativos às possíveis consequências dessas fraudes, tanto em relação ao conhecimento científico quanto à confiabilidade da sociedade na ciência.

É imperioso citar a “Convenção de Berna”, redigida em 1886 com constantes revisões, sendo a última em 1971 e promulgada no Brasil no ano de 1975. É o documento internacional mais antigo acerca do direito autoral e dispõe sobre a proteção das obras literárias e artísticas, englobando também as de caráter científico. (Organização Mundial de Propriedade Intelectual, 1980).

Aprofundando a reflexão sobre as iniciativas com foco na promoção de práticas científicas responsáveis, destaca-se a primeira conferência mundial de integridade em pesquisa denominada *World Conference on Research Integrity (WCRI)* - em Língua Portuguesa conhecida como Conferência Mundial sobre Integridade em Pesquisa - que teve a sua primeira edição no ano de 2007, em Lisboa.

A ideia deste evento, geralmente bienal, surgiu como consequência à convocação de uma conferência conjunta entre Estados Unidos e Europa para um esforço global tendo o propósito de promover a integridade em pesquisa por meio de

pesquisa, discussão de estratégias para harmonizar as políticas e as ações em prol de uma conduta responsável na pesquisa (Steneck *et al.*, 2018).

Em 2010, participantes da segunda edição da *WCRI* realizada em Cingapura, elaboraram a *Singapore Statement* visando estabelecer princípios e responsabilidades fundamentais sobre integridade científica, promovendo assim, o primeiro esforço internacional para impulsionar o desenvolvimento de políticas, diretrizes e códigos de conduta mais abrangentes com o objetivo de estimular maior integridade em pesquisas em todo o mundo. Destaca-se na Declaração que o valor e os benefícios da pesquisa estão submetidos sobretudo a sua integridade e os pesquisadores devem ser responsáveis pela credibilidade de seus trabalhos (Singapore [...], 2010).

Destarte, o Quadro 5 sintetiza as responsabilidades cruciais dos pesquisadores e das instituições científicas direcionadas à integridade em pesquisa:

**Quadro 5** - Responsabilidades basilares dos pesquisadores e das instituições científicas para a integridade em pesquisa

|                             |   |
|-----------------------------|---|
| 1. Integridade              | Os pesquisadores devem assumir a responsabilidade pela confiabilidade de suas pesquisas.  |
| 2. Cumprimento às regras    | Os pesquisadores devem estar cientes das regras e políticas relacionadas à pesquisa e aderir-las em todas as etapas.  |
| 3. Métodos de pesquisa      | Os pesquisadores devem utilizar métodos de pesquisa apropriados, embasar as conclusões em uma análise crítica das evidências e relatar as descobertas e interpretações de forma completa e objetiva.  |
| 4. Documentação da pesquisa | Os investigadores devem manter registros claros e precisos de todas as investigações, permitindo a verificação e a replicação do seu trabalho por terceiros.  |
| 5. Resultados               | Os pesquisadores devem compartilhar seus dados e descobertas pronta e abertamente, assim que assegurarem a oportunidade de estabelecer a prioridade e propriedade sobre eles.   |
| 6. Autoria                  | Os pesquisadores devem assumir a responsabilidade pelas suas contribuições em todas as publicações, solicitações de financiamento, relatórios e outras representações de suas pesquisas. A lista de autores deve incluir todos aqueles e somente aqueles que atendam aos critérios de autoria aplicáveis. |

|  |   |
|--|---|
| 7. Agradecimentos na publicação                          | Os pesquisadores devem reconhecer nas publicações, os nomes e os papéis daqueles que fizeram contribuições significativas à pesquisa, incluindo redatores, financiadores, patrocinadores e outros, mas que não atendem aos critérios de autoria.  |
| 8. Revisão por pares                                     | Os pesquisadores devem fornecer avaliações imparciais, rápidas e rigorosas, respeitando a confidencialidade ao avaliar o trabalho de terceiros.   |
| 9. Conflitos de interesses                               | Os pesquisadores devem revelar quaisquer conflitos de interesses, sejam financeiros ou de outra natureza, que possam comprometer a confiabilidade de seu trabalho nos projetos, publicações e comunicações públicas, bem como em todas as atividades de revisão.  |
| 10. Comunicação pública                                  | Os pesquisadores devem limitar os comentários profissionais à sua área de especialização quando envolvidos em discussões públicas sobre a aplicação e a importância dos resultados da investigação e devem distinguir claramente os comentários profissionais das opiniões pessoais.  |
| 11. Notificações de práticas de pesquisas irresponsáveis | Os pesquisadores devem comunicar às autoridades competentes, qualquer suspeita de má conduta na pesquisa, incluindo fabricação, falsificação ou plágio, e outras práticas de investigação irresponsáveis que comprometam a confiabilidade da pesquisa, tais como, descuido, inclusão indevida de autores, falha na comunicação de dados conflitantes ou utilização de métodos analíticos enganosos.   |
| 12. Resposta às práticas de pesquisa irresponsáveis      | As instituições de pesquisa, os periódicos, organizações profissionais e agências que tenham compromissos com a pesquisa, devem ter procedimentos para responder a alegações de má conduta e outras práticas de pesquisa irresponsáveis, de maneira a proteger aqueles, que de boa-fé, denunciaram tais comportamentos. Quando constatada uma má conduta ou outra prática de pesquisa irresponsável, devem ser tomadas medidas apropriadas imediatamente, inclusive a correção da documentação da pesquisa. |
| 13. Ambientes de pesquisa                                | As instituições de pesquisa devem criar e manter ambientes que incentivem a integridade científica por meio da educação, políticas claras e padrões razoáveis para o progresso, ao mesmo tempo em que promovam ambientes de trabalho nos quais apoiem a integridade em pesquisa.  |

|                           |   |
|---------------------------|---|
| 14. Considerações sociais | Os pesquisadores e as instituições de pesquisa devem reconhecer que têm a obrigação ética de pesar os benefícios sociais contra os riscos inerentes apresentados e/ou publicados pelo seu trabalho. |
|---------------------------|---|

Fonte: SINGAPORE Statement on Research Integrity (2010, tradução e adaptação nossa).

A *Montreal Statement* em 2013, fruto do grupo de trabalho da terceira *WCRI* ocorrida em Montreal, a Declaração estipula as responsabilidades dos autores individuais e institucionais em colaborações internacionais que devem ser conduzidas pelo desenvolvimento de iniciativas para identificar problemas pertinentes à integridade na pesquisa colaborativa, posto que é responsabilidade de todos os indivíduos e instituições participantes assegurar interações harmoniosas entre pesquisadores de diferentes lugares do mundo (Montreal [...], 2013).

Percebe-se que essas duas declarações globais, sem caráter regulatório, produzidas pela *WCRI* se complementam por apresentarem diretrizes na conduta responsável da pesquisa. Outrossim, são instrumentos norteadores que regem princípios e responsabilidades primordiais para garantir um ambiente profícuo à integridade na pesquisa.

A quarta *WCRI* ocorreu em 2015, no Rio de Janeiro e enfatizou também, a massiva preocupação com a questão da ética e integridade nas pesquisas científicas. O foco central foi o papel da integridade na avaliação da qualidade da pesquisa, bem como os mecanismos de recompensas adotados por sistemas de pesquisa em vários países para promoção da conduta responsável na ciência (WCRI, 2015).

Pierro (2015) salienta que nessa Conferência discutiu-se as experiências educativas que motivam boas práticas científicas desde a formação inicial dos pesquisadores por meio de programas de educação e treinamento - como o *Epigeum*<sup>19</sup> e o *Collaborative Institutional Training Initiative (CITI Program)*<sup>20</sup> -

<sup>19</sup> *Epigeum*, fundado em 2005 como uma empresa *spin-out* do *Imperial College London* e adquirido pela *Oxford University Press* desde 2015. É um provedor líder de cursos *online* em todo o mundo e um dos seus principais programas é o de Integridade em Pesquisa baseado nos princípios, práticas e responsabilidades delineados no *Australian Code for the Responsible Conduct of Research* publicado em 2018 e na *UK Concordat to Support Research Integrity* lançada em 2019. Disponível em: <https://www.epigeum.com/>. Acesso em: 04 dez. 2021.

<sup>20</sup> O *CITI Program* é um programa de treinamento *online* criado em 2000 pela *University of Miami*, composto por vários cursos para capacitação e conduta ética em pesquisa adotados

utilizados com êxito em diversos países para desenvolver uma cultura de integridade em universidades e instituições de pesquisa.

No entanto, Sabine Kleinert, editora executiva sênior do periódico *The Lancet* e uma das coordenadoras do comitê internacional da *WCRI*, argumenta ser necessário fazer uma avaliação antes de introduzir tais programas, levando em consideração a cultura de cada ambiente científico antes da sua implantação e que essas iniciativas atuem como complementares às atividades educativas implementadas em cada universidade (PIERRO, 2015).

Na quinta edição da *WCRI* realizada em 2017, na cidade de Amsterdã, originou-se a *World Conferences on Research Integrity Foundation (WCRIF)*<sup>21</sup>, por meio da Agenda de Amsterdã que evidenciou os esforços para aperfeiçoamento, bem como o uso de informações empíricas no desenvolvimento de políticas no tocante à integridade em pesquisa (WCRI, 2017).

A *WCRIF* (2021) explica que a integridade em pesquisa:

[...] refere-se aos princípios e padrões que têm o propósito de garantir a validade e confiabilidade da pesquisa. A integridade da pesquisa é vital para perceber o valor social e os benefícios da pesquisa. A adesão consistente e coerente aos princípios de integridade da pesquisa, como honestidade, responsabilidade, cortesia profissional, justiça e boa administração são as marcas da integridade da pesquisa. (WCRIF, 2021, tradução nossa).

Assim sendo, a *WCRIF* tendo em vista o cumprimento de sua Agenda com o propósito de dar maior visibilidade à avaliação dos esforços e ao uso de informações empíricas no desenvolvimento de políticas de integridade em pesquisa decidiu implementar os seguintes compromissos:

---

em mais de cem países. Disponível em: <https://about.citiprogram.org/>. Acesso em: 04 dez. 2021.

<sup>21</sup> A *World Conferences on Research Integrity Foundation (WCRIF)* é uma organização sem fins lucrativos criada em julho de 2017 e a sede oficial localiza-se em *Amsterdam*, Holanda. Sua missão é promover a integridade da pesquisa por meio do apoio à organização e ao desenvolvimento subsequente das Conferências Mundiais, além de outras atividades referentes ao tema. Ressalta-se que as cinco primeiras Conferências Mundiais sobre Integridade em Pesquisa foram realizadas antes da criação da Fundação, à época foram organizadas por co-presidentes e comitês de planejamento. Disponível em: <https://wcrif.org/foundation/mission>. Acesso em: 01 out. 2021.

1. A *WCRIF* estabelecerá um “Registro de Pesquisa sobre a Conduta Responsável de Pesquisa” (RRRCR). O RRRCR procurará incentivar os pesquisadores a planejar, conduzir, relatar e compartilhar suas pesquisas em torno de seis elementos-chave:
  - a. Problema: as deficiências específicas que eles estão abordando, como relatórios seletivos, má orientação ou garantia de qualidade inadequada;
  - b. Impacto: uma estimativa do impacto relativo das deficiências na confiabilidade da pesquisa, na confiança na empresa de pesquisa, no uso responsável dos fundos de pesquisa e em outras medidas relevantes de pesquisa responsável;
  - c. Intervenção: a(s) maneira(s) específica(s) que eles planejam para abordar as deficiências identificadas, como por meio de treinamento, avaliação de resultados, verificações de qualidade ou reforços que incentivam o comportamento responsável;
  - d. Hipótese ou Resultados Antecipados: As mudanças esperadas como resultado da intervenção;
  - e. Avaliação: como eles planejam testar suas hipóteses e avaliar se os resultados foram alcançados;
  - f. Compartilhamento de dados: como os dados (quantitativos e qualitativos) serão compartilhados.
2. A *WCRIF* incentivará as instituições financiadoras a apoiar pesquisas sobre integridade de pesquisa.
3. A *WCRIF* aumentará a conscientização sobre a importância da pesquisa sobre integridade da pesquisa e seu uso no desenvolvimento de políticas baseadas em evidências.
4. A *WCRIF* apresentará um relatório sobre a resposta ao RRRCR na 6ª Conferência Mundial sobre Integridade em Pesquisa com o objetivo de organizar e priorizar pesquisas futuras sobre integridade em pesquisa. (*WCRIF*, 2021, tradução nossa).

Em 2019, os *Hong Kong Principles (HKPs)* desenvolvidos como parte da sexta *WCRI* em Hong Kong, surgiram para fortalecer a integridade em pesquisa a partir do reconhecimento das práticas de pesquisa responsáveis adotadas pelos pesquisadores, com o intuito de que sua implementação possa auxiliar na avaliação desses pesquisadores para progressão na carreira, obtenção de bolsas científicas e recompensas (*Hong Kong [...]*, 2019).

Os *HKPs* preconizam como as instituições de pesquisa devem proceder para incentivar e avaliar seus pesquisadores consoante a conduta que promova a integridade da pesquisa em suas respectivas organizações, baseados em cinco princípios:

1. avaliar práticas de pesquisa responsáveis;
2. relatório completo de valor;
3. recompensar a prática da ciência aberta;
4. reconhecer uma ampla gama de atividades de pesquisa;
5. reconhecer outras tarefas essenciais, como revisão por pares e mentoria. (*Hong Kong [...]*, 2019, tradução nossa).

Pode-se depreender que os *HKPs* funcionam como um mecanismo importante

para identificar, avaliar, reconhecer e recompensar os comportamentos desejáveis dos cientistas conexos às práticas da integridade da pesquisa. Além disso, no *site* dos *HKPs*<sup>22</sup> são apresentadas as melhores práticas empregadas por entidades que estão utilizando tais princípios em suas pesquisas. Isto favorece a confiabilidade e a qualidade nas pesquisas, além da promoção e consolidação de uma cultura de integridade científica nas instituições.

A sétima *WCRI* realizada em 2022, na Cidade do Cabo, apresentou o tema “*Fostering Research Integrity in an Unequal World*” e originou a Declaração da Cidade do Cabo sobre a Promoção da Integridade em Pesquisa, cuja finalidade foi fomentar a equidade, a justiça e a diversidade em todos os contextos da investigação científica como um dos principais resultados desta conferência (*WCRI*, 2022).

Em 2024, a oitava edição da *WCRI* ocorreu em Atenas tendo como eixo principal “Catalisar a tradução da pesquisa em políticas e inovação confiáveis”. O evento postulou a continuidade dos estudos da sétima edição do *WCRI* e ampliou o conhecimento de como a integridade da pesquisa pode ser aplicada à inovação e à formulação de políticas, incluindo as perspectivas e papéis da indústria e dos formuladores de políticas sobre a confiança nos processos de pesquisa e inovação (*WCRI*, 2024a).

Isto significa engendrar uma discussão entre pesquisadores de todas as disciplinas acadêmicas, praticantes de integridade de pesquisa, tomadores de decisão em lugares de pesquisa e indústria, e, formuladores de políticas que destacaram a integridade da pesquisa como um facilitador de tecnologia confiável e inovação social. Esta discussão ocorreu durante as duas sessões da “Trilha de Foco”, cujos resultados dos vieses dos participantes culminaram na “Declaração de Atenas” (*WCRI*, 2024b).

Outras iniciativas internacionais estão cada vez mais engajadas em estabelecer diretrizes, políticas, normas e padrões de excelência na integridade em pesquisa, visando envolver os atores informacionais em discussões e soluções sobre estratégias, recursos e ferramentas para promover as boas práticas de conduta em pesquisa para pesquisadores e estudantes, pretendendo abranger

---

<sup>22</sup> HONG KONG principles: best practices. In: *WCRI*, 6., 2019, Hong Kong. *Electronic proceedings* [...]. 2019. Disponível em: <https://wcrif.org/best-practice>. Acesso em: 11 out. 2021.

também as sociedades, em nível global, como veremos a seguir.

Anteriormente citado, a partir dos anos oitenta, se desperta um expressivo desvelo com a ética e integridade em pesquisa, principalmente nos Estados Unidos por causa do crescimento de casos de fraudes científicas nas instituições de pesquisa que foram divulgadas em renomados periódicos científicos, colocando em questionamento a credibilidade da ciência perante a sociedade como um todo (Steneck; Scheetz, 2002; Steneck, 2007; Vasconcelos, 2012, 2013; Russo, 2014; Sousa *et al.*, 2016; Pádua, 2018; Silva *et al.*, 2018; Guazi; Laurenti; Carrara, 2018; Jesus; González de Gómez, 2019).

Como resposta a essas inquietações, em maio de 1992 foi criado o *Office of Research Integrity (ORI)* do *Department of Health and Human Services (HHS)* dos Estados Unidos, a partir da consolidação do *Office of Scientific Integrity (OSI)* e do *Office of Scientific Integrity Review (OSIR)* que conduziam inúmeros estudos sobre má conduta e integridade da pesquisa com o objetivo de desenvolver uma base de conhecimento para discorrer sintes questões de integridade em pesquisa (ORI, 2021a).

Em 1999, o *ORI* passa a atuar no foco da prevenção de má conduta da pesquisa e na promoção da integridade em pesquisa, principalmente por meio da supervisão, educação e recomendações institucionais. Entretanto, foi em 2000 que iniciou o *Research on Research Integrity (RRI) Program* e a bienal *Research Conferences on Research Integrity* para ampliar a base de conhecimento e desenvolver uma comunidade de pesquisa focada nas boas e más condutas da pesquisa, além de vincular as pesquisas financiadas à política de integridade (ORI, 2021).

Em 2004 e 2005, publicou respectivamente os documentos normativos *ORI Introduction to the Responsible Conduct of Research* e *PHS Policies on Research Misconduct* que de modo geral, pretendem fornecer uma visão geral das políticas, normas e práticas profissionais que definem os responsáveis na conduta da pesquisa (ORI, 2021).

Atualmente, o *ORI* supervisiona e dirige as atividades de integridade de pesquisa do *Public Health Service (PHS)* em nome da *Secretary of Health and Human Services (HHS)* dos Estados Unidos, com exceção das atividades regulamentares de integridade de pesquisa da *Food and Drug Administration* (ORI, 2021).

O *Committee on Publication Ethics (COPE)* é uma das principais instituições internacionais voltadas para assuntos relacionados à ética em publicações acadêmicas. Criado em 1997, no Reino Unido, por um grupo de editores de periódicos de Medicina, o COPE tem o compromisso de educar, orientar e apoiar editores de periódicos, editoras, instituições e todos os envolvidos na ética da pesquisa e publicação científicas.

Atualmente, possui mais de 12.500 membros em 103 países de todos os continentes, à qual estão filiadas as prestigiadas editoras científicas que lideram a produção científica mundial: *BMJ Publishing Group, Cambridge University Press, Elsevier, Emerald Publishing Limited, Oxford University Press, SAGE Publishing, Springer, Taylor & Francis, The Institution of Engineering and Technology, Wiley e Wolters Kluwer* (COPE, 2021).

O COPE por ser uma organização associativa isenta de poderes estatutários ou regulatórios, elaborou em 2017, o documento intitulado *Core Practices*, traduzido como Práticas Essenciais com vistas a revisar e substituir o *Code of Conduct and Best Practice Guidelines for Journal Editors* que estava em vigor de 2004 a 2017 (COPE, 2021).

O objetivo da publicação *Core Practices* foi compilar em um único documento, de forma mais resumida, diretrizes a todos os envolvidos na publicação da literatura acadêmica - editores e seus periódicos, editoras, instituições, indivíduos - e práticas fundamentais a serem consideradas juntamente com códigos de conduta nacionais e internacionais específicos para a pesquisa, sem o propósito de substituí-los, mas sim orientar quais são as expectativas atuais de políticas e práticas centrais para a promoção da integridade e transparência em pesquisa e sua publicação, de modo prático a partir de suas novas recomendações (COPE, 2021).

As dez novas recomendações do COPE (2017) aconselham que os periódicos e editores devem ter práticas robustas, bem descritas e publicamente documentadas, são elas:

1. Alegações de má conduta: os periódicos devem ter um processo claramente descrito para tratar de alegações, tomando as decisões necessárias para solucionar possíveis problemas de má conduta antes e depois da publicação;
2. Autoria e contribuição: devem existir transparência e divulgação das informações sobre a contribuição de cada autor na publicação;
3. Reclamações e recursos: os periódicos devem ter um processo visivelmente

detalhado para lidar com reclamações contra o periódico, sua equipe, conselho editorial ou editora;

4. Conflitos de interesse/interesses concorrentes: deve haver definições esclarecidas pertinentes aos conflitos de interesse e os procedimentos para lidar com conflitos de interesse de autores, revisores, editores, periódicos e editoras, sendo necessário a identificação de tais conflitos antes ou depois da publicação;

5. Dados e reprodutibilidade: os periódicos devem incluir políticas sobre disponibilidade de dados, incentivando o uso de diretrizes de relatórios e registro de ensaios clínicos, além de desenhos de estudo, conforme a prática padrão em cada área;

6. Supervisão ética: a supervisão deve abranger e não se limitar apenas a políticas de consentimento para publicação, incluindo também estudos que envolvam publicação em populações vulneráveis, conduta ética de pesquisa usando animais e/ou seres humanos, tratamento de dados sigilosos, entre outros;

7. Propriedade intelectual: todas as políticas sobre propriedade intelectual, como direitos autorais e licenças de publicação devem ser clarificadas. Ademais, quaisquer custos relacionados à publicação devem ser esclarecidos para autores e leitores, bem como o que é considerado plágio e publicação redundante;

8. Gestão de periódicos: uma infraestrutura bem descrita e implementada é crucial, contendo o modelo de negócio, políticas, processos e *software* para a gestão e funcionamento eficientes de um periódico;

9. Processos de revisão por pares: os processos de revisão por pares devem ser informados de forma transparente e bem administrados, à medida que os periódicos têm de oferecer treinamento para editores e revisores, além de desvelar as políticas sobre todos os aspectos da revisão por pares, inclusive os procedimentos para resolver os conflitos de interesse, recursos e disputas que possam surgir na revisão por pares;

10. Discussões e correções pós-publicação: os periódicos devem autorizar a publicação de postagens de debate em seu *site*, por meio de cartas ao editor, ou em um *site* externo. Devem utilizar os meios necessários para corrigir, revisar ou retratar artigos após a publicação.

Ao se tratar da má conduta, o COPE exprime que:

Diversas definições de má conduta de pesquisa estão disponíveis e são usadas por diferentes organizações para diversos fins. Às vezes

surtem dificuldades quando uma instituição adota uma definição restrita ou estrita de má conduta grave que não inclui práticas que, embora não atendam a essa definição, podem distorcer o registro da pesquisa. Em tais casos, uma instituição pode considerar um pesquisador inocente de má conduta, mas um periódico pode ponderar que uma correção ou retratação é garantida para salvaguardar os leitores (por exemplo, para alertá-los sobre a publicação redundante).

Nessas diretrizes, não tentamos definir tipos de conduta imprópria graves ou menores, ou as chamadas 'práticas questionáveis', mas usamos o termo conduta imprópria em seu sentido mais amplo para incluir qualquer prática que possa afetar a confiabilidade do registro de pesquisa em termos de descobertas, conclusões ou atribuição. (COPE, 2021, tradução nossa).

Tais perspectivas contribuem para afirmar que a definição de má conduta pode ser considerada algo complexo, no entanto, ao identificar essas condutas inapropriadas é papel das instituições e editoras científicas delimitar a gravidade do problema, aplicar sanções e/ou retratações. Ressalta-se, ainda, a importância desses atores informacionais para guiar e determinar políticas e práticas que corroborem no fortalecimento de uma cultura de integridade em pesquisa.

A *European Science Foundation (ESF)* e a *ALLEA* publicaram em 2017 o documento intitulado “*The European Code of Conduct for Research Integrity*”. A edição revisada do Código Europeu de Conduta para a Integridade da Pesquisa aborda desafios emergentes decorrentes de desenvolvimentos tecnológicos, ciência aberta, ciência cidadã e mídia social, entre outras áreas.

A Comissão Europeia reconhece o Código como documento de referência para a integridade da pesquisa em todos os projetos de pesquisa financiados pela União Europeia (UE), além de considerar um modelo para organizações e pesquisadores em toda a Europa (ESF; ALLEA, 2021).

Outra iniciativa no continente europeu que merece destaque sobre o apoio à questão da integridade em pesquisa é o promissor programa *Horizon Europe*<sup>23</sup>, liderada pela Comissão Europeia e com vigência de 2021-2027. De acordo com a Comissão Europeia (2022), o *Horizon Europe* (Horizonte Europa) é o principal programa de financiamento da UE para pesquisa e inovação com um orçamento de 95,5 bilhões de euros com vistas a financiar prioritariamente pesquisas destinadas a

---

<sup>23</sup> O programa *Horizon Europe* (2021-2027) foi antecedido pelo *Horizon 2020 (H2020) Programme* que teve vigência de 2014-2020.

três grandes eixos: excelência científica, desafios globais e competitividade industrial europeia, e, Europa inovadora. (Comissão Europeia, 2022).

Diante desse cenário, cabe ressaltar que o *Horizon Europe* exigirá dos pesquisadores financiados que respeitem e cumpram rigorosamente as diretrizes elencadas no Código Europeu de Conduta para a Integridade em Pesquisa, promovendo dessa maneira, pesquisas de excelência baseadas nas práticas responsáveis em pesquisa e impulsionando uma cultura de integridade positiva entre seus colaboradores.

Esse Programa de financiamento, como mais uma de suas ações dirigidas à conduta responsável em pesquisa, lançou em 19 de janeiro de 2022, uma chamada pública<sup>24</sup> para projetos norteados à integridade e ética em pesquisa, onde ressalta que

a confiança na ciência é fundamental para uma sociedade inclusiva, aberta e democrática. Para sustentar essa confiança, é crucial que todas as pesquisas sejam conduzidas de acordo com os mais altos padrões de ética e integridade em pesquisa. A má conduta de pesquisa, em qualquer estágio do processo de pesquisa, pode minar a confiança do público na pesquisa e pode resultar em graves consequências socioeconômicas. (Comissão Europeia, 2022, tradução nossa).

Ainda na direção das iniciativas mais recentes na Europa, Marques (2020) chama a atenção para o projeto *Standard Operating Procedures for Research Integrity (SOPs4RI)*, financiado pelo antigo Programa Horizonte 2020 (H2020) da União Europeia, sob a coordenação dos pesquisadores da Dinamarca e Holanda e com membros e consórcio de outros países interessados nesse projeto, como Bélgica, Grécia, Polônia, Itália, Reino Unido, Áustria, Croácia e Estados Unidos, formando uma aliança institucional intercontinental para compilar o conhecimento disponível sobre integridade em pesquisa e agregar experiências de sucesso ocorridas em universidades e laboratórios, visando escolher e divulgar as melhores práticas identificadas (Marques, 2020).

---

<sup>24</sup> Nome do projeto: *“The empirical and behavioural approach to research ethics and integrity”* subsidiado pelo *Programme Horizon Europe Framework Programme (HORIZON)*. A Chamada está relacionada à *European Research Area*. Disponível em: <https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/opportunities/portal/screen/home>. Acesso em: 19 abr. 2022.

Segundo o *SOPs4RI (2021)*, o objetivo é propiciar pesquisas de alta qualidade pautadas em uma significativa cultura de integridade científica alinhadas ao Código Europeu de Conduta para a Integridade em Pesquisa, apresentando diretrizes que podem ser utilizadas na implantação de políticas de conduta responsável no fazer científico, fundamentadas em princípios amplamente compartilhados e sustentados por evidências empíricas. Igualmente disponibiliza uma “caixa de ferramentas” *online*, de acesso livre e fácil uso para ajudar entidades científicas e instituições de fomento à pesquisa a cultivar a integridade da pesquisa e diminuir comportamentos inapropriados na atividade científica. Em suma, a caixa de ferramentas é uma “coleção estruturada de procedimentos operacionais padrão e diretrizes fáceis de usar que as organizações de pesquisa e de financiamento de pesquisa podem usar para desenvolver seus próprios planos de promoção da integridade em pesquisa.” (SOPs4RI, 2021, tradução nossa).

Atualmente, a caixa de ferramentas do *SOPs4RI*<sup>25</sup> contém para as instituições científicas, nove tópicos e sessenta e seis ferramentas. Em relação às instituições fomentadoras possui seis tópicos e vinte e uma ferramentas. Com esses procedimentos operacionais, espera-se que as organizações produzam seus próprios planos de promoção da integridade em pesquisa, levando em consideração suas questões disciplinares, organizacionais e nacionais (SOPs4RI, 2021).

Concluindo essa subseção para dar prosseguimento às iniciativas e dispositivos normativos no Brasil sobre integridade em pesquisa, reverbera-se a contribuição de Jesus (2019) que em seus estudos estabeleceu uma analogia entre as ações e as iniciativas estadunidenses e europeias canalizadas à conduta responsável na ciência.

Em 2000, de acordo com Jesus (2019), nos Estados Unidos foi estabelecida uma política federal sobre má conduta científica categorizando uma aceção estreita e formal atrelada ao contexto estadunidense, podendo ser ampliada pelas instituições. Em contrapartida na Europa, são conferidas mais autonomia e liberdade às instituições europeias no que diz respeito à implantação de suas políticas e definições de má conduta, no qual nota-se pouca ou nenhuma intervenção centralizada. Ainda sob o enfoque europeu, é salientado que os processos de desenvolvimento de políticas de boas práticas em pesquisa pelas instituições

---

<sup>25</sup> Disponível em: <https://sops4ri.eu/toolbox/>. Acesso em: 27 abr. 2022.

acontecem de forma democrática, haja vista que tal posicionamento não foi percebido nas narrativas nem tampouco nas recomendações da perspectiva norte-americana (Jesus, 2019).

#### 4. 3 INICIATIVAS E DISPOSITIVOS NORMATIVOS BRASILEIROS SOBRE INTEGRIDADE EM PESQUISA

Diferentemente de outros países, a discussão sobre ética e integridade em pesquisa no Brasil aconteceu um pouco tardia, de modo que as pesquisas acerca desses assuntos começaram a ser mais desenvolvidas no final da primeira década de 2000.

No ano de 2007, a participação da pesquisadora e referência nacional nesta temática, Sonia Vasconcelos, como única representante do Brasil na Primeira Conferência Mundial sobre Integridade em Pesquisa (*WCRI*), ocorrida em Portugal, marca os primeiros vislumbres direcionados à integridade em pesquisa no País.

De acordo com o Instituto Bioética, Pithan e Oliveira (2013), foi a partir dessa Conferência que a referida pesquisadora, destinou seu projeto de Pós-Doutorado em Integridade em Pesquisa. Em 2009, produziu um artigo internacional<sup>26</sup> com a colaboração de outros autores que aborda o plágio na ciência da América Latina.

Em 2010, a realização do primeiro *Brazilian Meeting on Research Integrity, Science and Publication Ethics (Brispe)*, sob a coordenação de Sonia Vasconcelos, teve como intuito incentivar o envolvimento da comunidade científica brasileira, na adoção de princípios, políticas e boas práticas sobre integridade em pesquisa a serem incorporados efetivamente no Brasil.

Isto posto, certifica-se que desde sua constituição, a finalidade do *Brispe* é tratar das práticas de conduta nas pesquisas científicas, além de estimular uma visão mais sistêmica e comprometida das instituições. Neste evento, especialistas procuram articular possibilidades tangíveis para fomentar de forma constante e promissora uma cultura de honestidade no ambiente de pesquisa.

O *I Brispe* foi organizado pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

<sup>26</sup> VASCONCELOS, Sonia; LETA, J.; COSTA, L.; PINTO, A.; SORENSON, M. Discussing plagiarism in Latin American Science: Brazilian researchers begin to address an ethical issue. *EMBO Reports*, v. 10, n. 7, p. 677-682, 2009. Disponível em: <https://www.embopress.org/doi/full/10.1038/embor.2009.134>. Acesso em: 05 abr. 2022.

(Coppe/UFRJ), em associação com o Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Meis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBqM/UFRJ) e contou com os esforços do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), da Universidade de São Paulo (USP), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e do Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais (IAI). Também participaram especialistas e profissionais de outros países envolvidos com a temática integridade e ética em pesquisa.

Graças ao êxito do primeiro evento, edições subseqüentes foram promovidas e houve uma maior adesão de renomadas organizações científicas brasileiras envolvidas com o tema, entre elas: ABC, CAPES, CNPq, FAPESP, Fiocruz, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), *SciELO*, Universidade do Goiás (UFG) e outras.

No *II Brasília* sucedido em 2012, foi originada a “Declaração Conjunta sobre Integridade em Pesquisa”<sup>27</sup> que versa recomendações para as instituições científicas brasileiras na promoção e disseminação de iniciativas, bem como orientações atinentes à integridade em pesquisa e conduta responsável na pesquisa, de modo a atrelar não somente a excelência na qualidade das pesquisas científicas e pesquisadores, mas também estabelecer mecanismos que visem assegurar altos níveis de integridade na ciência (BRISPE, 2012).

Para isso, preconiza-se na Declaração ser indispensável que as entidades científicas brasileiras incluam e divulguem em seus *sítes*, os importantes dispositivos normativos nacionais e internacionais, entre eles: a “Declaração de Cingapura sobre Integridade em Pesquisa” da *WCRI*, publicada em 2010; o documento “Cooperação entre instituições de pesquisa e periódicos em casos de integridade em pesquisa: orientação do Comitê [Internacional] de Ética em Publicações” do *COPE*, em 2012; as “Diretrizes do Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq”, em 2011; e, o “Código de Boas Práticas Científicas” da FAPESP, em 2014 (BRISPE, 2012).

Os documentos brasileiros acima mencionados, “Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq” de 2011 juntamente com o “Código de Boas Práticas Científicas” lançado em sua primeira versão em 2011 e posteriormente,

---

<sup>27</sup> Traduzido originalmente de: “*Joint Statement of the II Brazilian Meeting on Research Integrity, Science and Publication Ethics.*”

como documento final em 2014 pela FAPESP, podem ser considerados marcos normativos da discussão sobre integridade em pesquisa no Brasil, conforme asseveram Instituto Bioética, Phitan e Oliveira (2013), Russo (2014), Abdon (2015), Alves (2016), Aires (2017), Guazi, Laurenti e Karrara (2018) e Pádua (2018), tais instrumentos serão mais detalhados logo adiante.

Em 2015, dando continuidade às ações e iniciativas brasileiras acerca da integridade em pesquisa, o Brasil sediou a *IV World Conference on Research Integrity (WCRI)*, no Rio de Janeiro, começando a ter visibilidade em âmbito internacional no que tange ao aprimoramento de políticas e práticas voltadas para a integridade em pesquisa.

Em dezembro de 2024, ocorreu o VII *Brispe* localizado na cidade do Rio de Janeiro, cujo objetivo foi debater a integridade em pesquisa e a inteligência artificial generativa nos ambientes de pesquisa, tal como nos sistemas de informação, com o propósito de identificar e conectar as novas formas de fazer e comunicar ciência nos sistemas de informação. Isto implica em desvelar até que ponto a IA generativa usada em projetos de pesquisa e publicações compromete sua confiabilidade, como o uso de *Large Language Models (LLM)* traduzido como grandes modelos de linguagem (BRISPE, 2024).

No que diz respeito aos documentos normativos brasileiros sobre integridade e ética em pesquisa, podemos citar alguns importantes documentos, entre eles:

▪ Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq

Publicado em 2011, esse instrumento normativo foi elaborado pela Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq como resposta às denúncias de fraude em pesquisas e publicações científicas financiadas por esse órgão de fomento. Sua elaboração se deve à ausência de normas internas e instrumentos estabelecidos para tratar destes tipos de situações.

No Relatório, a Comissão predica duas ações: a primeira, são as ações preventivas e pedagógicas orientadas à integridade e ética na prática científica; a segunda, são as ações de desestímulo a más condutas, inclusive de caráter punitivo, aconselhando a constituição de uma Comissão Permanente – criada no ano seguinte, denominada Comissão de Integridade na Atividade Científica (CIAC) - para examinar e avaliar incidentes envolvendo má conduta científica de

pesquisadores subsidiados pelo CNPq, entre outras atribuições (CNPQ, 2011).

Nesse documento apresentam-se 21 (vinte e uma) diretrizes básicas para a integridade em pesquisa relativas aos direitos autorais e propriedade intelectual, auxiliando na supressão do plágio, fabricação e falsificação de dados, autoplágio e outros desvios de conduta acadêmica.

- Código de Boas Práticas Científicas da FAPESP

Em 2014, foi lançado o Código de Boas Práticas Científicas da FAPESP visando designar orientações preventivas aos pesquisadores, instituições de pesquisa e periódicos por ela subsidiados quanto à prática de conduta inadequada referente à pesquisa acadêmica e científica.

Este Código baseia-se nos códigos de conduta e manuais de procedimentos empregados por importantes agências internacionais de financiamento à pesquisa, a citar: os manuais de procedimentos da *National Science Foundation* e dos *National Institutes of Health*, dos Estados Unidos; o código de conduta dos *Research Councils UK*, do Reino Unido; e, o código de conduta da *European Science Foundation* – já abordados nesta pesquisa (FAPESP, 2014).

Esse instrumento normativo anuncia que as instituições de pesquisa são responsáveis pela promoção de uma cultura de integridade e ética em pesquisa entre seus pesquisadores e discentes, assim como devem zelar “pela prevenção, investigação e punição de más condutas científicas que ocorram em seu âmbito.” (FAPESP, 2014, p. 35). Desse modo, o Código também exprime sanções justas e rigorosas em relação à comprovação de comportamento científico inaceitável (FAPESP, 2014).

- Orientações CAPES - Combate ao plágio

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) considera que as instituições de ensino superior (IES) brasileiras, sejam públicas ou privadas, são responsáveis pelo desenvolvimento de políticas sobre propriedade intelectual, devendo adotar os procedimentos necessários para coibir o plágio na escrita acadêmica de sua comunidade científica.

Em 2011, com base no relatório aprovado pela Ordem de Advogados do Brasil

(OAB) do Ceará, a CAPES publicou recomendações às IES dando ênfase à questão do combate ao plágio acadêmico em seus âmbitos, bem como a utilização de *software* de verificação de originalidade e erradicação de plágio associada à criação de comissões para investigar e avaliar a ocorrência da referida fraude acadêmica, atribuindo severas punições (CAPES, 2011).

Diante às orientações desse dispositivo normativo da CAPES, Aires (2017) advoga ser imperioso "que as IES articulem internamente o estabelecimento de políticas institucionais e a implementação de medidas, visando o combate sistematizado ao plágio." (Aires, 2017, p. 19).

▪ Rigor e Integridade na Condução da Pesquisa Científica - Guia de Recomendações de Práticas Responsáveis

A Academia Brasileira de Ciências (ABC) lançou em 2013 um guia intitulado Rigor e Integridade na Condução da Pesquisa Científica para estipular valores, princípios e diretrizes para as boas práticas na pesquisa científica, além de complementar outros dispositivos normativos existentes sobre integridade e ética em pesquisa. A elaboração desse Guia se baseou em algumas publicações renomadas relacionadas à integridade em pesquisa, em esfera nacional, o "Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq" e o "Código de Boas Práticas Científicas da FAPESP". Em esfera internacional, "*The European Code of Conduct*" da ALLEA e a publicação "*On being a scientist*" da National Academy of Science (NAS) dos Estados Unidos (ABC, 2013).

Vale ressaltar que o Guia dispõe premissas, princípios, boas e más condutas em pesquisa, pontuando as entidades como principais responsáveis pelo processo investigativo em casos de suspeitas de fraudes acadêmicas ou científicas. Esse instrumento normativo aponta a necessidade da implementação de comitês específicos para esse objetivo.

Abdon (2015) postula que tais iniciativas e dispositivos normativos brasileiros inerentes à integridade em pesquisa devem ser agregados a outras ações:

Somado a estes movimentos nacionais, destacamos a importância de que os periódicos científicos discutam suas políticas editoriais com a comunidade científica para exercermos o papel de educador das boas práticas em pesquisa e prevenir as más condutas, como plágio, autoplágio, fraude, autoria indevida, entre outros. (Abdon,

2015, p. 1).

Nesse sentido, outras ações importantes no que concerne à conduta adequada em pesquisas científicas são as implementadas pela Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC) que tem promovido webinários, eventos e cursos direcionados à integridade e ética em pesquisa. Além disso, em 2017, a ABEC traduziu a obra do *Council of Science Editors (CSE)*, intitulada “Diretrizes do CSE para promover integridade em publicações de periódicos científicos” que retrata os papéis e responsabilidades dos envolvidos na produção da publicação – autores, editores, financiadores, pareceristas e *publishers*. A publicação ainda auxilia a direcionar editores de periódicos científicos a tratar de questões alusivas à ética em publicação científica, ajudando a identificar práticas de má conduta e orientar nas tomadas de decisões para punição do praticante.

As leis brasileiras nº 9.610/1998<sup>28</sup> e nº 10.695/2003<sup>29</sup> são exemplos de alguns dos instrumentos jurídicos que proclamam medidas punitivas para coibir plágio, autoplágio, inclusão indevida de coautoria, manipulação de informações e resultados, fabricação de dados, entre outras práticas inapropriadas que violam a integridade científica. Cabe destacar que fraudes e violação de direitos autorais são consideradas crimes e a punição poderá ser: detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa, conforme explicitado no Código Penal Brasileiro.

Dessa maneira, resumidamente, alguns dos principais dispositivos normativos brasileiros no que tange à integridade e ética em pesquisa, encontram-se apresentados no Quadro 6.

**Quadro 6** - Principais dispositivos normativos brasileiros sobre integridade em pesquisa

| <b>Dispositivos normativos</b>                           | <b>Ano</b> | <b>Autoria</b> |
|--|------------|----------------|
| Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq | 2011       | CNPq           |
| Orientações CAPES - Combate ao plágio                    | 2011       | CAPES          |
| Declaração Conjunta sobre Integridade em Pesquisa        | 2012       | BRISPE         |

<sup>28</sup> Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998 - altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

<sup>29</sup> Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos. (Redação dada pela Lei nº 10.695, de 1º.7.2003).

|   |      |        |
|---|------|--------|
| Rigor e integridade na condução da pesquisa científica - Guia de recomendações de práticas responsáveis | 2013 | ABC    |
| Código de boas práticas científicas da FAPESP (versão final)  | 2014 | FAPESP |

**Fonte:** Elaboração própria.

Importante ressaltar que esses instrumentos normativos não se aplicam à integridade física em pesquisas incluindo experimentos com seres humanos ou animais. Quando a investigação científica envolver seres humanos é necessário seguir a Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) ou a Resolução n. 510, de 07 de abril de 2016 do CNS, que dispõe as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, nos quais os procedimentos metodológicos utilizem dados diretamente adquiridos com os envolvidos, de informações identificáveis ou que possam ameaçar prejuízos à integridade física, moral, social, intelectual, profissional, pessoal, entre outros, dessas pessoas.

De acordo com Jesus (2019) são três as principais esferas de regulamentação ético-jurídica da pesquisa. Elas são associadas a diferentes estruturas do governo federal, sendo organizadas em complexos sistemas que atuam no controle, avaliação e monitoramento de pesquisas com/em seres humanos, de pesquisas com uso de animais e ao acesso e divisão de benefícios em relação aos países de origem da biodiversidade ou para com as comunidades tradicionais detentoras:

[...] o sistema da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), vinculado ao Ministério da Saúde, o sistema do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA), vinculado ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação e o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGGEN), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. No campo da biossegurança, atuando como instância consultiva e normativa, têm-se a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, cuja principal finalidade é prestar apoio técnico consultivo e assessoramento ao Governo Federal na formulação, atualização e implementação da Política Nacional de Biossegurança relativa a organismos geneticamente modificados (OGM). (Jesus, 2019, p. 142).

Para finalizar essa seção, segundo os escritos de Vilela, Santos e Dellagostin

(2021), foram criados também como iniciativas brasileiras, os Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) e os Escritórios de Integridade em Pesquisa nas universidades para tratar das condutas adequadas face à comunicação científica para estimular a ética e assegurar a originalidade no âmbito da pesquisa nacional, realçando a importância das boas práticas em todas as etapas da investigação da ciência.

Perante as contribuições apresentadas, é oportuno mencionar que as instituições científicas elaborem e disponibilizem em seus *sites*, instrumentos normativos para auxiliar a sua comunidade científica no que se refere ao conhecimento de relevantes lastros, conteúdos informativos e educativos sobre integridade e ética em pesquisa orientada para a conduta responsável na pesquisa, buscando catalisar e consolidar uma cultura de integridade científica.

## 5 ENSINO SOBRE INTEGRIDADE E ÉTICA EM PESQUISA

Para a formação de uma cultura de integridade em pesquisa, além de políticas normativas são necessárias a adoção de outras ações preventivas para nortear e estimular os pesquisadores, em especial os novos, nas práticas da conduta responsável na ciência.

Os ambientes de pesquisa atuam como agentes catalisadores potenciais e trazem em seu bojo, a responsabilidade de implementar e executar práxis educativas, produzir material autoinstrucional, oferecer cursos, palestras e eventos relacionados à integridade em pesquisa para sua comunidade científica.

A importância da educação formal para o comportamento apropriado na pesquisa foi reconhecida primeiramente no *1989 Institute of Medicine Report, The Responsible Conduct of Research in the Health Sciences*. Desde então, tem sido endossada por autores e entidades científicas nacionais, internacionais e globais (Pascal, 2007).

No cenário internacional, já na primeira bienal do *Research on Research Integrity (RRI) Conference 2000*, promovida pelo *ORI*, é dada ênfase na questão do ensino sobre integridade da pesquisa:

Relatórios sobre má conduta/integridade de pesquisa frequentemente enfatizam a importância da educação. As profissões têm a obrigação com a sociedade de educar as futuras gerações de profissionais, que inclui conscientizar os futuros profissionais sobre os padrões de prática responsável. Além disso, se a educação ética profissional previne a má conduta, é do melhor interesse de uma profissão encorajar essa educação, o que a maioria de fato o faz. (Steneck, 2002, p. 21, tradução nossa).

Isto significa que as instituições de ensino devem vislumbrar a conscientização da conduta responsável em pesquisa em sua comunidade científica, se comprometendo no ensino de práticas éticas no que se refere à formação acadêmica de seus discentes para que futuramente, estes, se tornem profissionais que atuem em suas atividades laborais de forma diligente e ética.

Bebeau (2002) pondera acerca das implicações quanto ao ensino sobre integridade em pesquisa, ao revelar que estratégias assertivas para os indivíduos no que diz respeito às boas práticas em pesquisa devem levar em consideração a ampla compreensão e o compromisso ético do indivíduo em relação à questão da

integridade na ciência, ensinando além de regras e políticas responsáveis em pesquisa, similarmente, práticas baseadas em problemas reais para ajudar no reconhecimento de condutas inadequadas, ao passo que proporciona o fortalecimento da conscientização e da postura científica responsável.

Wager e Kleinert (2012, p. 136, tradução nossa) verbalizam que além das “instituições de ensino e pesquisa (como universidades), os periódicos científicos têm deveres importantes e interesses comuns no tocante à pesquisa e à integridade das publicações.” Desse modo, as instituições são responsáveis pela conduta de seus pesquisadores e por estimular um ambiente de pesquisa saudável na promoção da integridade em pesquisa. Em contrapartida, os periódicos são responsáveis pela conduta de seus editores, por salvaguardar o registro da pesquisa e por garantir a confiabilidade dos conteúdos neles publicados (Wager; Kleinert, 2012).

Assim sendo, as autoras postulam, ainda, que a integridade em pesquisa requer a cooperação das instituições e periódicos entre si, em todas as etapas da pesquisa e da publicação. As instituições e os periódicos também devem promover as melhores práticas de ensino, como por exemplo, desenvolvimento de políticas e treinamento entre pesquisadores, autores, revisores e editores. Então, nesse contexto, as ideias de Wager e Kleinert (2012) se interseccionam com os estudos de Santos (2011), Vasconcelos (2012, 2013), Marques (2021), Vilela, Santos e Dellagostin (2021) que igualmente defendem o treinamento especializado para assegurar a formação acadêmica dos pesquisadores baseados em princípios e valores de integridade científica.

Ademais, os periódicos devem se esforçar para descobrir a conduta inadequada antes da publicação, no qual uma das possibilidades seria o uso de ferramentas para verificação de plágio (Wager; Kleinert, 2012).

Com base nessa proposição, essas reflexões se convergem com o documento publicado pela CAPES em 2011 – citado anteriormente nesta pesquisa – sobre orientações no combate ao plágio que preconiza a utilização de ferramentas para verificação de originalidade e detecção de plágio.

Na “Declaração Conjunta sobre Integridade em Pesquisa” do II *Brispe* (2012), o estímulo ao ensino da integridade e ética em pesquisa nas instituições de ensino e pesquisa são considerados ares:

1. incluam, promovam e divulguem orientações sobre *RI/RCR* e materiais informativos e didáticos sobre o tema em seus *sites* oficiais – recomendando-se como documentos-base a Declaração de Cingapura sobre Integridade em Pesquisa, 2010; o Código de Boas Práticas em Pesquisa da FAPESP, 2011, as Diretivas para a Integridade da Pesquisa do CNPq, 2011, e o documento "Cooperação entre Instituições de Pesquisa e Periódicos em Casos de Integridade em Pesquisa: Orientação do Comitê [Internacional] de Ética em Publicações" do COPE, 2012;
2. incluam diretrizes sobre integridade científica em suas abordagens estratégicas para promover a excelência em pesquisa;
3. conscientizem os alunos de que o plágio é uma violação acadêmica, seja no ensino fundamental, ensino médio ou universitário. As instituições de ensino e pesquisa do país devem fornecer materiais educativos que mostrem que o plágio em monografias, dissertações e teses também é, além de violação acadêmica, uma prática ilegal no Brasil;
4. proporcionem atividades educativas sobre *RI/RCR* entre alunos e professores para estimular a discussão institucional sobre as preocupações locais que devem ser trabalhadas;
5. incentivem os alunos e professores a participar de reuniões nacionais e internacionais e/ou cursos sobre *RI/RCR*;
6. estimulem atividades de sensibilização sobre o papel da ética em publicações e sobre a autoria acadêmica em trabalhos colaborativos, sejam eles nacionais ou internacionais;
7. ofereçam oportunidades para que estudantes e professores possam desenvolver competências linguísticas internacionais para a comunicação responsável da ciência e seus resultados para seus pares e para a sociedade;
8. desenvolvam iniciativas, entre os estudantes de graduação e pós-graduação, para promover a noção de responsabilização nas atividades de pesquisa e a confiança pública na ciência;
9. divulguem este documento entre estudantes, pesquisadores e professores brasileiros. (BRISPE, 2012, p. 2).

Diante do exposto, ressalta-se, ainda, a importância em oficializar escritórios que se destinem especificamente a assegurar as boas práticas científicas. Atualmente, todas as universidades públicas e federais do Estado de São Paulo já possuem esses escritórios. Mesmo essa iniciativa transcorrer em um processo lento, a efetivação desses ambientes vem sendo consolidada graças aos esforços das agências de fomento estaduais e federais e das universidades brasileiras (Vilela; Santos; Dellagostin, 2021).

Vilela, Santos e Dellagostin (2021) postulam ser imprescindível instituir uma conscientização coletiva sobre cultura de integridade científica não somente pela aplicação de dispositivos normativos, mas também por meio de mecanismos pedagógicos com vistas a incrementar o comportamento ideal de docentes e discentes em relação ao fazer científico, principalmente voltados para novos

pesquisadores.

Uma questão importante observada por esses autores para promover a política de formação e disseminação da cultura de boas condutas na atividade científica é ter como elemento fundamental o componente pedagógico. Ou seja, trata-se do componente educativo relacionado aos valores éticos abarcados na integridade que precisam ser explicitados nos dispositivos normativos e, também, na implementação de atividades pedagógicas que consistam em treinamento propriamente científico para os pesquisadores, especialmente aos mais jovens com a finalidade de ter conhecimento das boas e más práticas em pesquisa, clarificando as consequências da conduta negativa para a ciência, bem como para a sociedade.

Isto significa alinhar indivíduos e instituições ao hábito de exercer a integridade e a ética em pesquisa em todas as etapas da cadeia produtiva do conhecimento contribuindo para a disseminação da cultura da integridade na pesquisa.

Santos (2011) atesta unanimemente que uma política de promoção da integridade da pesquisa deve ter como objetivo principal:

[...] **a formação de uma cultura da integridade**, no sentido da palavra “cultura” em que ela remete ao arraigamento de certos valores na prática cotidiana, a tal ponto que o respeito a eles aconteça espontaneamente e o desrespeito a eles gere, no ambiente, uma sanção moral imediata [...]. (Santos, 2011, p. 3, grifo nosso).

Para a formação dessa cultura, além da punição de supostas más condutas, por meio de mecanismos institucionais para a aplicação desses procedimentos, Santos (2011) recomenda que igualmente se promovam ações educativas para o contínuo estímulo à questão da integridade, como por exemplo:

[...] a instituição de programas de treinamento voltados a pesquisadores em formação, a divulgação de materiais educativos, a inclusão de compromissos formais com códigos de boa conduta em contratos de trabalho ou termos de concessão de bolsas e auxílios. O reconhecimento da importância do componente pedagógico no contexto de uma política de promoção da integridade é uma consequência imediata do fato de que a distinção entre boas e más condutas científicas não é um assunto trivial, exigindo não apenas boa-fé, mas também competências de natureza especificamente científica.

O lastro teórico abordado por Santos (2011), desvela a necessidade de ações

educativas veementes direcionadas à integridade científica a serem inseridas nos ambientes de pesquisa, de modo que a higidez produzida no fazer científico se depara apenas com ações contemporizadoras. No entanto, medidas basilares como as competências especializadas acerca da ética em pesquisa são indispensáveis para gerar ensinamentos relacionados à conduta responsável na pesquisa e assim, o estabelecimento de uma cultura de integridade.

Dando continuidade ao delineamento da formação e da disseminação da cultura em torno da integridade em pesquisa, alguns estudiosos aclamam ser preponderante incentivar cada vez mais as instituições de ensino a inserirem em seus currículos acadêmicos disciplinas atinentes à integridade, de modo a serem disponibilizadas desde a formação científica inicial até o pós-doutorado do cientista (Bebeau, 2002; Steneck, 2002, 2007; CNPq, 2011; Santos, 2011; Vasconcelos, 2012, 2013; Wager; Kleinert, 2012; Pithan; Vidal, 2013; Pádua; Guilhem, 2015; Pierro, 2015; Vilaça, 2015; Sousa *et al.*, 2016; Novaes; Rodrigues; Guilhem, 2018; Litto; Krokosz, 2019; Moraes; Medeiros, 2019; Krokosz, 2021; Marques, 2021; Vilela; Santos; Dellagostin, 2021).

Nesse sentido, a Comissão de Integridade na Atividade Científica (CIAC) do CNPq (2011) advoga que:

[...] é importante atuar pedagogicamente para orientar, principalmente os jovens, nas boas práticas. É também importante definir as práticas que não são consideradas aceitáveis pelo ponto de vista do CNPq. Como parte das ações preventivas, o CNPq **deve estimular que disciplinas com conteúdo ético e de integridade de pesquisa sejam oferecidas nos cursos de pós-graduação e de graduação**. Também a produção de material com esses conteúdos em Língua Portuguesa deve ser estimulada e disponibilizada nas páginas do CNPq. Como ponto de partida, algumas diretrizes orientadoras das boas práticas nas publicações científicas, inclusive nos seus aspectos metodológicos, devem ser imediatamente publicadas, podendo ser aperfeiçoadas com contribuições subsequentes. Há que se salientar nessa direção a importância dos orientadores acadêmicos. (CNPq, 2011, p. 3, grifo nosso).

Uma contribuição oportuna em relação aos pesquisadores em formação é sustentada por Santos (2011):

No que concerne às regras relativas à reprodução da comunidade científica, o conceito chave é o de **tutoria**. Pesquisadores em formação aprendem a fazer pesquisa científica fazendo pesquisas científicas sob a orientação ou supervisão de pesquisadores já

qualificados e experientes, muitas vezes integrados nas equipes de pesquisa em que esses pesquisadores desempenham funções de direção. Enquanto instrumento de reprodução da comunidade científica, pressupõe-se que a tutoria seja sempre exercida em benefício da formação do tutelado como pesquisador independente. Ações que contrariem esse pressuposto (como, por exemplo, a utilização do tutelado apenas como mão de obra barata) constituem condutas eticamente inadequadas do ponto de vista da integridade da pesquisa, na medida em que minam as condições vigentes de reprodução cientificamente eficaz da comunidade científica e, portanto, as condições de continuidade da construção coletiva da ciência. (Santos, 2011, grifo nosso).

Além das proposições mencionadas em relação ao ensino sobre integridade em pesquisa, destacam-se as perspectivas de Sousa *et al.* (2016) ao revelarem ser um desafio do sistema educacional contemporâneo, desde à formação escolar do indivíduo, criar uma cultura de integridade que incida no comportamento ético da sua comunidade escolar ou acadêmica, principalmente em decorrência do significativo incremento das TICs propiciarem uma multiplicidade de recursos eletrônicos mais sofisticados para a prática da má conduta científica.

No Brasil, lamentavelmente, ainda existem algumas instituições que banalizam a cultura da desonestidade acadêmica, adotando minimamente medidas tangíveis no âmbito ético, jurídico, pedagógico e institucional. Em razão disso, eventuais medidas punitivas são vistas como austeras e coercitivas pelos membros da comunidade discente, mesmo a má conduta científica ser eticamente reprovável no meio acadêmico (Pithan; Vidal, 2013; Sousa *et al.*, 2016).

Por isso, Sousa *et al.* (2016, p. 463) evocam a função contínua dos educadores e administradores nos âmbitos pedagógico e institucional:

Entra o papel dos administradores e educadores no contínuo processo de formação do caráter de seus alunos. Além da questão de cunho ético e da previsão de regras nos regimentos internos e no ordenamento jurídico, deve-se falar da desonestidade escolar, em tese, no ambiente acadêmico, como parte cotidiana na formação do caráter e do amadurecimento de alunos. Aparentemente, a maioria das instituições de ensino entende que seu papel em relação ao aluno se restringe ao que ocorre durante o período em que se estabelece vínculo direto entre ambos, ou seja, durante a vigência do contrato estudantil. O problema é que as lições que o aluno aprende no campo moral produzirão reflexos que perdurarão muito além da vigência desse contrato e influenciarão o comportamento do indivíduo no exercício de sua profissão.

Dessa maneira, desvela-se a nítida correlação entre a formação educacional e

o exercício profissional do indivíduo, cujas aprendizagem e assimilação acerca de valores e princípios éticos ao longo da sua formação escolar e acadêmica afetarão sua conduta como profissional. Posto isto, enfatiza-se a crucial função dos educadores em reforçar a importância no enfrentamento à desonestidade acadêmica em todas as etapas de formação do indivíduo.

Notabiliza-se a respeito do ensino sobre integridade em pesquisa que nas ciências médicas, em geral, se desenvolvem mais estudos e são oferecidas cerca de três ou quatro disciplinas referente a esse assunto ou temáticas congêneres em suas grades curriculares. Isto possivelmente se explica, pelo fato dessas ciências lidarem mais diretamente com vidas humanas sujeitas à avaliação e decisão médicas. Entrementes, “[...] nenhuma costuma tratar o assunto com profundidade proporcional à relevância do tema.” (Sousa *et al.*, 2016, p. 465).

Pithan e Vidal (2013) teorizam que as competências relacionadas à integridade em pesquisa deveriam ser ensinadas aos discentes não somente restringindo-se à disciplina de Metodologia Científica – haja vista que essa temática seja pelo menos apresentada na referida disciplina - ou pelos professores orientadores, mas também por todos os docentes da comunidade acadêmica cujos alunos estejam vinculados.

Nesse sentido, as universidades precisam estar preparadas para o combate das práticas de má conduta científica e alinhar estratégias pedagógicas focadas à ética em pesquisa. Isto posto, evidenciam-se dentre as diversas responsabilidades dos professores orientadores, aquelas destinadas à integridade em pesquisa, pois:

O professor orientador de trabalhos acadêmicos, sem dúvida, tem condições de ser uma figura privilegiada neste processo de ensino da prática da pesquisa de forma eticamente correta. Ainda que as atribuições dos professores orientadores não estejam bem claras e sistematizadas pela bibliografia nacional, cabe fomentar a discussão de sua função educativa que vai além do aspecto técnico do ato de pesquisar, mas que inclui o aspecto ético da produção e publicação científica. (Pithan; Vidal, 2013, p. 81).

Marques (2021) explicita uma abordagem inerente a um estudo realizado por um grupo de pesquisadores das universidades de Zurique e de *Utrecht* sobre estratégias educacionais capazes de promover condutas responsáveis em pesquisa. Tal estudo, publicado em 2021, no periódico *Educational Psychology Review* revelou contrastes expressivos no tocante à necessidade de uma disciplina obrigatória acerca da integridade em pesquisa e a imposição de uma disciplina pertinente a

essa temática tem impacto negativo no que tange à aquisição de conhecimento e impacto nulo quanto à aprovação de atitudes, reconhecimento de problemas, capacidade de julgamento e comportamentos concretos. “Alunos que participam de treinamento de forma voluntária tendem a adquirir mais conhecimento do que os participantes forçados a frequentá-lo.” (Marques, 2021, p. 9).

Ademais, constatou-se que os motivos para essas atitudes adversas são variados:

[...] vão desde a percepção de alguns alunos de que já são eticamente maduros e não se beneficiariam da capacitação até o desinteresse puro e simples pelo assunto, marcadamente entre jovens que não têm ambição de seguir carreira acadêmica. [Assim], o levantamento foi útil para criar estratégias inovadoras que estão sendo aplicadas em novos cursos. (Marques, 2021, p. 9).

Esses resultados apontam que implantar a obrigatoriedade da disciplina sobre integridade em pesquisa na matriz curricular acadêmica pode desmotivar o interesse dos discentes a esse tipo de conteúdo e não apresentar os efeitos positivos almejados. Em contrapartida, as instituições de ensino podem instigar, mesmo não compulsoriamente, motivações aos acadêmicos para vislumbrar e implantar uma cultura de integridade científica por meio de estratégias de ensino no que se refere à premente importância da ética em pesquisa no âmbito da ciência.

Vasconcelos (2012) em alusão à integridade e à conduta responsável na pesquisa, declara que as questões voltadas a esses temas são grandes desafios da contemporaneidade no âmbito de políticas informacionais e educacionais, em todas as esferas que geram conhecimento científico. Por conseguinte, sublinha-se “[...] a importância dos diálogos entre a ética, a integridade em pesquisa e a confiança pública na ciência deve ser ressaltada na formação dos jovens pesquisadores, e esse é um desafio que não é local [...]”. (Vasconcelos, 2012, p. 58).

Prosseguindo nesse contexto, é importante ressaltar as ideias de Pierro (2015) ao enunciar que uma das primeiras iniciativas brasileiras de ensino em integridade em pesquisa ocorreu em 2007, com a criação de uma disciplina obrigatória sobre ética e integridade científica para os alunos de mestrado e doutorado do Instituto Militar de Engenharia (IME), no Rio de Janeiro. Contudo, a UFRJ parece ser a instituição com mais experiência em ensino sobre essa temática, pois desde 2011, além de implementar cursos de treinamento *online* acerca da conduta responsável em pesquisa para discentes e pesquisadores, disponibiliza no Instituto de Biofísica

Carlos Chagas Filho (IBCCF), uma disciplina sobre ética e integridade em pesquisa. Atualmente, na Coppe é oferecida uma disciplina livre, denominada “Metodologia da escrita científica e ética na pesquisa”. Entretanto, em 2012, a referida disciplina era um curso de extensão com oito horas de treinamento em metodologia científica e ética na pesquisa (Pierro, 2015).

Adicionalmente a essas iniciativas, a partir de 2015, a UFRJ por meio do IBqM, oferece a seus estudantes de pós-graduação, disciplinas conexas à ética e integridade em pesquisa, tais como: “Conduta responsável em pesquisa”, “Ética na escrita científica” e “Ética e integridade na pesquisa científica e tecnológica” com o objetivo de discutir sobre integridade científica e conduta responsável em pesquisa para promover a tangibilidade das boas práticas de conduta na comunicação da ciência norteada aos aspectos éticos contemporâneos (UFRJ, 2024).

Ao retomar o estudo de Pierro (2015), se denotam as iniciativas em São Paulo, como a da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) que incidiu com maior ênfase às atividades educativas voltadas para a integridade em pesquisa, por meio de disciplinas acerca dessa temática aos discentes de pós-graduação, bem como a implantação de comitês de ética em cada unidade da instituição para promover eventos pertinentes às boas práticas de pesquisa, tanto para alunos de graduação quanto aos recém-doutores, docentes e pesquisadores da universidade.

A Universidade de São Paulo (USP) similarmente começou a adotar mecanismos para suplantar as más condutas científicas com a criação de disciplinas sobre ética e integridade científica em suas grades curriculares para discentes de graduação e pós-graduação. Em 2017, constituiu por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI), um Comitê de Boas Práticas Científicas com o objetivo de fomentar ações preventivas face às condutas científicas inapropriadas e estabelecer o arraigamento de uma cultura de integridade acessíveis a toda sua comunidade acadêmica, tais como, cursos *online*, curadoria de documentos, palestras, entre outras ações (USP, 2024).

Destarte, com base nos pensamentos apresentados nesta seção, podemos inferir a necessidade primordial do ensino sobre integridade e ética em pesquisa desde a formação inicial do indivíduo, se estendendo à sua formação acadêmica com vistas a adoção de uma conduta responsável na pesquisa, mas também em seu ambiente profissional, contribuindo assim para estabelecer uma cultura de

integridade em todas as esferas nacionais e internacionais, ao englobar a produção e a comunicação científicas.

## 6 METODOLOGIA

A metodologia apresentada nesta seção tem por finalidade orientar o desenvolvimento da pesquisa e especificar os procedimentos metodológicos empregados na análise documental, na delimitação do campo empírico, e, na execução da técnica de observação direta para a coleta e análise de dados do objeto de estudo. Posteriormente, demonstra-se a apresentação dos resultados desta tese, tendo em vista o objetivo já enunciado.

Trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória que tem como ponto de partida investigar as políticas e ações adotadas nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCIs) brasileiros a partir dos dispositivos normativos e ensino sobre integridade em pesquisa ou temática análoga, com vistas a orientar sua comunidade acadêmica no que diz respeito às boas práticas da pesquisa científica almejando à formação e disseminação de uma cultura de integridade em pesquisa nesses ambientes científicos.

### 6.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura objetiva o levantamento, a análise criteriosa e sistemática do estado da arte de uma determinada temática. Esses estudos de revisão de literatura, igualmente conhecidos como revisão bibliográfica, organizam, relacionam, sintetizam e possibilitam um olhar mais apurado de outras pesquisas, à medida que são muito importantes ao pesquisador para realizar a avaliação de determinado campo de pesquisa (Appolinário, 2007). Sob esse prisma foram sistematizados os seguintes critérios de busca para propiciar um panorama da temática central desta pesquisa na literatura científica nacional e internacional: a definição do tema, o recorte temporal e a seleção das fontes de informação.

No que concerne à definição do tema, os elementos a serem investigados basearam-se no objetivo desse estudo, a integridade em pesquisa, seus dispositivos normativos e ensino para o estabelecimento da cultura de integridade nos PPGCIs brasileiros.

O recorte temporal contemplou algumas publicações clássicas da Antiguidade e da Modernidade sobre ética, pois seus princípios e valores contribuem significativamente como alicerces da integridade em pesquisa, além de publicações

datadas a partir do século XX de especialistas e estudiosos relacionados à integridade em pesquisa, bem como dispositivos normativos e ensino acerca da referida temática.

### 6. 1.1 Estratégia metodológica de busca nas bases de dados

Em relação à seleção de fontes de informação utilizadas no levantamento da revisão de literatura realizado no período de dezembro de 2020 a março de 2024, escolheu-se as bases de dados com vasta abrangência e representatividade na produção científica internacional e nacional nos respectivos campos desta pesquisa.

- a) Para verificação em âmbito internacional, as buscas foram realizadas nas bases de dados: *Web of Science (WOS)*, da *Clarivate Analytics*, base multidisciplinar que indexa os periódicos mais citados em suas respectivas áreas; *Scopus*, da *Elsevier*, maior banco de dados de resumos e citações da literatura com revisão por pares; *Library and Information Science Abstracts (LISA)*, da *Proquest*, base de dados referencial destinada aos profissionais de Biblioteconomia, Ciência da Informação e áreas correlatas; *Information Science & Technology Abstracts (ISTA)*, da *Ebsco*, base de dados que possui publicações na área de Ciência da Informação.

Desse modo, utilizaram-se os campos “*title/abstract/keyword*” com os seguintes termos e estratégias na expressão de busca em inglês:

- *(research integrity) OR (scientific integrity) OR (academic integrity) OR (research ethics) OR (academic ethics) OR (scientific misconduct) OR (scientific conduct) OR (research conduct) OR (responsible conduct of research) OR (academic honesty) OR (academic dishonesty)*;
- b) Para verificação em âmbito nacional, as consultas foram efetuadas nas bases de dados: *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, da Biblioteca Virtual em Saúde/Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (BVS/OPAS/OMS), mantida pela Fapesp, CNPq e Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo (FapUnifesp), biblioteca eletrônica que possui periódicos científicos em texto completo e abrange diversas áreas do conhecimento; *SciELO Livros*, do consórcio formado pelas editoras da

UNESP, UFBA e Fiocruz com cooperação técnica da BVS/OPAS/OMS e apoiada pela FapUnifesp, disponibiliza coleções nacionais e temáticas de livros acadêmicos do Brasil; Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), da UFPR. Atualmente, administrada pela UFRGS, base de dados referencial que indexa publicações nacionais em Ciência da Informação; Repositório Benancib, foi viabilizado por financiamento da Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ), além de bolsas do CNPq e apoio técnico da UFF. Em julho de 2022, foi firmado o convênio UFF/UFRGS e o Benancib passa a integrar a BRAPCI, disponibilizando a coleção dos trabalhos e palestras publicados nos anais dos ENANCIBs; e, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), do IBICT, que compila teses e dissertações produzidas em Programas de Pós-Graduação no Brasil e por brasileiros no exterior.

Nessas bases, as pesquisas bibliográficas foram realizadas nos campos “título/resumo/palavra-chave” com os termos e estratégias na expressão de busca:

- (integridade em pesquisa) OU (integridade científica) OU (integridade acadêmica) OU (ética em pesquisa) OU (ética acadêmica) OU (má conduta científica) OU (má conduta na pesquisa) OU (conduta em pesquisa) OU (conduta responsável em pesquisa) OU (honestidade acadêmica) OU (desonestidade acadêmica);
- c) Na observação qualitativa dos resultados obtidos nas buscas realizadas, percebeu-se a originalidade da temática concomitantemente ao objeto de estudo pretendido para a elaboração desta pesquisa, especialmente pela ausência de publicações científicas que tenham como contexto os dispositivos normativos e ensino sobre integridade em pesquisa nos PPGCIs do Brasil.

## 6. 2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO EMPÍRICO

A composição do campo empírico nesta pesquisa refere-se aos PPGCIs brasileiros designados na Plataforma Sucupira da Capes como pertencentes à Área de Conhecimento – Ciência da Informação.

Na Plataforma Sucupira<sup>30</sup>, em relação aos Programas de Pós-Graduação (PPGs), as áreas de avaliação estão agregadas por critério de afinidade, em dois níveis<sup>31</sup>: o primeiro nível é o de “Colégios” e o segundo, pertence às “Grandes Áreas”.

Os Colégios são representados em três conjuntos:

- Colégio de Ciências da Vida;
- Colégio de Humanidades; e,
- Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar.

Desta forma, cada Colégio agregam um conjunto de três “Grandes Áreas”, conforme demonstrado no Quadro 7:

**Quadro 7** - Lista dos Colégios e Grandes Áreas de Avaliação da Capes

| <b>COLÉGIO DE CIÊNCIAS DA VIDA</b>                                 |                            |                            |                             |
|--|----------------------------|----------------------------|-----------------------------|
| <b>GRANDES ÁREAS</b>   | CIÊNCIAS AGRÁRIAS          | CIÊNCIAS BIOLÓGICAS        | CIÊNCIAS DA SAÚDE           |
| <b>COLÉGIO DE HUMANIDADES</b>                                      |                            |                            |                             |
| <b>GRANDES ÁREAS</b>   | CIÊNCIAS HUMANAS           | CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS | LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES |
| <b>COLÉGIO DE CIÊNCIAS EXATAS, TECNOLÓGICAS E MULTIDISCIPLINAR</b> |                            |                            |                             |
| <b>GRANDES ÁREAS</b>   | CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA | ENGENHARIAS                | MULTIDISCIPLINAR            |

Fonte: Adaptado de CAPES (2024).

Na “Grande Área” de Ciências Sociais Aplicadas encontra-se a área de Comunicação e Informação<sup>32</sup>, constituída pelas seguintes áreas básicas: Comunicação, Ciência da Informação e Museologia, abrange os programas de Pós-Graduação em Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Comunicação, Jornalismo e Museologia (CAPES, 2019).

Considerando os objetivos propostos nesta pesquisa, decidiu-se restringir a pesquisa ao grupo de programas de pós-graduação na área da Ciência da Informação, excluindo-se, os programas das áreas de Arquivologia, Biblioteconomia,

<sup>30</sup> Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em: 04 mar. 2024.

<sup>31</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao#areas>

<sup>32</sup> Anteriormente denominada Ciências Sociais Aplicadas I.

Comunicação, Jornalismo e Museologia. Além do mais, os programas de tais áreas não são classificados como pertencentes à área básica da Ciência da Informação na Plataforma Sucupira<sup>33</sup>.

De acordo com o “Documento de área 31: Comunicação e Informação” publicado em 2019 pela Capes<sup>34</sup>, na área básica da Ciência da Informação estão incluídas as seguintes áreas: Arquivologia; Biblioteconomia; Gestão da Informação; Gestão da Informação e do Conhecimento; Gestão e Organização do Conhecimento; Gestão de Documentos e Arquivos; Memórias e Acervos; Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento.

Atualmente, consoante a Plataforma Sucupira são 25 os programas vinculados à área básica da Ciência da Informação<sup>35</sup>, ofertados por 23 instituições, contendo 19 cursos de Mestrado Acadêmico, 13 cursos de Doutorado Acadêmico e 6 cursos de Mestrado Profissional, conforme apresentado no Quadro 8, com maior detalhamento no Apêndice A.

**Quadro 8 - Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil**

| IES*                                       | Sigla | UF** | PPGCIs                 | CAPES<br>Conceito<br>Avaliação<br>Quadrienal<br>2017-2020 |
|--|-------|------|------------------------|---|
| 1 Fundação Casa de Rui Barbosa             | FCRB  | RJ   | Memória e Acervos      | 4   |
| 2 Fundação Universidade Federal de Sergipe | UFS   | SE   | Ciência da Informação  | 4   |
| 3 Universidade de Brasília                 | UNB   | DF   | Ciências da Informação | 5   |
| 4 Universidade de São Paulo                | USP   | SP   | Ciência da Informação  | 4   |
|  |       |      | Gestão da informação   | 4   |
| 5 Universidade do Estado de Santa Catarina | UDESC | SC   | Gestão da Informação   | 4   |
| 6 Universidade Estadual de Londrina        | UEL   | PR   | Ciência da Informação  | 4   |

<sup>33</sup> Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativos.html?areaAvaliacao=31&areaConhecimento=60700009>. Acesso em: 05 maio 2024.

<sup>34</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/comunicacao-pdf>. Acesso em: 05 maio 2024.

<sup>35</sup> Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativos.html?areaAvaliacao=31&areaConhecimento=60700009>. Acesso em: 06 maio 2024.

|  |         |    |   |   |
|--|---------|----|---|---|
| 7 Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Marília | UNESP   | SP | Ciência da Informação   | 7 |
| 8 Universidade Federal da Bahia                                    | UFBA    | BA | Ciência da Informação   | 4 |
| 9 Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa                    | UFPB-JP | PB | Ciência da Informação   | 4 |
| 10 Universidade Federal de Alagoas                                 | UFAL    | AL | Ciência da Informação   | A |
| 11 Universidade Federal de Minas Gerais                            | UFMG    | MG | Ciências da Informação  | 5 |
|  |         |    | Gestão & Organização do Conhecimento                            | 5 |
| 12 Universidade Federal de Pernambuco                              | UFPE    | PE | Ciência da Informação   | 5 |
| 13 Universidade Federal de Santa Catarina                          | UFSC    | SC | Ciência da Informação   | 5 |
| 14 Universidade Federal de São Carlos                              | UFSCAR  | SP | Ciência da Informação   | 4 |
| 15 Universidade Federal do Ceará                                   | UFC     | CE | Ciência da Informação   | 3 |
| 16 Universidade Federal do Espírito Santo                          | UFES    | ES | Ciência da Informação   | 3 |
| 17 Universidade Federal do Maranhão                                | UFMA    | MA | Ciência da Informação - PROGCIN                                 | A |
| 18 Universidade Federal do Pará                                    | UFPA    | PA | Ciência da Informação   | 4 |
| 19 Universidade Federal do Rio de Janeiro                          | UFRJ    | RJ | Ciência da Informação – IBICT / UFRJ***                         | 6 |
| 20 Universidade Federal do Rio Grande do Norte                     | UFRN    | RN | Ciência da Informação   | 4 |
| 21 Universidade Federal do Rio Grande do Sul                       | UFRGS   | RS | Ciência da Informação   | 3 |
| 22 Universidade Federal Fluminense                                 | UFF     | RJ | Ciência da Informação   | 4 |
| 23 Universidade FUMEC  | FUMEC   | MG | Tecnologia da Informação e Comunicação e Gestão do Conhecimento | 4 |

\*IES: Instituição de Ensino Superior

\*\*UF: Unidade Federativa

\*\*\* Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

**Fonte:** Elaboração própria.

No Quadro 8, os programas aprovados pela CAPES com conceito A são aqueles que se encontram na situação “em projeto” e ainda não foram avaliados periodicamente.

### 6.3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

As etapas de coleta e análise dos dados referentes ao campo empírico foram realizadas no período de maio a junho de 2024.

Para isso, foram percorridas as duas primeiras etapas:

- 1) Identificação dos PPGCIs brasileiros na Plataforma Sucupira da Capes;
- 2) Listagem dos PPGCIs brasileiros identificados com informações contendo: nome das IES e suas respectivas siglas; unidade federativa; nome do(s) programa(s) de pós-graduação; conceito desses programas pela Capes e respectivos níveis de Doutorado (Acadêmico ou Profissional) e Mestrado (Acadêmico ou Profissional), conforme Apêndice A.

#### 6.3.1 Análise dos dispositivos normativos sobre integridade em pesquisa nos PPGCIs brasileiros

A partir da listagem dos PPGCIs brasileiros especificados no Apêndice A, realizou-se o levantamento dos dispositivos normativos relacionados à integridade em pesquisa nesses Programas, no período de 16 a 30 maio de 2024.

Então, foram realizados os seguintes procedimentos:

- 1) Elaborou-se o Apêndice B, no qual foram produzidos fichamentos para facilitar a análise dos dados identificados;
- 2) Em seguida, fez-se a verificação nos *sites* dos PPGCIs brasileiros por meio da técnica de observação direta, examinando os Programas que disponibilizam conteúdos normativos - manuais, diretrizes, códigos, normas, guias, instruções normativas, entre outros documentos – relacionados à integridade ou ética em pesquisa em seus respectivos *sites*;
- 3) Após o procedimento anterior, realizou-se o preenchimento dos fichamentos para melhor clareza e entendimento em relação aos dispositivos normativos sobre integridade ou ética em pesquisa,

identificados ou não, nos *sites* dos PPGCIs.

Importante ressaltar que na averiguação dos *sites* desses PPGCIs, estipulou-se critérios para não caracterizar determinados documentos como dispositivos normativos, uma vez que não norteiam a comunidade acadêmica no que diz respeito à integridade em pesquisa, são eles:

- a) Documentos que apresentem apenas orientações para aprovação do Comitê de Ética, caso a pesquisa envolver investigação com animais ou seres humanos ou utilizar técnicas de engenharia genética ou organismos tecnicamente modificáveis;
- b) Documentos que retratem unicamente ciência ou declaração de má conduta na pesquisa científica reverberando somente as medidas punitivas;
- c) Documentos cujas ações alusivas à conduta responsável na pesquisa sejam meramente promovidas pelas respectivas universidades dos PPGCIs, mas não pelos próprios Programas. Excetua-se, os PPGCIs que direcionarem ou incluírem em seus *sites*, os dispositivos normativos sobre integridade em pesquisa das universidades aos quais são vinculados;
- d) Documentos que predicam exclusivamente uma abordagem geral no tocante à integridade em pesquisa, exprimindo apenas sua importância, sem especificar as políticas informacionais e as ações adotadas para instar as boas práticas da conduta responsável em pesquisa.

### **6. 3. 2 Análise do ensino de disciplinas acerca da integridade em pesquisa nos PPGCIs brasileiros**

Igualmente, a partir da listagem identificada no Apêndice A, transcorreu-se a investigação sobre o ensino de disciplina(s) a respeito da integridade em pesquisa ou disciplina(s) congênere(s), no período de 06 a 30 de junho de 2024.

Dessa forma, foram efetuadas as etapas subsequentes:

- 1) Produziu-se o Apêndice C, no qual foram elaborados fichamentos para contribuir na análise dos dados identificados;
- 2) Posteriormente, sucedeu-se a averiguação dos PPGCIs brasileiros na Plataforma Sucupira da Capes a partir da técnica de observação direta,

em relação a esses cursos de pós-graduação oferecerem ensino sobre integridade em pesquisa, especificamente, disciplina(s) sobre essa temática ou correlata;

3) Elaboração de fichamentos para maior detalhamento e compreensão inerentes às informações da(s) disciplina(s) acerca da integridade em pesquisa ou disciplina(s) congênera(s), identificadas ou não, na Plataforma Sucupira.

Nesse sentido, é importante ressaltar que as disciplinas que contenham apenas o tópico “ética” em seu título, mas na ementa o conteúdo é abordado somente no âmbito filosófico ou sem qualquer relação com “ética em pesquisa”, não foram consideradas. Pois, essa pesquisa não tem como interesse principal a abordagem da filosofia e ética da informação - mesmo que seus fundamentos subsidiem a integridade científica. A tese é pertinente à integridade em pesquisa relacionada ao fazer científico, à honestidade acadêmica e à conduta responsável na pesquisa científica por meio de dispositivos normativos, bem como o ensino a partir de disciplinas que constem nos currículos acadêmicos dos PPGCs brasileiros.

#### 6. 4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DE DISPOSITIVOS NORMATIVOS INERENTES À INTEGRIDADE EM PESQUISA NOS PPGCS BRASILEIROS

Neste percurso no que concerne à apresentação dos resultados abordaram-se os seguintes aspectos baseados no Apêndice B:

- 1) PPGCs que disponibilizam dispositivos normativos em ética ou integridade em pesquisa em seus *sites*; e,
- 2) Tipologia dos dispositivos normativos em ética ou integridade em pesquisa identificados nos PPGCs.

Após a identificação desses aspectos, numa planilha do *Excel* foram quantificados e mensurados os tipos de dispositivos normativos pertinentes à integridade em pesquisa encontrados nos *sites* dos PPGCs brasileiros.

Posteriormente, mostraram-se os resultados obtidos na tese.

## 6. 5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS SOBRE O ENSINO DE INTEGRIDADE EM PESQUISA NOS PPGCIS BRASILEIROS

Neste trajeto da pesquisa, a análise e apresentação dos resultados foram desenvolvidas a partir dos parâmetros abaixo:

- 1) PPGCIs que oferecem ensino sobre integridade em pesquisa ou temas congêneres por meio de disciplinas em suas grades curriculares, consoante consulta realizada na Plataforma Sucupira;
- 2) Abordagens mais evidenciadas relativas à integridade em pesquisa e assuntos correlacionados nos referidos PPGCIs.

Logo após a identificação desses parâmetros foram apresentados os PPGCIs que oferecem disciplinas acerca da integridade em pesquisa e designaram-se as temáticas mais salientadas nas disciplinas, a partir das ementas elencadas no Apêndice C.

## 6. 6 APRESENTAÇÃO DO PANORAMA DOS DISPOSITIVOS NORMATIVOS E DO ENSINO PERTINENTES À INTEGRIDADE EM PESQUISA NOS PPGCIS BRASILEIROS

Foi elaborado um quadro-síntese para revelar a situação da integridade em pesquisa nos PPGCIs brasileiros identificados, no tocante aos dispositivos normativos e ao ensino das disciplinas sobre esse tema, buscando clarificar de forma objetiva, a existência ou não, de ações norteadoras para assegurar a conduta responsável em pesquisa nesses Programas.

## 6. 7 CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para alcançar os objetivos específicos propostos nesta tese foram realizadas as seguintes ações, conforme ilustrado no Quadro 9:

**Quadro 9** - Procedimentos metodológicos para a consecução dos objetivos específicos

| <b>Objetivos Específicos</b>   | <b>Ações Executadas</b>   |
|--|---|
| <p><b>1</b> Identificar e elucidar os dispositivos normativos pertinentes à integridade em pesquisa adotados nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCIs) brasileiros</p>              | <p>a) Apoio teórico na revisão de literatura para ter conhecimento dos dispositivos normativos sobre integridade em pesquisa e seus diversificados aspectos;</p> <p>b) Apoio operacional por meio da listagem dos PPGCIs brasileiros elencados na Capes. Subsequentemente, elaboração e análise de fichamentos para detectar dispositivos normativos em ética ou integridade científicas disponibilizados em seus <i>sites</i>;</p> <p>c) Apresentação e reflexões dos resultados obtidos pertinentes aos dispositivos normativos sobre integridade em pesquisa disponibilizados nos PPGCIs brasileiros.</p>  |
| <p><b>2</b> Relacionar os perfis e as características inerentes ao ensino sobre integridade científica ou conteúdo correlato nos cursos de pós-graduação que compõem o universo de pesquisa desta tese</p> | <p>a) Apoio teórico na revisão de literatura acerca do ensino sobre integridade em pesquisa ou assunto congênere, principalmente no que tange ao ensino acadêmico dessa temática;</p> <p>b) Apoio operacional por meio da listagem dos PPGCIs brasileiros elencados na Capes e, em seguida, acesso à Plataforma Sucupira da Capes com vistas a diagnosticar os PPGCIs brasileiros que oferecem disciplina(s) referente à integridade em pesquisa ou conteúdo similar em seus currículos acadêmicos;</p> <p>c) Elaboração de fichamentos para compilar as características da(s) disciplina(s) relativa à integridade em pesquisa ou assunto correlato nesses Programas, disponibilizadas na Plataforma Sucupira.</p> |
| <p><b>3</b> Verificar aspectos no currículo acadêmico dos PPGCIs brasileiros inerentes à integridade em pesquisa ou assunto análogo</p>  | <p>a) Análise dos fichamentos produzidos sobre as disciplinas relativas à integridade em pesquisa ou assuntos congêneres nas matrizes curriculares dos PPGCIs brasileiros para averiguar as seguintes variáveis: quantidade de disciplina(s) oferecida(s); data da criação da(s) disciplina(s); obrigatoriedade da(s) disciplina(s); criação de disciplinas nos últimos quatro anos; e, tópicos mais evidenciados, de acordo com as ementas das disciplinas;</p>  |

|  |  |
|--|--|
|  | b) Apresentação e discussão dos resultados obtidos pertinentes às variáveis investigadas, no que se refere ao ensino de disciplinas sobre integridade em pesquisa ou temática análoga. |
|--|--|

**Fonte:** Elaboração própria.

A seguir, serão apresentados os resultados e explicações provenientes da análise de dados desta pesquisa.

## 7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção tem por finalidade apresentar e discutir resultados da pesquisa referentes à análise das observações com vistas a retratar e refletir sobre o panorama dos dispositivos normativos e do ensino sobre integridade em pesquisa nos PPGCIs brasileiros.

Primeiramente, são percorridos os resultados acerca da disponibilização dos dispositivos normativos relacionados à integridade em pesquisa nos referidos PPGCIs, como veremos a seguir.

### 7.1 IDENTIFICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS NORMATIVOS SOBRE INTEGRIDADE EM PESQUISA NOS PPGCIS BRASILEIROS

Esta parte do trabalho consistiu em detectar a disponibilidade dos dispositivos normativos acerca da integridade em pesquisa. Estes dispositivos se apresentam em variadas tipologias, tais como, códigos, manuais, normas, diretrizes, guias, instruções normativas, entre outros documentos nos respectivos *sites* dos PPGCIs brasileiros.

A coleta dos dados foi realizada no período de 16 a 30 maio de 2024, em consonância aos detalhes descritos no Apêndice B.

Os elementos de análise definidos para identificar a disponibilização dos dispositivos mencionados são:

1. Nome da Instituição de Ensino Superior;
2. Nome do Programa em Ciência da Informação;
3. CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020;
4. Dispositivo normativo sobre integridade em pesquisa;
5. Tipo;
6. Título da publicação;
7. Data da publicação;
8. *Site* do dispositivo normativo;
9. *Site* do PPGCI.

Dessa forma, o quadro 10 mostra o modelo de fichamento utilizado para complementar as informações pertinentes aos PPGCIs no Brasil no que tange aos dispositivos normativos relacionados à integridade científica. Os elementos de

análise aparecem preenchidos nos fichamentos do Apêndice B.

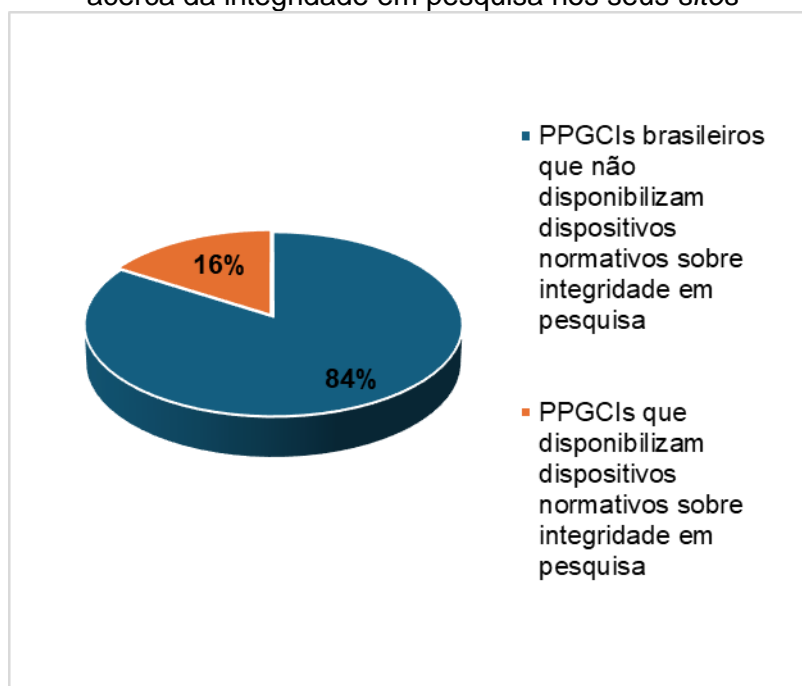
**Quadro 10** - Modelo de análise dos PPGCIs brasileiros referente aos dispositivos normativos sobre integridade em pesquisa

| INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (IES)                |  |
|---|--|
| Nome do Programa em Ciência da Informação           |  |
| CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020     |  |
| Dispositivo normativo sobre integridade em pesquisa |  |
| Tipo  |  |
| Título da publicação                                |  |
| Data da publicação                                  |  |
| Síte do dispositivo normativo                       |  |
| Síte do PPGCI                                       |  |

Fonte: Elaboração própria.

Prosseguindo, dos 25 PPGCIs analisados que constam no Apêndice B, apenas 4 (16%) Programas disponibilizam dispositivo normativo acerca da integridade em pesquisa nos seus *sítes*, conforme gráfico abaixo:

**Gráfico 1** - PPGCIs brasileiros e a disponibilização de dispositivos normativos acerca da integridade em pesquisa nos seus *sítes*



Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao Gráfico 1, os 4 (16%) dos PPGCIs identificados nessa análise quanto à disponibilização de dispositivos normativos acerca da integridade em pesquisa foram: o PPGCI da UNESP; os dois PPGCIs da USP, subdivididos em Ciência da Informação e Gestão da Informação; e, o PPGCI da UFSC. Isto representa uma minoria de PPGCIs brasileiros que incluem em seus *sites*, documentos norteadores para que sua comunidade acadêmica tenha conhecimento das práticas de boa conduta em pesquisa.

Baseados nesses resultados, verifica-se uma significativa ausência de disponibilização de instrumentos normativos no que diz respeito à integridade em pesquisa nos PPGCIs brasileiros. Isto pode comprometer consideravelmente as práticas e a conduta responsável em pesquisa, visto que sem documentos regulamentadores, torna-se praticamente inviável o combate à má conduta científica.

Nesse tocante, a conduta responsável em pesquisa deve ser construída baseada no compromisso com valores essenciais, tendo como um dos principais pilares a integridade científica, de maneira que a disponibilização de dispositivos normativos colabora significativamente para a realização da atividade científica de forma responsável e comprometida com a ciência e o público, pois eles orientam as medidas formativas, preventivas e corretivas na construção do fazer científico, em conformidade aos estudos de Steneck (2007), Pascal (2007), Krokosz (2011, 2014), Santos (2011), Brispe (2012), Schmitz, Menezes e Lins (2012), Vasconcelos (2012), Wager e Kleinert (2012), Pithan e Vidal (2013), Russo (2014), Sousa *et al.* (2016), Novaes, Rodrigues e Guilhem (2018), Jesus, González de Gómez (2019), Litto e Krokosz (2019), Moraes e Medeiros (2019), Vilela, Santos e Dellagostin (2021).

No que diz respeito aos tipos de dispositivos normativos disponibilizados nos PPGCIs, temos: 1 instrução normativa da UNESP denominada “Instrução Normativa PPGCI nº 20/2021 - Ética em Pesquisa<sup>36</sup>,” criada pelo próprio PPGCI e publicada em 2021; e, 2 guias, o da USP intitulado “Guia de Boas Práticas Científicas<sup>37</sup>” e o da UFSC, “Guia de Integridade Científica da UFSC<sup>38</sup>,” ambos produzidos por suas universidades e publicados em 2023.

---

<sup>36</sup> Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/instrucao\\_normativa\\_ppgci\\_20\\_2021---etica\\_pesquisa.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/instrucao_normativa_ppgci_20_2021---etica_pesquisa.pdf). Acesso em: 07 ago. 2024.

<sup>37</sup> Disponível em: [https://prpi.usp.br/wp-content/uploads/sites/1239/2023/05/Guia\\_Boas\\_Praticas-2ed.pdf](https://prpi.usp.br/wp-content/uploads/sites/1239/2023/05/Guia_Boas_Praticas-2ed.pdf). Acesso em: 07 ago. 2024.

<sup>38</sup> Disponível em: <https://pgcin.paginas.ufsc.br/files/2023/08/Guia-de-Integridade-Cient%C3%ADfica-da-UFSC1.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2024.

Resumidamente, o Quadro 11 elenca os resultados obtidos nos *sites* dos PPGCIs:

**Quadro 11** - Dispositivos normativos sobre integridade em pesquisa disponibilizados nos PPGCIs brasileiros

| <b>PPGCI / IES</b>            | <b>Título da publicação</b>                              | <b>Data da publicação</b> |
|-------------------------------|--|---------------------------|
| Ciência da Informação / UNESP | Instrução Normativa PPGCI nº 20/2021 - Ética em Pesquisa | 2021                      |
| Ciência da Informação / USP   | Guia de Boas Práticas Científicas                        | 2023                      |
| Gestão da Informação / USP    | Guia de Boas Práticas Científicas                        | 2023                      |
| Ciência da Informação / UFSC  | Guia de Integridade Científica da UFSC                   | 2023                      |

**Fonte:** Elaboração própria.

Segundo o Quadro 11, percebe-se que são publicações recentes, mas houve a preocupação e conscientização desses PPGCIs em inserir em seus *sites*, instrumentos que contribuem para avaliar a integridade em pesquisa. Cabe ressaltar, que tais publicações foram analisadas e verificou-se que nelas são apresentadas medidas positivas para coibir a prática de má conduta científica em seus âmbitos.

Além disso, a criação de novas tipologias de dispositivos normativos não implica em suprimir os importantes documentos precursores à integridade em pesquisa no Brasil, entre eles: o Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq e as Orientações Capes - Combate ao plágio publicadas, ambos publicados em 2011; a Declaração Conjunta sobre Integridade em Pesquisa elaborada pelo Braspe em 2012; o Guia de recomendações de práticas responsáveis da ABC em 2013; e, o Código de boas práticas científicas da FAPESP produzido em 2014. Entretanto, essas novas tipologias se interseccionam e ampliam uma miríade de alternativas para que o fazer científico seja amparado por aportes confiáveis e comprometidos com a ciência em busca de uma cultura de integridade nas instituições de ensino e pesquisa.

## 7. 2 ABORDAGEM DO ENSINO SOBRE INTEGRIDADE EM PESQUISA NOS PPGCIS BRASILEIROS

Esta categoria de análise buscou abranger os PPGCIs brasileiros identificados na Plataforma Sucupira da Capes que propiciam o ensino acerca da integridade em pesquisa ou conteúdo correlato por meio de disciplinas em suas matrizes curriculares.

A coleta de dados foi efetuada no período de 06 a 30 de junho de 2024, conforme demonstrado no Apêndice C, de modo que os elementos de análise definidos para identificar a oferta de disciplinas pertinente à integridade científica ou assunto análogo são:

1. Nome da Instituição de Ensino Superior;
2. Nome do Programa em Ciência da Informação;
3. CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020;
4. Disciplina sobre integridade em pesquisa ou congêneres;
5. Nome da disciplina;
6. Obrigatória;
7. Nível;
8. Data de início;
9. Ementa.

O quadro 12 apresenta o modelo de fichamento utilizado para complementar as informações pertinentes aos PPGCIs no Brasil no que diz respeito às disciplinas disponibilizadas em seus currículos acadêmicos. Os elementos de análise constam preenchidos nos fichamentos do Apêndice C.

**Quadro 12** - Modelo de análise do ensino sobre integridade em pesquisa ou temáticas correlatas nos PPGCIs brasileiros

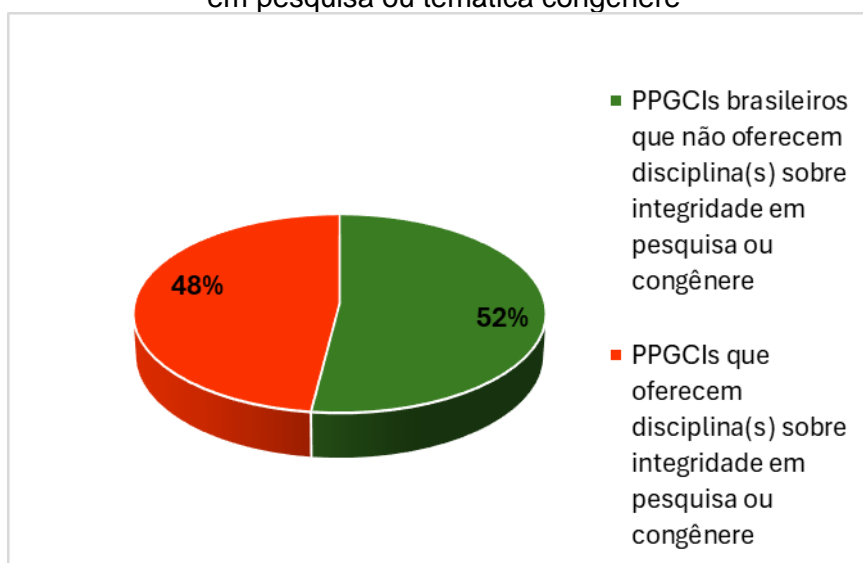
| <b>INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (IES)</b>                   |  |
|---|--|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>              |  |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>        |  |
| <b>Disciplina sobre integridade em pesquisa ou congêneres</b> |  |
| <b>Nome da disciplina</b>                                     |  |
| <b>Obrigatória</b>  |  |
| <b>Nível</b>  |  |

|                       |  |
|-----------------------|--|
| <b>Data de início</b> |  |
| <b>Ementa</b>         |  |

Fonte: Elaboração própria.

Portanto, de acordo com os dados identificados nos fichamentos do Apêndice C, obtiveram-se os seguintes resultados consoante os 25 PPGCIs analisados:

**Gráfico 2 - PPGCIs brasileiros e a oferta de disciplina(s) sobre integridade em pesquisa ou temática congênere**



Fonte: Elaboração própria.

O Gráfico 2 revela que dos 25 PPGCIs brasileiros, 12 (48%) - quase metade – dos Programas dispõem em suas grades curriculares, disciplina(s) acerca da integridade em pesquisa ou tópico correlativo aos seus discentes. São eles:

1. Ciência da Informação da USP;
2. Gestão da Informação da USP;
3. Gestão da Informação da UDESC;
4. Ciência da Informação da UNESP;
5. Ciência da Informação da UFBA;
6. Ciência da Informação da UFPB-JP;
7. Ciência da Informação da UFSC;
8. Ciência da Informação da UFC;
9. Ciência da Informação da UFES;
10. Ciência da Informação do IBICT/UFRJ;

11. Ciência da Informação da UFRGS; e,
12. Ciência da Informação da UFF.

Assim, esses PPGCIs atuam significativamente para a formação da conduta responsável na pesquisa e auxiliam na prevenção de práticas científicas inadequadas. Ademais, os estudiosos advogam ser essencial impulsionar a inserção de disciplinas alusivas à integridade em pesquisa nos currículos acadêmicos para o arraigamento da cultura da integridade (Bebeau, 2002; Steneck, 2002, 2007; CNPq, 2011; Santos, 2011; Brispe, 2012; Vasconcelos, 2012; Wager; Kleinert, 2012; Pithan; Vidal, 2013; Pádua; Guilhem, 2015; Pierro, 2015; Vilaça, 2015; Sousa *et al.*, 2016; Novaes; Rodrigues; Guilhem, 2018; Moraes; Medeiros, 2019; Krokosz, 2021; Marques, 2021; Vilela; Santos; Dellagostin, 2021).

Por conseguinte, nota-se que essa considerável oferta de disciplinas sobre integridade em pesquisa ou conteúdo análogo em quase 50% dos PPGCIs brasileiros representa uma perspectiva favorável para a busca e a implementação da conscientização referente à importância da integridade científica, no qual pode-se ponderar que uma trajetória positiva esteja sendo delineada com o intuito de promover a conduta responsável em pesquisa para uma ciência ética e cidadã, bem como o propósito de se estabelecer uma cultura de integridade na comunicação científica.

Partindo para as disciplinas suscitadas nos PPGCIs brasileiros atinentes à integridade científica, o Quadro 13 representa sumariamente os dados elencados no Apêndice C:

**Quadro 13** - Disciplinas sobre integridade em pesquisa ou conteúdos similares nos PPGCIs brasileiros

| <b>PPGCI / IES</b>              | <b>Curso</b>                    | <b>Nome da disciplina</b>  | <b>Início da disciplina</b> | <b>Obrigatória</b> |
|---------------------------------|---------------------------------|--|-----------------------------|--------------------|
| 1. Ciência da Informação / USP  | Mestrado e Doutorado Acadêmicos | Plágio no contexto da integridade científica   | 07/05/2018                  | Não                |
| 2. Gestão da Informação / USP   | Mestrado Profissional           | Direitos autorais no contexto da comunicação científica                                      | 03/07/2023                  | Não                |
| 3. Gestão da Informação / UDESC | Mestrado Profissional           | Tópicos avançados em gestão da informação: introdução à pesquisa científica na pós-graduação | 17/02/2020                  | Não                |

|   |                                 |  |            |     |
|---|---------------------------------|--|------------|-----|
|   | Mestrado Profissional           | Ética na gestão da informação  | 01/08/2022 | Não |
|   | Mestrado Profissional           | Produção textual científica  | 08/08/2022 | Não |
|   | Mestrado Profissional           | Introdução à pesquisa científica na pós-graduação                              | 01/08/2022 | Não |
| 4. Ciência da Informação / UNESP        | Mestrado e Doutorado Acadêmicos | Preparação de artigos de periódicos: aspectos metodológicos e éticos           | 24/05/2016 | Não |
|   | Mestrado e Doutorado Acadêmicos | Tópicos especiais em prática científica: indicadores e bases de dados          | 12/09/2023 | Não |
| 5. Ciência da Informação / UFBA         | Mestrado e Doutorado Acadêmicos | Infopolítica: direitos autorais e propriedade intelectual na Era da Informação | 01/01/2012 | Não |
| 6. Ciência da Informação / UFPB-JP      | Mestrado e Doutorado Acadêmicos | Ética e responsabilidade social  | 17/09/2013 | Não |
| 7. Ciência da Informação / UFSC         | Mestrado e Doutorado Acadêmicos | Ética da informação  | 01/01/2018 | Não |
| 8. Ciência da Informação / UFC          | Mestrado Acadêmico              | Redação científica   | 05/08/2022 | Não |
| 9. Ciência da Informação / UFES         | Mestrado Acadêmico              | Pesquisa em Ciência da Informação  | 26/03/2019 | Sim |
| 10. Ciência da Informação / IBICT/UF RJ | Mestrado e Doutorado Acadêmicos | Tópicos em ética da informação   | 01/01/2012 | Não |
| 11. Ciência da Informação / UFRGS       | Mestrado Acadêmico              | Aspectos éticos e legais da Informação   | 02/04/2019 | Não |
| 12. Ciência da Informação / UFF         | Mestrado e Doutorado Acadêmicos | Aspectos éticos e legais da informação   | 02/01/2015 | Não |
|   | Mestrado e Doutorado Acadêmicos | Comunicação científica em redes eletrônicas                                    | 02/01/2015 | Não |

Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao Quadro 13, podemos verificar com base no título das disciplinas que 10 (83%) desses 12 PPGCs ofertam 1 disciplina em seu currículo acadêmico direcionada à integridade em pesquisa ou tema correlacionado, são eles: Ciência da

Informação da USP; Gestão da Informação da USP; Gestão da Informação da UDESC; Ciência da Informação da UNESP; Ciência da Informação da UFBA; Ciência da Informação da UFPB-JP; Ciência da Informação da UFSC; Ciência da Informação do IBICT/UFRJ; Ciência da Informação da UFRGS; e, Ciência da Informação da UFF.

Além disso, no Quadro 13 constata-se a existência de 3 PPGCIs – equivalente a 25% dos 12 PPGCIs elencados - que dispõem mais de 1 disciplina em sua matriz curricular sobre o mote investigado: Gestão da Informação da UDESC que conta com quatro disciplinas; Ciência da Informação da UNESP que oferece duas disciplinas; e, Ciência da Informação da UFF que disponibiliza duas disciplinas.

Outro dado relevante no Quadro 13 se refere à data de criação da disciplina(s) sobre integridade em pesquisa ou assunto correlato, cujos 4 primeiros PPGCIs que introduziram a(s) disciplina(s) mencionada(s) foram:

- O PPGCI do IBICT/UFRJ com a disciplina “Tópicos em ética da informação” e, o PPGCI da UFBA com a disciplina “Infopolítica: direitos autorais e propriedade intelectual na Era da Informação”, ambos PPGCIs iniciaram as suas respectivas disciplinas em 01 de janeiro de 2012;
- O PPGCI da UFPB-JP com a disciplina “Ética e responsabilidade social”, instituída em 17 de setembro de 2013; e,
- O PPGCI da UFF com as disciplinas “Aspectos éticos e legais da informação” e “Comunicação científica em redes eletrônicas”, ambas começaram em 02 de janeiro de 2015.

Pelos resultados encontrados nesta análise, notabiliza-se que a gênese dessas disciplinas nos PPGCIs brasileiros, iniciou-se com as primeiras iniciativas brasileiras relacionadas à integridade em pesquisa, como o Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq e as Orientações CAPES - Combate ao plágio publicados em 2011; a Declaração Conjunta sobre Integridade em Pesquisa do Brispe produzida em 2012; o Guia de recomendações de práticas responsáveis da ABC elaborado em 2013; e, o Código de boas práticas científicas da FAPESP produzido em 2014.

Nesse sentido, possivelmente tais iniciativas exerceram influência na inserção dessas disciplinas nos PPGCIs do IBICT/UFRJ, da UFBA, da UFPB-JP e da UFF, posto que muitas renomadas autoridades relacionadas à integridade em pesquisa

eram vinculadas a essas instituições, sendo responsáveis pela criação desses dispositivos normativos e assim, contribuíram para a conscientização e a conduta responsável na pesquisa em seus âmbitos.

De acordo com o Quadro 13, também se observa que a partir de 2020, houve a inclusão de 7 disciplinas relativas ao ensino sobre integridade em pesquisa ou tópico correlativo nos PPGCIs brasileiros, retratando um aumento exponencial acerca do tratamento desse assunto em seus espaços acadêmicos. Destaca-se, entre os PPGCIs analisados, o de Gestão da Informação da UDESC que implantou 4 disciplinas na sua grade curricular entre o período de 2020-2022. A primeira “Tópicos avançados em gestão da informação: introdução à pesquisa científica na pós-graduação” em 2020 e as demais disciplinas “Ética na gestão da informação”; “Produção textual científica”; e, “Introdução à pesquisa científica na pós-graduação” em 2022.

Os outros PPGCIs que acrescentaram disciplinas atinentes à referida temática foram o da Ciência da Informação da UFC com a disciplina “Redação científica”, iniciada em 2022; e, o de Gestão da Informação da USP com a disciplina “Direitos autorais no contexto da comunicação científica”, além da Ciência da Informação da UNESP<sup>39</sup> inserindo a disciplina “Tópicos especiais em prática científica: indicadores e bases de dados”, ambos Programas implantaram as referidas disciplinas em 2023.

Cabe ressaltar que o PPGCI da UFES é o único que exige a obrigatoriedade da disciplina “Pesquisa em Ciência da Informação”, lançada em 26 de março de 2019 a seus discentes com conteúdo conexo à integridade científica. Sob esse aspecto, retoma-se as ideias de Marques (2021) ao argumentar que a obrigatoriedade da disciplina sobre integridade em pesquisa no currículo acadêmico pode causar desinteresse dos discentes a esse tipo de conteúdo e não obter os efeitos positivos esperados.

Apesar disso, as universidades podem incentivar, não compulsoriamente, os acadêmicos na conscientização e no compromisso com a ética em pesquisa por meio de estratégias de ensino, podendo ser oferecidas disciplinas optativas nos currículos e/ou cursos de curta duração, eliminando o caráter obrigatório e despertando o interesse na comunidade acadêmica.

---

<sup>39</sup> O Programa Ciência da Informação da UNESP também disponibiliza a disciplina “Preparação de artigos de periódicos: aspectos metodológicos e éticos.” Contudo, tal disciplina desde 24 de maio de 2016.

Ainda em conformidade ao Quadro 13, totalizam-se 17 disciplinas relacionadas à integridade em pesquisa ou congêneres, distribuídas pelos 12 PPGCIs identificados. Isto desvela que os PPGCIs brasileiros estão dispostos a incluir e catalisar em seus currículos acadêmicos, abordagens pertinentes às políticas de informação canalizadas ao ensino da integridade em pesquisa visando o incentivo das boas práticas científicas nos seus âmbitos.

Essa conscientização na promoção da conduta responsável em pesquisa nas esferas acadêmicas, se alinha à “Declaração Conjunta sobre Integridade em Pesquisa” do II Brispe (2012), na qual recomenda que as instituições incorporem diretrizes sobre integridade científica em suas perspectivas estratégicas para prover a excelência em pesquisa, desenvolvendo iniciativas entre discentes e docentes sobre a responsabilização no fazer científico, bem como a confiança pública na ciência (BRISPE, 2012).

Com o expoente crescimento de iniciativas voltadas para o ensino da integridade em pesquisa, se fortalece o surgimento de grande parte das disciplinas destinadas às questões da integridade e ética em pesquisa. Por um lado, esse aspecto é positivo porque mostra a sensibilização e a conscientização de quase metade dos atores informacionais envolvidos nos PPGCIs brasileiros em fornecer subsídios para evitar o recrudescimento das práticas de má conduta científica.

Em antítese, os demais PPGCIs que não adotam em suas matrizes curriculares disciplinas focadas na integridade em pesquisa, aponta-se a necessidade de vislumbrar nessas Programas, a consciência e o compromisso com os valores ético-morais que fundamentam a integridade científica e que ainda há muito o que ser feito para arraigar a conduta responsável em pesquisa em suas comunidades acadêmicas.

Nesse sentido, possíveis medidas podem ser realizadas nos PPGCIs mencionados, como introduzir e engajar esses Programas em eventos científicos associados à integridade em pesquisa; especialistas ministrarem palestras acerca da relevância da questão da conduta responsável científica; promoção de cursos de curta duração sobre a temática em questão, entre outras ações.

O Quadro 14 retrata uma análise das ementas pertinentes às disciplinas apresentadas no Apêndice C, constatamos os tópicos salientados concernentes à integridade em pesquisa:

**Quadro 14** - Tópicos salientados nos PPGCIs brasileiros concernentes à integridade em pesquisa

| <b>PPGCI / IES</b>                 | <b>Nome da disciplina</b>  | <b>Tópico(s)</b>  |
|------------------------------------|--|---|
| 1. Ciência da Informação / USP     | Plágio no contexto da integridade científica   | 1. Plágio;<br>2. Integridade científica;<br>3. Direitos autorais;<br>4. Escrita científica;<br>5. Novas tecnologias da informação e comunicação para detecção de fraude acadêmica |
| 2. Gestão da Informação / USP      | Direitos autorais no contexto da comunicação científica                                      | 1. Direitos autorais;<br>2. Plágio;<br>3. Integridade científica  |
| 3. Gestão da Informação / UDESC    | Tópicos avançados em gestão da informação: introdução à pesquisa científica na pós-graduação | 1. Integridade em pesquisa;<br>2. Plágio  |
|                                    | Ética na gestão da informação  | 1. Ética em pesquisa;<br>2. Responsabilidade social;<br>3. Propriedade intelectual  |
|                                    | Produção textual científica  | 1. Honestidade acadêmica;<br>2. Escrita científica<br>3. Produção científica  |
|                                    | Introdução à pesquisa científica na pós-graduação  | 1. Integridade científica;<br>2. Plágio   |
| 4. Ciência da Informação / UNESP   | Preparação de artigos de periódicos: aspectos metodológicos e éticos                         | 1. Ética em pesquisa;<br>2. Produção científica;  |
|                                    | Tópicos especiais em prática científica: indicadores e bases de dados                        | 1. Ética em pesquisa;<br>2. Produção científica   |
| 5. Ciência da Informação / UFBA    | Infopolítica: direitos autorais e propriedade intelectual na Era da Informação               | 1. Direitos autorais;<br>2. Patente;<br>3. Propriedade intelectual  |
| 6. Ciência da Informação / UFPB-JP | Ética e responsabilidade social  | 1. Ética em pesquisa;<br>2. Responsabilidade social;<br>3. Produção científica  |
| 7. Ciência da Informação / UFSC    | Ética da informação  | 1. Ética em pesquisa;<br>2. Política da informação  |
| 8. Ciência da Informação / UFC     | Redação científica   | 1. Ética em pesquisa;<br>2. Escrita científica;<br>3. Produção científica;<br>4. Direitos autorais  |
| 9. Ciência da Informação /         | Pesquisa em Ciência da Informação  | 1. Ética em pesquisa<br>2. Produção científica  |

| UFES                                   |   |   |
|--|---|---|
| 10. Ciência da Informação / IBICT/UFRJ | Tópicos em ética da informação              | 1. Ética em pesquisa;<br>2. Política da informação    |
| 11. Ciência da Informação / UFRGS      | Aspectos éticos e legais da Informação      | 1. Ética em pesquisa;<br>2. Produção científica       |
| 12. Ciência da Informação / UFF        | Aspectos éticos e legais da informação      | 1. Ética em pesquisa;<br>2. Produção científica       |
|  | Comunicação científica em redes eletrônicas | 1. Integridade em pesquisa;<br>2. Produção científica |

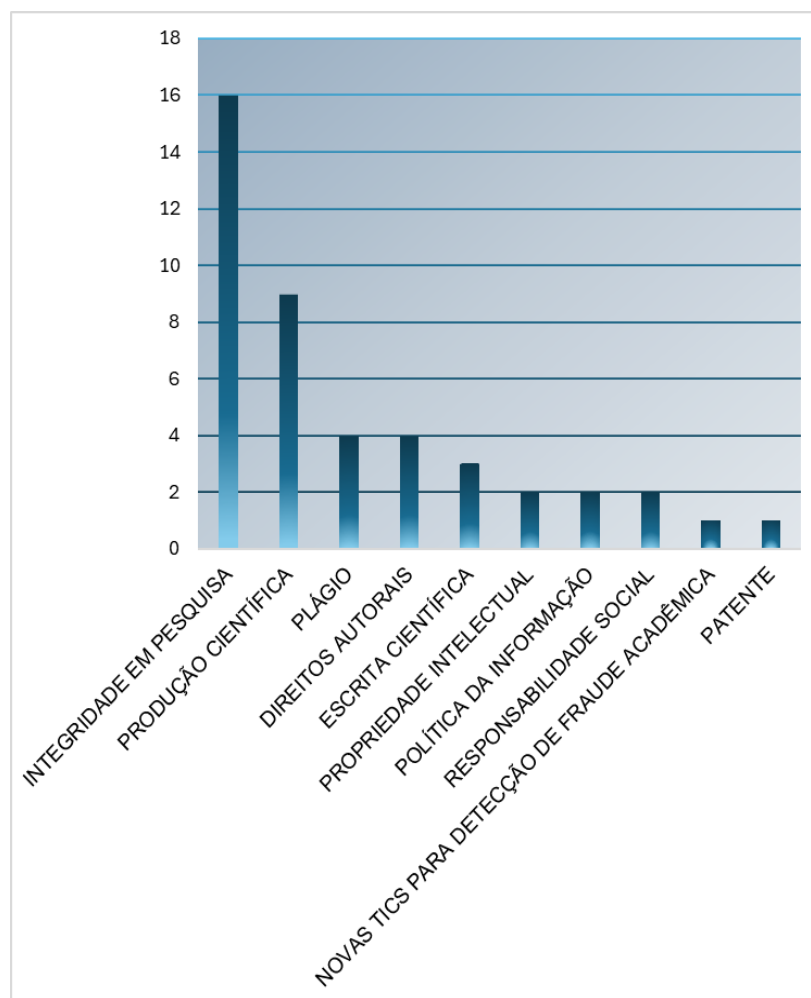
**Fonte:** Elaboração própria.

O Quadro 14 revela que das 17 disciplinas oferecidas pelos 12 PPGCIs brasileiros acerca da integridade em pesquisa ou temática correlata, o assunto mais evidenciado é a “integridade em pesquisa”, sendo caracterizada em muitas ementas como “ética em pesquisa”, “integridade científica” ou “honestidade acadêmica”, pois tais termos têm o mesmo valor semântico. Portanto, esse tópico é abordado em 16 (94%) dos PPGCIs, conforme as ementas das disciplinas identificadas.

Dando continuidade aos assuntos das ementas das disciplinas analisadas, a “produção científica” aparece em 9 (53%); o “plágio” e os “direitos autorais” surgem em 4 (24%); a “escrita científica” consta em 3 (18%); a “propriedade intelectual”, a “política da informação” e “responsabilidade social” citadas em 2 (12%) e as “novas tecnologias da informação e comunicação para detecção de fraude acadêmica” e “patente” tratadas em 1 (6%).

O Gráfico 3 sintetiza os tópicos mais evidenciados nas disciplinas relacionadas à integridade em pesquisa ou assunto similar:

**Gráfico 3** - Abordagens mais evidenciadas nas disciplinas sobre integridade em pesquisa oferecidas nos PPGCIs brasileiros



**Fonte:** Elaboração própria.

Pelo Gráfico 3, pode-se perceber que há uma pluralidade de temáticas voltadas à integridade em pesquisa. Contudo, a temática “integridade em pesquisa” é a principal protagonista nas disciplinas oferecidas, caracterizando a relevância, a conscientização e a incorporação da cultura de integridade nesses PPGCIs, principalmente no que se refere às adequadas práticas científicas e o compromisso com a ética na pesquisa.

Em seguida, pouco mais da metade dos PPGCIs averiguados, reverbera-se a temática “produção científica” que explicita a preocupação relacionada ao fazer científico, compreendendo sua fase inicial – a produção – e seus desdobramentos na cadeia produtiva do conhecimento. Nesse sentido, Ventura e Oliveira (2022) esclarecem que a produção científica envolve a atuação de heterogêneos atores informacionais concomitantemente a ações baseadas na credibilidade e nas

responsabilidades compartilhadas, principiadas no planejamento da produção do conhecimento, prosseguindo para a disseminação, acesso e futura utilização de descobertas e resultados pela sociedade.

Os problemas éticos relacionados ao “plágio” e “direitos autorais” são debatidos em menos da metade dos PPGCIs identificados. Essa disparidade desvela que tais tópicos podem ser tratados de forma efêmera em outras disciplinas ou nem serem mencionados. Assim, os dados apresentados nessa análise são preocupantes, à medida que tais relevantes problemas éticos não são discutidos de forma mais veemente nos PPGCIs brasileiros, ainda mais por serem uma das pautas mais notórias relacionadas à integridade em pesquisa.

Ademais, isto corrobora a contraposição das reflexões e reivindicações nos estudos de Macrina, 2005; Steneck, 2007; Vasconcelos *et al.*, 2009; Russo, 2014; Pádua; Guilhem, 2015; Vilaça, 2015; Aires; Pilatti, 2017; Damásio, 2017; Pádua, 2018; Rode; Silva, 2022, no qual aludem que a fabricação e falsificação de dados e plágio (FFP) estão entre as práticas mais condenáveis e graves na comunidade científica que devem ser suprimidas, além do dilema da questão dos direitos autorais. Dessa maneira, é de suma importância que os PPGCIs, tratem esses problemas em seu meio científico com a devida austeridade para o combate dessas más condutas, buscando ensinar à sua comunidade como eles são caracterizados e precisam ser suplantados no fazer científico.

Nesse contexto, Alves (2016), verbaliza o plágio acadêmico ser motivado pelo desconhecimento técnico das normas, dificuldades de escrita e falta de competência em informação devido às poucas iniciativas acerca do ensino sobre a integridade em pesquisa nas instituições acadêmicas. Outrossim, Krokosz (2011, 2014) ratifica que o plágio é um tema complexo às universidades que devem se direcionar à implantação de estratégias educativas comprometidas com a ética, conscientização, orientação e formação acadêmica. Portanto, pensar e implementar ações relacionadas à integridade científica é primordial para a produção e comunicação de informação seguindo princípios éticos no contexto acadêmico.

Em alusão aos direitos autorais, Gunturiz Albarracín, Castro e Chaparro (2020) reconhecem ser fundamental que as universidades englobem em suas matrizes curriculares, disciplinas sobre integridade em pesquisa que ressaltem o processo colaborativo dos discentes, docentes e pesquisadores na produção de publicações

científicas, além de informar outras questões pertinentes aos direitos autorais, como a ausência da inclusão de autores e a inserção indevida de autores nas publicações.

Retomando o Gráfico 3, as demais temáticas identificadas nas grades curriculares dos PPGCIs, representadas em menor proporção, tais quais “escrita científica”; “propriedade intelectual”; “política da informação”; “responsabilidade social”; “novas tecnologias da informação e comunicação para detecção de fraude acadêmica” e “patentes” se imiscuem e se imbricam em relação à integridade em pesquisa, pois são assuntos relevantes que contribuem para coibir a conduta científica inadequada nos ambientes acadêmicos.

Em conformidade à análise das disciplinas alinhavadas no Gráfico 3, verificou-se que outros expressivos problemas éticos incursos não foram relatados no que tange ao ensino sobre integridade em pesquisa nos PPGCIs brasileiros, mas que requerem igual desvelo. Isto é desafiador, sério, e exige respostas para problemas conhecidos como a manipulação de citações, fatiamento de publicações, conflito de interesses, entre outros problemas éticos elencados nesta tese. Registra-se que muitos desses problemas têm origem multifatorial atrelados à pressão por publicar, obtenção de recursos, reconhecimento acadêmico, manutenção de prestígio e outras motivações.

### 7. 3 PANORAMA DOS DISPOSITIVOS NORMATIVOS E DO ENSINO SOBRE INTEGRIDADE EM PESQUISA NOS PPGCIS BRASILEIROS

O quadro-síntese a seguir, cujo cenário tange aos dispositivos normativos e ao ensino das disciplinas relacionados à integridade em pesquisa identificados e disponibilizados nos PPGCIs brasileiros, desvela de forma breve e objetiva, as políticas e as ações adotadas nesses Programas, clarificando as medidas instauradas ou não.

Assim, o Quadro 15 pode oferecer aporte na construção de novos horizontes a serem delineados e aperfeiçoados para a conduta responsável na pesquisa e o estabelecimento de uma cultura de integridade nos ambientes científicos.

**Quadro 15 - Panorama dos dispositivos normativos e ensino de disciplinas sobre integridade em pesquisa nos PPGCIs brasileiros**

| <b>IES*</b>  | <b>Sigla</b> | <b>PPGCIs</b>                        | <b>Dispositivo normativo</b> | <b>Disciplina</b> |
|--|--------------|--------------------------------------|------------------------------|-------------------|
| 1 Fundação Casa de Rui Barbosa                                     | FCRB         | Memória e Acervos                    | -                            | -                 |
| 2 Fundação Universidade Federal de Sergipe                         | UFS          | Ciência da Informação                | -                            | -                 |
| 3 Universidade de Brasília   | UNB          | Ciências da Informação               | -                            | -                 |
| 4 Universidade de São Paulo  | USP          | Ciência da Informação                | SIM                          | SIM               |
|  |              | Gestão da informação                 | SIM                          | SIM               |
| 5 Universidade do Estado de Santa Catarina                         | UDESC        | Gestão da Informação                 | -                            | SIM               |
| 6 Universidade Estadual de Londrina                                | UEL          | Ciência da Informação                | -                            | -                 |
| 7 Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Marília | UNESP        | Ciência da Informação                | SIM                          | SIM               |
| 8 Universidade Federal da Bahia                                    | UFBA         | Ciência da Informação                | -                            | SIM               |
| 9 Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa                    | UFPB-JP      | Ciência da Informação                | -                            | SIM               |
| 10 Universidade Federal de Alagoas                                 | UFAL         | Ciência da Informação                | -                            | -                 |
| 11 Universidade Federal de Minas Gerais                            | UFMG         | Ciências da Informação               | -                            | -                 |
|  |              | Gestão & Organização do Conhecimento | -                            | -                 |
| 12 Universidade Federal de Pernambuco                              | UFPE         | Ciência da Informação                | -                            | -                 |
| 13 Universidade Federal de Santa Catarina                          | UFSC         | Ciência da Informação                | SIM                          | SIM               |
| 14 Universidade Federal de São Carlos                              | UFSCAR       | Ciência da Informação                | -                            | -                 |
| 15 Universidade Federal do Ceará                                   | UFC          | Ciência da Informação                | -                            | SIM               |
| 16 Universidade Federal do Espírito Santo                          | UFES         | Ciência da Informação                | -                            | SIM               |
| 17 Universidade Federal do Maranhão                                | UFMA         | Ciência da Informação - PROGCIN      | -                            | -                 |
| 18 Universidade Federal do Pará                                    | UFPA         | Ciência da Informação                | -                            | -                 |

|  |       |   |   |     |
|--|-------|---|---|-----|
| 19 Universidade Federal do Rio de Janeiro      | UFRJ  | Ciência da Informação – IBICT / UFRJ***                         | - | SIM |
| 20 Universidade Federal do Rio Grande do Norte | UFRN  | Ciência da Informação   | - | -   |
| 21 Universidade Federal do Rio Grande do Sul   | UFRGS | Ciência da Informação   | - | SIM |
| 22 Universidade Federal Fluminense             | UFF   | Ciência da Informação   | - | SIM |
| 23 Universidade FUMEC                          | FUMEC | Tecnologia da Informação e Comunicação e Gestão do Conhecimento | - | -   |

Fonte: Elaboração própria.

O Quadro 15 apresenta 4 (16%) dos 25 PPGCIs brasileiros que adotam concomitantemente dispositivos normativos atrelados à integridade em pesquisa, bem como possuem em suas grades curriculares, disciplinas orientadas ao ensino acerca da integridade em pesquisa ou assuntos análogos, são eles: o PPGCI da UNESP; os dois PPGCIs da USP, subdivididos em Ciência da Informação e Gestão da Informação; e, o PPGCI da UFSC.

Em suma, essa realidade elucidada no Gráfico 4, revela o percentual dos PPGCIs que dispõem simultaneamente instrumentos normativos e ensino de disciplinas pertinentes à integridade em pesquisa:

**Gráfico 4 - Elementos acerca da integridade em pesquisa adotados concomitantemente nos PPGCIs brasileiros**



Fonte: Elaboração própria.

Dessa forma, constata-se que os PPGCIs envolvidos na adoção de ambas as ações estão construindo uma cultura de integridade em seus âmbitos, por meio de instrumentos avalizadores que subsidiam boas práticas de conduta na comunicação científica. Não obstante tais Programas serem minoria, eles simbolizam certo otimismo à proporção que podem instar os demais PPGCIs a instituírem ou implementarem iniciativas preventivas e educativas, visando coibir às práticas de comportamento repudiáveis na ciência.

Retomando ao Quadro 15, observa-se conforme já descrito anteriormente nesta seção que somente 4 (16%) dos 25 PPGCIs brasileiros disponibilizam em seus *sites*, dispositivos normativos inerentes à integridade em pesquisa, tais Programas são: o PPGCI da UNESP; os dois PPGCIs da USP, subdivididos em Ciência da Informação e Gestão da Informação; e, o PPGCI da UFSC.

Ao tratarmos do ensino de disciplinas voltadas para a integridade em pesquisa, consoante também registrado nesta seção, reitera-se que 12 (48%) dos 25 PPGCIs brasileiros apresentam em seus currículos acadêmicos, conteúdos relativos a tal temática. Os Programas são: Ciência da Informação da USP; Gestão da Informação da USP; Gestão da Informação da UDESC; Ciência da Informação da UNESP; Ciência da Informação da UFBA; Ciência da Informação da UFPB-JP; Ciência da Informação da UFSC; Ciência da Informação da UFC; Ciência da Informação da UFES; Ciência da Informação do IBICT/UFRJ; Ciência da Informação da UFRGS; e, Ciência da Informação da UFF.

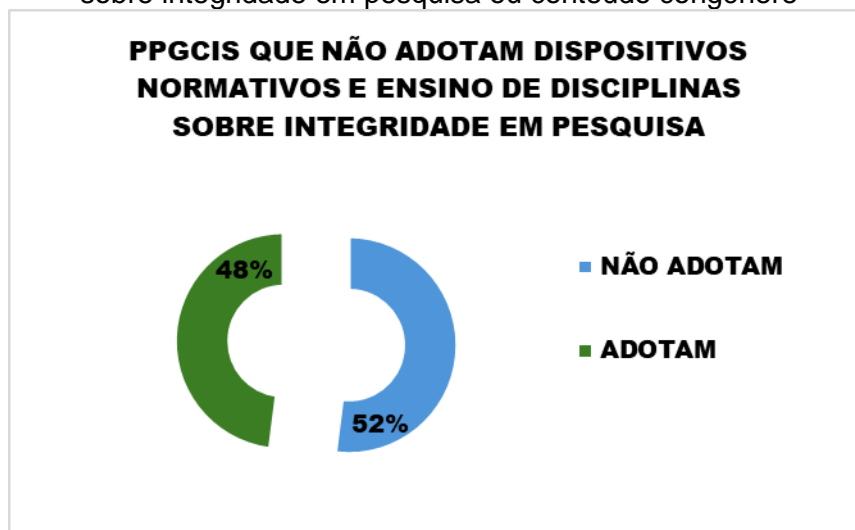
Com base nestas proposições mencionadas, ao compararmos a quantidade de 4 (16%) PPGCIs brasileiros que viabilizam dispositivos normativos sobre integridade científica em seus respectivos *sites* em relação aos 12 (48%) PPGCIs brasileiros que oferecem ensino sobre integridade em pesquisa, – tendo como base a oferta de disciplinas em suas grades curriculares – isto corresponde ao triplo de iniciativas nesses cursos de pós-graduação focadas para o ensino acadêmico de disciplinas. Desse modo, revela uma perspectiva pouco suficiente no que diz respeito à preocupação e à promoção de uma cultura de integridade baseada no compromisso ético e na conduta responsável em pesquisa.

Ainda analisando e interpretando o Quadro 15, averiguamos que 13 (52%) dos PPGCIs brasileiros não adotam ações conexas à integridade em pesquisa, no tocante à disponibilização de dispositivos normativos em seus *sites* inerentes à

temática em questão, nem tampouco ministram disciplinas sobre integridade em pesquisa ou assunto correlacionado.

Sendo assim, o Gráfico 5 expressa percentualmente a quantidade de PPGCIs brasileiros que não utilizam nenhuma das medidas preventivas mencionadas.

**Gráfico 5** - PPGCIs que não adotam dispositivos normativos e ensino de disciplinas sobre integridade em pesquisa ou conteúdo congênere



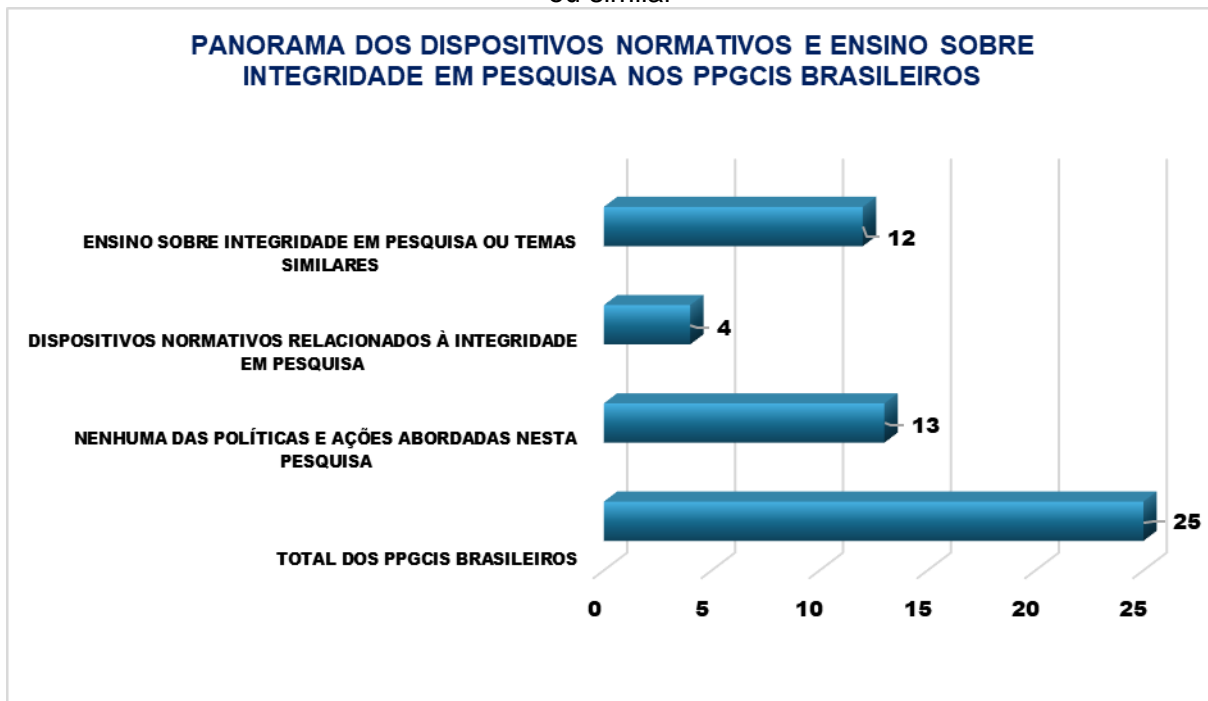
**Fonte:** Elaboração própria.

Nesse sentido, a situação exteriorizada é deveras problemática, pois esses cursos de pós-graduação demonstram possível falta de conhecimento em relação às políticas de informação que podem ser adotadas no que tange à integridade em pesquisa ou descomprometimento com a ética e integridade científicas ao não empregar providências necessárias para evitar práticas de conduta inadequadas em seu meio científico.

As observações realizadas na análise desta Seção, geraram um conhecimento da realidade que ocorre nos PPGCIs brasileiros no que se refere à integridade em pesquisa, principalmente com o auxílio dos fichamentos (Apêndice B e Apêndice C) produzidos nesta pesquisa.

Destarte, no Gráfico 6, é exibido um panorama em números reais dos 25 PPGCIs brasileiros no que concerne a tais Programas disponibilizarem ou não, dispositivos normativos pertinentes à integridade em pesquisa em seus *sites* e ofertarem ou não, disciplinas sobre a referida temática ou assunto correlato.

**Gráfico 6** - Panorama dos PPGCIS brasileiros sobre dispositivos normativos acerca da integridade em pesquisa em seus *sites* e ensino de disciplinas referentes a essa temática ou similar



Fonte: Elaboração própria.

O Gráfico 6 apresenta o contraste nas políticas de informação e ações incorporadas ou não sobre integridade em pesquisa nesses Programas. Apesar dessas divergências, avaliou-se que os PPGCIs devem ser incentivados a participar de iniciativas relacionadas à conduta responsável em pesquisa, e, para além, colaborar substancialmente em atividades direcionadas para implantação e melhorias nas medidas desenvolvidas e disponibilizadas para o enraizamento de uma cultura de integridade em seus nichos acadêmicos.

## 8 CONCLUSÃO

A integridade em pesquisa nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCIs) no Brasil foi o tema motivador desta tese. A proposta geral da pesquisa consistiu na investigação das políticas de informação sobre integridade em pesquisa que estão sendo adotadas pelos PPGCIs brasileiros no que tange à formação e disseminação de uma cultura de integridade em pesquisa, com vistas a orientar e capacitar os discentes e os pesquisadores em relação às boas práticas da pesquisa científica.

Para a consolidação dessa proposta, primeiramente foram abordados os seguintes lastros teóricos contemplados na pesquisa: “A ética como alicerce na integridade em pesquisa”, reverberando a ética como um dos principais pressupostos elementares que subsidiam a integridade em pesquisa. Em seguida, a “Má conduta na comunicação científica”, no qual foram apresentadas acepções atinentes à má conduta sob as perspectivas das instituições internacionais e brasileiras, além dos variados problemas éticos que podem ocorrer no processo de comunicação científica. Posteriormente, foi abordado a “Integridade em pesquisa e dispositivos normativos”, no qual contextualizou-se a temática da tese, desvelando os princípios acerca da integridade em pesquisa e acentuando a necessária conduta responsável do pesquisador em relação ao fazer científico, levando em consideração os direitos e o respeito à vida humana, animal e ao meio ambiente. Também, foram exploradas as iniciativas e os dispositivos normativos - internacionais e brasileiros - sobre integridade em pesquisa, visando mostrar suas especificidades, funções e finalidades com vistas à implantação e ao arraigamento de uma cultura de integridade em universidades e ambientes de pesquisa. E, finalizando, abordou-se o “Ensino sobre integridade e ética em pesquisa” que evidenciou o papel dos atores informacionais em estimular, implementar e executar ações formativas relacionadas ao ensino sobre integridade em pesquisa na sua comunidade científica, com o intuito de promover a conduta responsável em pesquisa, buscando estabelecer as boas práticas da pesquisa.

Após a abordagem teórica, os demais procedimentos metodológicos especificados na Metodologia foram seguidos: Contextualização do campo empírico; Coleta e Análise de dados dos PPGCIs brasileiros para elaboração de fichamentos dos dois objetos de estudo do campo empírico. Primeiro, dos dispositivos normativos

sobre integridade ou ética em pesquisa, identificados ou não, nos *sites* desses Programas. Segundo, elaboração de fichamentos da(s) disciplina(s) para o ensino sobre integridade em pesquisa ou temática(s) similar(s), identificada(s) ou não, nos PPGCIs brasileiros a partir da Plataforma Sucupira; Apresentação e Discussão dos Resultados dos dispositivos normativos e ensino sobre integridade em pesquisa nos PPGCIs do Brasil e, por fim, a mostra-se consecução dos objetivos específicos atingida. Dessa maneira, o objetivo geral da pesquisa foi alcançado.

Perante a relevância do tema, a constante dialética entre integridade em pesquisa e os problemas éticos que perpassam o âmbito científico precisam ser vistos com maior preocupação, seriedade e comprometimento, buscando efetivar ações para coibir a má conduta científica, e assim, assegurar o compromisso com a ciência e a sociedade. Nesse escopo, as instituições de ensino e pesquisa devem ter como um dos motes principais, políticas de informação direcionadas à integridade em pesquisa a serem arraigadas em seus espaços científicos.

Para isso, enfatiza-se a retórica relativa à premente necessidade da disponibilização de dispositivos normativos e de ensino sobre integridade em pesquisa como subsídios importantes para a conduta responsável na pesquisa, com o propósito de se estabelecer uma cultura de integridade não somente na comunidade científica, mas abranger a sociedade como um todo.

Sabendo que a ética e a integridade em pesquisa estão intimamente relacionadas, pois são os princípios e fundamentos éticos que constituem a essência da integridade científica, a ética se articula com a integridade em pesquisa nos estudos e práticas informacionais a partir de princípios e valores preconizados pela moral. Assim, constatou-se que existe uma relação convergente entre ambas, uma vez que ética e integridade precisam coexistir na esfera científica de modo a promover a confiabilidade na ciência.

Ainda pautados na ética e integridade em pesquisa, percebe-se que elas compõem o *modus operandi* do fazer científico, à medida que se relacionam com a conduta responsável do indivíduo baseada em seus princípios e valores ético-morais.

Cabe esclarecer que a ética e a integridade em pesquisa não se limitam somente à Ciência da Informação ou áreas da Saúde, mas sim a quaisquer áreas do conhecimento devido a seu valor mediante a ciência, seja para a comunidade científica, seja para a sociedade.

A partir das análises e resultados provenientes dos fichamentos dos dispositivos normativos e do ensino sobre integridade em pesquisa nos PPGCIs brasileiros, identificou-se, de forma geral, que as políticas de informação conexas à integridade em pesquisa ainda são exíguas e longe do ideal nesses Programas.

Os resultados indicaram que apenas uma minoria dos PPGCIs brasileiros inclui dispositivos normativos acerca da integridade em pesquisa nos seus *sites*. Isto representa uma significativa ausência de disponibilização de instrumentos norteadores no que diz respeito a essa temática. Assim, sendo os *sites* dos PPGCIs um importante canal para comunicação de informações sobre os Programas, é fundamental que os dispositivos normativos sejam disponibilizados de forma clara nesses espaços virtuais para que a comunidade acadêmica tenha conhecimento das práticas de boa conduta em pesquisa.

Nesse sentido, esta ausência significativa pode comprometer consideravelmente as práticas e a conduta responsável em pesquisa, posto que sem documentos regulamentadores, se torna praticamente inviável evitar a má conduta científica. Contudo, é merecido ressaltar que houve a preocupação e conscientização dessa minoria de PPGCIs em inserir em seus *sites*, instrumentos que contribuem para balizar a integridade em pesquisa.

Sugere-se aos PPGCIs brasileiros que não têm dispositivos normativos referentes à integridade em pesquisa que expressem nos seus regimentos internos, a atribuição aos docentes - independentemente à disciplina ministrada – em orientar os discentes à prática da boa conduta na comunicação científica, estimulando-os a impedir que ocorram problemas éticos intencionais ou não.

No que tange ao ensino sobre integridade em pesquisa, reitera-se que esta tese retratou o termo “ensino sobre integridade em pesquisa” tangenciando apenas as disciplinas oferecidas nos currículos acadêmicos dos PPGCIs brasileiros. Isto não significa que não há outras formas de ensino, entre elas: cursos de curta duração, congressos, seminários, palestras, entre outras.

No escopo dos resultados acerca ao ensino sobre integridade em pesquisa, quase metade dos PPGCIs brasileiros dispõem em suas grades curriculares, disciplina(s) acerca da integridade em pesquisa ou tópico análogo aos seus discentes, de modo que alguns desses cursos de pós-graduação ofertam mais de uma disciplina sobre esse assunto.

Notou-se, uma perspectiva favorável, mas não suficiente para assinalar a importância da integridade em pesquisa nos PPGCIs brasileiros. Inobstante uma possível trajetória positiva estar sendo delineada nos PPGCIs que ofertam disciplina(s) sobre o referido assunto, de maneira a promover a conduta responsável em pesquisa e buscar estabelecer uma cultura de integridade nos seus âmbitos.

No que concerne às disciplinas oferecidas relacionadas à integridade em pesquisa ou tópico correlato pelos PPGCIs brasileiros, evidenciou-se os seguintes conteúdos mais suscitados: integridade em pesquisa; produção científica; plágio; direitos autorais; escrita científica; propriedade intelectual; política da informação; responsabilidade social; novas tecnologias da informação e comunicação para detecção de fraude acadêmica e patente.

Percebeu-se, que o tópico integridade em pesquisa é o assunto mais ressaltado nas ementas dos PPGCIs analisados. No entanto, por se tratar de uma temática ampla com uma miríade de perspectivas e desdobramentos, não se pode afirmar apenas pela ementa como esse conteúdo é abordado.

Observou-se que os problemas éticos mais frequentes, como o plágio, a fabricação e falsificação de dados, a questão dos direitos autorais, entre outros, são tratados somente por alguns PPGCIs de acordo com as ementas dos Programas analisados. Outros problemas éticos consideráveis como manipulação de citações, conflito de interesses e fatiamento de publicações não são citados nas ementas analisadas. Sob essa perspectiva, é importante enfatizar que os PPGCIs brasileiros devem tratar tais problemas com maior seriedade e efetividade, salientando a necessidade de combatê-los para assegurar a integridade em pesquisa.

No tocante ao ensino sobre integridade em pesquisa, é essencial acentuar que apenas citar e referenciar textos utilizados na produção científica, não são estratégias formativas para o uso ético da informação e prevenção de problemas éticos no meio acadêmico. Isto, indubitavelmente é uma das medidas, entretantes, apenas revela que o autor teve habilidade na utilização das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), todavia não garante se transcorreram problemas éticos científicos ao longo da sua pesquisa. Portanto, os PPGCIs brasileiros devem canalizar e capilarizar políticas e ações congruentes quanto ao combate à má conduta científica, indo para além de ensinar à sua comunidade científica a utilização de normas técnico-científicas.

Uma abordagem que merece ser destacada alusiva ao ensino da integridade em pesquisa, trata-se do impacto negativo em impor a obrigatoriedade de uma disciplina voltada para essa temática. Para tanto, pode ser viável conduzir esse ensino por meio de disciplinas optativas, seminários e cursos de curta duração nos PPGCs brasileiros, a fim de despertar o interesse e conscientizar discentes e docentes sobre esse importante assunto e por conseguinte, haver um debate de modo profícuo.

Os resultados da pesquisa, *a posteriori*, possibilitaram apresentar o panorama dos dispositivos normativos e o ensino sobre integridade em pesquisa nos PPGCs brasileiros que desvela um cenário com poucas políticas de informação e ações sobre esse tema, no qual são necessárias medidas efetivas para mitigar e combater as práticas de má conduta científica.

No que se refere a esse panorama, certificou-se que somente uma quantidade diminuta dos PPGCs brasileiros adota tanto dispositivos normativos como oferecem disciplinas em suas matrizes curriculares para o ensino sobre integridade em pesquisa ou temática similar. Ainda que tais Programas representem uma minoria significativa, eles simbolizam certo otimismo à proporção que podem estimular os demais a instituírem iniciativas preventivas e educativas, visando coibir às práticas de conduta reprováveis na ciência.

Com base nesse panorama, também se verificou que as iniciativas dos PPGCs direcionadas ao ensino de disciplinas sobre integridade em pesquisa ou tópico correlativo correspondem ao triplo dos PPGCs brasileiros que viabilizam dispositivos normativos sobre integridade científica em seus *sites*.

Desse modo, políticas de informação e ações norteadas com maior expressividade somente para o ensino de disciplinas não são suficientes, visto que são implantadas em menos da metade desses Programas e urge-se a necessidade de integrar concomitantemente o acesso aos instrumentos normativos acerca da integridade em pesquisa, bem como o ensino sobre esse assunto. Essa medida evoca a importância no combate às práticas de má conduta científica e permite o enraizamento da cultura de integridade nos espaços acadêmicos.

No caso dos PPGCs brasileiros – pouco mais da maioria - que não promovem políticas de informação e ações relacionadas à integridade em pesquisa, a situação é preocupante e possivelmente, pode demonstrar falta de interesse ou de conhecimento sobre ações que poderiam ser implantadas para garantir a integridade

em pesquisa nos seus nichos. Dessa maneira, é premente incentivar, conscientizar e inserir tais Programas no contexto da conduta responsável em pesquisa, por meio de alternativas basilares, entre elas: participação em eventos como o *Brispe*, palestras, cursos de curta duração, entre outras possibilidades.

Figura-se, ainda, nesse estudo que as práticas de má conduta científica devem ser analisadas a partir de uma visão sistêmica e não se imiscuïrem à visão cartesiana que apenas a tríade plágio, falsificação e fabricação de dados são as práticas antiéticas que merecem maior destaque.

Partindo do princípio que as universidades têm em seu bojo o ensino, a pesquisa e a extensão, torna-se indispensável adotar ações positivas para impedir práticas inadequadas no fazer científico, ao passo que tais ações, orientam jovens pesquisadores e acadêmicos seniores em sua trajetória acadêmica.

Destarte, a conscientização na conduta responsável da pesquisa deve ser coletiva e se tornar um hábito em todas as instituições científicas, de forma que a integridade em pesquisa seja reconhecida como um dos subsídios basilares para a formação acadêmica e profissional dos indivíduos.

Além do mais, é imperioso que os ambientes de pesquisa e ensino desvelem as raïzes dos problemas éticos e suas diversificadas tipologias, os seus enfrentamentos e as ações necessárias para se adquirir uma conduta responsável em pesquisa. Caso contrário, não será possível retificar os meandros da má conduta científica nem tampouco estabelecer uma cultura de integridade nesses ambientes.

Posto isto, ressalta-se que os problemas éticos na comunicação científica podem causar danos irreparáveis e provocar a incredibilidade na ciência face à própria comunidade científica quanto à sociedade, especialmente na contemporaneidade em que grupos organizados questionam abordagens científicas, como por exemplo no caso das mudanças climáticas.

Nesse sentido, destaca-se o papel fundamental dos atores informacionais – instituições de pesquisa e ensino, pesquisadores, docentes, editores científicos, grupos de pesquisa, entre outros - para assegurar as boas práticas científicas posto que eles podem contribuir significativamente para conscientizar os indivíduos a terem conhecimento das práticas de má conduta e assim, poderem evitá-las ao adotarem as medidas cabíveis para assegurar a integridade científica.

Salienta-se que adotar apenas medidas punitivas no enfrentamento à ausência de ética e integridade em pesquisa não são suficientes nem tampouco educativas. É

responsabilidade dos atores informacionais esclarecerem as tipologias de má conduta, como preveni-las e informarem que tais práticas acarretam prejuízo para o desenvolvimento científico porque despendem tempo e podem ocasionar a falta de confiabilidade na ciência. Apesar de existirem motivos multifatoriais que possam levar o indivíduo a cometer práticas antiéticas, corroboramos da ideia de que nada justifica tal conduta.

Depreende-se que cabe ao pesquisador o compromisso ético com a ciência e definir quais são os resultados que devem ser partilhados inúmeras vezes, não com vistas a quantificar e expandir seu currículo acadêmico, mas de fato, contribuir para o progresso científico.

Assim, é imprescindível vislumbrar o interesse e promover por meio de políticas de informação, a criação de uma cultura de integridade em pesquisa em todas suas esferas, principiando desde a formação escolar e não exclusivamente na formação acadêmica do indivíduo, mostrando que as sérias consequências oriundas de práticas científicas inapropriadas podem afetar não somente a comunidade acadêmica, mas também a sociedade, pois se trata da confiança na ciência.

Esta tese buscou incentivar, sobretudo, a implantação de políticas de informação e iniciativas centradas na integridade em pesquisa para a formação de uma cultura de integridade assentada na conduta responsável da pesquisa.

Pela relevância dessa temática, existe uma pluralidade de estudos e desdobramentos que podem ser explorados. Entre eles, o desenvolvimento de estudos futuros a serem realizados em institutos de pesquisa em ciência, tecnologia, saúde, meio ambiente e demais áreas que ofereçam cursos de fomento à pesquisa e ao ensino, - como cursos de pós-graduação - pois assim se proporciona uma melhor avaliação e um panorama mais completo no que concerne às políticas de informação adotadas para catalisar a ética e integridade em pesquisa nesses âmbitos científicos no Brasil ou no exterior.

Uma vertente que pode ser instaurada a partir dos desdobramentos da integridade em pesquisa, refere-se aos programas de pós-graduação oferecerem cursos à sua comunidade acadêmica para instar a integridade em pesquisa dos discentes com base nas competências cognitivas. Isto significa elaborar atividades que exijam dos discentes níveis cognitivos maiores do que registrar conceitos, porém articulá-los com sua futura experiência profissional a partir não somente de novos conhecimentos adquiridos, mas também subsidiados por princípios e valores

éticos para serem aplicados no decorrer do seu percurso acadêmico e profissional, inserindo o docente e o discente como participantes ativos contínuos na construção de uma cultura de integridade em pesquisa.

No que diz respeito a uma das polêmicas da contemporaneidade que envolve e desafia a integridade em pesquisa é a Inteligência Artificial (IA), no qual essa ferramenta não pode ser considerada uma antagonista para o desenvolvimento científico e tecnológico. Pelo contrário, os recursos proporcionados pela IA quando usados de forma ética possibilitam uma miríade de descobertas e atuam como aporte para fomentar novos conhecimentos, desde que sua utilização seja de modo apropriado, levando em consideração os princípios elementares que norteiam a ética em pesquisa.

Todavia, as instituições científicas e acadêmicas devem estar preparadas para centrar nos novos horizontes associados às possibilidades da IA, devido aos seus complexos recursos que podem contribuir significativamente em condutas científicas inadequadas. Dessa forma, políticas de informação e ações canalizadas à integridade em pesquisa são veementes para enfrentar esse grande desafio que será uma constante para a produção e uso do conhecimento científico. Registra-se que normativas são imprescindíveis para regulamentar a utilização da IA nas pesquisas com vistas a garantir seu uso ético como subsídio para investigação e construção de novas perspectivas e conhecimentos.

Por fim, mesmo a tese não abordando como tema central a ética em pesquisa com animais, manifestamos total repugnância quanto ao uso de animais para quaisquer experimentos científicos perante o vertiginoso desenvolvimento tecnológico existente. Ademais, a integridade em pesquisa também deve nortear ações de sustentabilidade com o propósito de contemplar medidas socioambientais, assegurando o bem-estar, o respeito e a dignidade à vida humana e animal.

Ressalta-se, ainda, que o arraigamento de uma cultura de integridade em pesquisa, atrela-se a implementação de políticas de informação voltadas à disponibilização e utilização de meio de dispositivos normativos em paralelo ao ensino de disciplinas, promoção de palestras, cursos e seminários, entre outros componentes pedagógicos para orientação e conscientização de discentes, docentes e pesquisadores.

Diante do exposto esmerar diferentes estratégias de aprendizagem em integridade em pesquisa orientadas aos discentes com vistas à implantação de uma

cultura de integridade no âmbito científico, requer a criação de campanhas publicitárias, vídeos, cursos de curta duração, entre demais ações, envolvendo docentes para conduzir os discentes na capacitação e formação acadêmica baseados em princípios éticos e na integridade em pesquisa que possam corroborar para a promoção do ensino e auxiliar na construção de uma cultura de integridade baseada na conduta responsável em pesquisa.

Conclui-se que os dispositivos normativos se configuram como subsídios fundamentais para corroborar na regulamentação, por meio de normativas pertinentes à integridade em pesquisa nos âmbitos científicos, uma vez que possibilitam o acesso contínuo nos *sites* desses ambientes a conteúdos direcionados à ética e integridade em pesquisa. Entretanto, o ensino nas universidades, também é de suma importância, pois os cursos podem oferecer disciplinas sobre integridade em pesquisa ou assunto correlato, mesmo que não seja de caráter obrigatório em seus currículos acadêmicos.

Nesse sentido, os ambientes acadêmicos ao adotarem políticas de informação baseadas na integridade em pesquisa, contribuem substancialmente na formação acadêmica e profissional de seu coletivo científico, pois se abrem caminhos para o estabelecimento de uma cultura de integridade e o aprimoramento da conduta responsável em pesquisa com base nas boas práticas científicas.

## REFERÊNCIAS

ABDON, Ana Paula Vasconcellos. Cultura de integridade em pesquisa: somos agentes promotores. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, v. 28, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/4007/pdf>. Acesso em: 13 mar. 2022.

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. *Rigor e integridade na condução da pesquisa científica: guia de recomendações de práticas responsáveis*. Rio de Janeiro: ABC, 2013. Disponível em: <http://www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-4559.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2021.

AIRES, João Paulo. *Análise de plágio em teses e dissertações dos programas de pós-graduação na área de Ensino no período de 2010 a 2012*. 2017. Tese (Doutorado em Ensino de Ciência e Tecnologia) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2017. Disponível em: [http://riut.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2902/1/PG\\_PPGET\\_D\\_Aires%2c%20Jo%c3%a3o%20Paulo\\_2017.pdf](http://riut.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2902/1/PG_PPGET_D_Aires%2c%20Jo%c3%a3o%20Paulo_2017.pdf). Acesso em: 16 jun. 2021.

AIRES, João Paulo. O plágio e a integridade em pesquisa: uma revisão sistemática no Brasil. *Ensino & Pesquisa*, v. 17, n. 2, 2019. Disponível em: <http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/ensinoepesquisa/article/view/2660/1882>. Acesso em: 25 out. 2021.

AIRES, João Paulo; PILATTI, Luiz Alberto. Medidas de combate ao plágio, adotadas por instituições de ensino superior: uma análise da efetividade das ações na área de Ensino. *Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia*, v. 10, n. 3, 2017. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/336140254\\_Medidas\\_de\\_combate\\_ao\\_plagio\\_adotadas\\_por\\_instituicoes\\_de\\_ensino\\_superior\\_uma\\_analise\\_da\\_efetividade\\_das\\_acoes\\_na\\_area\\_de\\_ensino](https://www.researchgate.net/publication/336140254_Medidas_de_combate_ao_plagio_adotadas_por_instituicoes_de_ensino_superior_uma_analise_da_efetividade_das_acoes_na_area_de_ensino). Acesso em: 27 set. 2021.

ALVES, Ana Paula M. *Competência informacional e o uso ético da informação na produção científica: o papel do bibliotecário na produção intelectual no ambiente acadêmico*. 2016. 291 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - PPGCI, UNESP, São Paulo, 2016.

ALVES, Daniela Alves de; TEIXEIRA, Wanessa Milagres. Ética em pesquisa em ciências sociais: regulamentação, prática científica e controvérsias. *Educação e Pesquisa*, v. 46, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/cF7thyFDx9P3HjXSYFBdFKr/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 27 set. 2021.

ALVES JÚNIOR, Ivan José; RAVAGNANI, Fabrício Cesar de Paula. *Ética e integridade na pesquisa: noções básicas para jovens pesquisadores*. Campo Grande: Voz e Voz, 2020.

APPOLINÁRIO, Fábio. *Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2007.

ARAYA, Elizabeth R. M.; VIDOTTI, Silvana Aparecida B. G. Autoria e legislação de conteúdo intelectual. *In*: ARAYA, Elizabeth R. M.; VIDOTTI, Silvana Aparecida B. G. *Criação, proteção e uso legal de informação em ambientes da world wide web*. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 57-84. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/110764/ISBN9788579831157.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 jul. 2022.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

ASSOCIAÇÃO MÉDICA MUNDIAL. *Declaração de Genebra*. Genebra: WWA, 1964. Disponível em: [https://www.fcm.unicamp.br/fcm/sites/default/files/declaracao\\_de\\_helsinque.pdf](https://www.fcm.unicamp.br/fcm/sites/default/files/declaracao_de_helsinque.pdf). Acesso em: 13 dez. 2021.

BASE DE DADOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. *BENANCIB*: Base de Dados do ENANCIB. Paraná: BRAPCI, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/benancib>. Acesso em: 04 jan. 2024.

BATTESTIN, Cláudia; DUTRA, Jorge da Cunha. Aonde vamos com tanta pressa?: os entraves do produtivismo acadêmico. *Diálogo das Letras*, v. 8, n. 2, p. 2-17, maio/ago. 2019. Disponível em: <http://natal.uern.br/periodicos/index.php/DDL/article/view/528/435>. Acesso em: 25 out. 2021.

BEBEAU, Muriel J. Influencing the moral dimensions of professional practice: implications for teaching and assessing for research integrity. *In*: ORI RESEARCH CONFERENCE ON RESEARCH INTEGRITY, 1., 2000. *Electronic proceedings* [...]. 2002. P. 179-187. Disponível em: [https://ori.hhs.gov/sites/default/files/conf\\_proceedings\\_11-19-00.pdf](https://ori.hhs.gov/sites/default/files/conf_proceedings_11-19-00.pdf). Acesso em: 05 jun. 2024.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRASIL. Código Penal (1940). Lei nº 10.695, de 01 de julho de 2003. *Diário Oficial da União*, seção 1, 01 jul. 2003. Disponível em: <https://bit.ly/1Hvh4Vo>. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, seção 1, 20 fev.1998. Disponível: <https://bit.ly/1P2qjjJ>. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRAZILIAN MEETING ON RESEARCH INTEGRITY, SCIENCE AND PUBLICATION ETHICS, 1., 2010, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos* [...]. Rio de Janeiro: Brispe, 2010. Disponível em: <http://www.ibrispe.coppe.ufrj.br/final.php>. Acesso em: 09 fev. 2022.

BRAZILIAN MEETING ON RESEARCH INTEGRITY, SCIENCE AND PUBLICATION ETHICS, 2., 2012, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos* [...]. Rio de Janeiro: Brispe, 2012. Disponível em:

[https://fapesp.br/boaspraticas/JointStatementonResearchIntegrity\\_IIBRISPE\\_2012\\_Portuguese.pdf](https://fapesp.br/boaspraticas/JointStatementonResearchIntegrity_IIBRISPE_2012_Portuguese.pdf). Acesso em: 21 mar. 2022.

BRAZILIAN MEETING ON RESEARCH INTEGRITY, SCIENCE AND PUBLICATION ETHICS, 6., 2021, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos* [...]. Rio de Janeiro: Brispe, 2021. Disponível em: <https://www.vibrispe2020.com/>. Acesso em: 09 fev. 2022.

BRAZILIAN MEETING ON RESEARCH INTEGRITY, SCIENCE AND PUBLICATION ETHICS, 7., 2024, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos* [...]. Rio de Janeiro: Brispe, 2024. Disponível em: <https://www.viibrispe2024.com/>. Acesso em: 15 dez. 2024.

CASSIMIRO, Márcia de C.; DIÓS-BORGES, Marcelle M. P.; ALMEIDA, Renan MVR (org.). *Políticas de integridade científica, bioética e biossegurança no século XXI*. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

COLLABORATIVE INSTITUTIONAL TRAINING INITIATIVE. *About CITI Program*. Miami: University of Miami, 2021. Disponível em: <https://about.citiprogram.org/>. Acesso em: 04 dez. 2021.

COMISSÃO EUROPEIA. *What is Horizon 2020?*. [S.l.]: Comissão Europeia, 2021. Disponível em: <https://wayback.archive-it.org/12090/20220124080607/> <https://ec.europa.eu/programmes/horizon2020/what-horizon-2020>. Acesso em: 19 abr. 2022.

COMISSÃO EUROPEIA. *Horizon Europe: research and innovation funding programme until 2027: how to get funding, programme structure, missions, European partnerships, news and events*. [S.l.]: Comissão Europeia, 2022. Disponível em: [https://ec.europa.eu/info/research-and-innovation/funding/funding-opportunities/funding-programmes-and-open-calls/horizon-europe\\_en](https://ec.europa.eu/info/research-and-innovation/funding/funding-opportunities/funding-programmes-and-open-calls/horizon-europe_en). Acesso em: 19 abr. 2022.

COMMITTEE ON PUBLICATIONS ETHICS. *About COPE*. Reino Unido: COPE, 2021. Disponível em: <https://publicationethics.org/about/our-organisation>. Acesso em: 26 nov. 2021.

COMMITTEE ON PUBLICATIONS ETHICS. *Core Practices*. Reino Unido: COPE, 2017. Disponível em: <https://publicationethics.org/core-practices>. Acesso em: 26 nov. 2021.

COMMITTEE ON PUBLICATIONS ETHICS. *Why the Code of Conduct for journal editors was replaced with the Core Practices*. 2021. Disponível em: <https://publicationethics.org/resources/guidelines-new/cooperation-between-research-institutions-and-journals-research-integrity>. Acesso em: 26 nov. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. *Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq*. Brasília: CNPq, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. *Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012*. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: CNS, 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. *Resolução CNS nº 510, de 07 de abril de 2016*. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. Brasília: CNS, 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2021.

CONTO, Sabrina Fonseca de; NUNES, Rogério da Silva. O documento de área da CAPES e o impacto na gestão de cursos de pós-graduação stricto sensu: um estudo na área de Comunicação e Informação. In: SIMPÓSIO AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 3., 2017, Florianópolis. *Anais eletrônicos* [...]. Florianópolis: INPEAU, 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/179380/102\\_00758%20-%20ok.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/179380/102_00758%20-%20ok.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 13 jul. 2022.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Orientações CAPES: combate ao plágio*. Brasília: CAPES, 2011. Disponível em: <http://www2.ufac.br/ppgsc/documentos/orientacoes-capes-combate-ao-plagio/view>. Acesso em: 29 mar. 2022.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Documento de área: área 31: Comunicação e Informação*. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/comunicacao-pdf>. Acesso em: 05 jun. 2024.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Plataforma Sucupira: cursos avaliados e reconhecidos*. 2020. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativos.html?areaAvaliacao=31&areaConhecimento=60700009>. Acesso em: 06 maio. 2024.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Plataforma Sucupira: coleta CAPES: disciplinas*. 2024. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/disciplina/listaDisciplina.html>. Acesso em: 15 maio 2024.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Plataforma Sucupira: Sobre as áreas de avaliação*. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao#areas>. Acesso em: 02 maio 2024.

COUNCIL OF SCIENCE EDITORS. *Diretrizes do CSE para promover integridade em publicações de periódicos científicos*. Traduzida pela Associação Brasileira de Editores Científicos. São Paulo: ABEC, 2017. Disponível em: [https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/whitepaper\\_CSE.pdf](https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/whitepaper_CSE.pdf). Acesso em: 24 nov. 2021.

COURY, Helenice J. C. G. Integridade na pesquisa e publicação científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, [Editorial], v. 16, n. 1, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbfis/a/ny9qFdDC76yh93NKdyjjwYw/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 23 out. 2021.

DAMÁSIO, Edilson. *Práticas de má conduta na comunicação científica e o fluxo editorial: um estudo com editores de revistas científicas SciELO*. 2017. 196 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)- PPGCI, IBICT/UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.

DECLARAÇÃO Conjunta sobre Integridade em Pesquisa. *In: BRAZILIAN MEETING ON RESEARCH INTEGRITY, SCIENCE AND PUBLICATION ETHICS - BRISPE, 2., 2012, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos [...]*. Disponível em: [https://fapesp.br/boaspraticas/JointStatementonResearchIntegrity\\_IIBRISPE\\_2012\\_Portuguese.pdf](https://fapesp.br/boaspraticas/JointStatementonResearchIntegrity_IIBRISPE_2012_Portuguese.pdf). Acesso em: 04 out. 2021.

DECLARAÇÃO de Genebra. Genebra: WWA, 1964. Disponível em: <https://amb.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Declarac%C3%A7%C3%A3o-de-Genebra-2017-Tradu%C3%A7%C3%A3o-Dr-Miguel.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2021.

EPIGEUM. *About Epigeum*. Oxford: University of Oxford, 2021. Disponível em: <https://www.epigeum.com/>. Acesso em: 04 dez. 2021.

EUROPEAN SCIENCE FOUNDATION. Good scientific practice in research and scholarship. *Science Policy Briefing*, n. 10, 2000. Disponível em: [http://archives.esf.org/fileadmin/Public\\_documents/Publications/ESPB10.pdf](http://archives.esf.org/fileadmin/Public_documents/Publications/ESPB10.pdf). Acesso em: 12 ago. 2021.

EUROPEAN SCIENCE FOUNDATION; ALL EUROPEAN ACADEMIES. *The European Code of Conduct for Research Integrity*, 2017. Disponível em: <https://allea.org/code-of-conduct/>. Acesso em: 04 out. 2021.

FAGOT-LARGEAULT, A. Petites et grandes fraudes scientifiques: le poids de la compétition. *In: FUSSMAN, Gérard (org.). La mondialisation de la recherche: compétition, coopérations, restructurations* (Paris, 2010). Paris: Collège de France, 2011. (Conférences). Disponível em: <https://books.openedition.org/cdf/1620>. Acesso em: 06 dez. 2021.

FALCÃO, Hully G.; CASSIMIRO, Márcia de C.; SILVA, Carlos Henrique D. Bioética: reflexões sobre conflitos morais e conflito de interesses nas pesquisas biomédicas com seres humanos. *In: CASSIMIRO, Márcia de C.; DIÓS-BORGES, Marcelle M. P.; ALMEIDA, Renan MVR (org.). Políticas de integridade científica, bioética e biossegurança no século XXI*. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

FERNANDES, Márcia Santana; FERNÁNDEZ FERNANDES, Carolina; GOLDIM, José Roberto. Autoria, direitos autorais e produção científica: aspectos éticos e legais. *Revista HCPA*, v. 28, n. 1, jun. 2008. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/277219701\\_Autoria\\_Direitos\\_Autorais\\_e\\_Producao\\_Cientifica\\_Aspectos\\_Eticos\\_e\\_Legais](https://www.researchgate.net/publication/277219701_Autoria_Direitos_Autorais_e_Producao_Cientifica_Aspectos_Eticos_e_Legais). Acesso em: 06 jul. 2022.

FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C. Los aspectos éticos en la formación de los profesionales de la información. *Revista de Investigación Iberoamericana en Ciencia de la Información y Documentación*, v. 1, n. 2, Jul./Dic. 2000.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araujo. O regime de informação da comunicação científica: uma abordagem. *Informação & Informação*, v. 26, n. 4, p. 175-199, out./dez. 2021. Disponível em: [https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44751/pdf\\_1](https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44751/pdf_1). Acesso em: 21 jul. 2024.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. – 51. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2012.

FUNDAÇÃO CASA RUI BARBOSA. [*Home do PPGMA*]. Rio de Janeiro: FRCB, 2024. Disponível em: <http://mestrado.casaruibarbosa.gov.br>. Acesso em: 16 jun. 2024.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Código de boas práticas científicas*. São Paulo: FAPESP, 2014. Disponível em: [https://fapesp.br/boaspraticas/FAPESP-Codigo\\_de\\_Boas\\_Praticas\\_Cientificas\\_2014.pdf](https://fapesp.br/boaspraticas/FAPESP-Codigo_de_Boas_Praticas_Cientificas_2014.pdf). Acesso em: 08 ago. 2018.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *Guia de integridade em pesquisa da Fiocruz*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019. Disponível em: [https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/guia\\_de\\_integridade\\_e\\_m\\_pesquisa\\_da\\_fiocruz\\_-\\_final.pdf](https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/guia_de_integridade_e_m_pesquisa_da_fiocruz_-_final.pdf). Acesso em: 01 set. 2021.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. [*Home do PPGCI*]. Sergipe: UFS, 2024. Disponível em: [https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/programa/apresentação.jsf?lc=pt\\_BR&id=1051](https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/programa/apresentação.jsf?lc=pt_BR&id=1051). Acesso em: 16 jun. 2024.

GARVEY, William D. *Communication: the essence of science*. Oxford: Pergamon Press, 1979.

GOLDIM, José R. *Conflito de interesses na área da Saúde*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bioetica/conflit.htm>. Acesso em: 26 set. 2023.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Reflexões sobre ética da informação: panorama contemporâneo. In: GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélida; CIANCONI, Regina de Barros (org.). *Ética da informação: perspectivas e desafios*. Rio de Janeiro: Garamond, 2017. Disponível em: <https://www.garamond.com.br/>. Acesso em: 06 ago. 2021.

GUAZI, T. Scarpin; LAURENTI, C.; CARRARA, K. Boas práticas científicas: uma discussão analítico-comportamental. *Interação em Psicologia*, v. 22, n. 1, 2018.

GUERRIERO, Iara Coelho Zito. Resolução nº 510 de 7 de abril de 2016 que trata das especificidades éticas das pesquisas nas ciências humanas e sociais e de

outras que utilizam metodologias próprias dessas áreas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 8, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/qgmDQzMMVCfMzM7ZcWJPqrs/>. Acesso em: 25 out. 2021.

GUERRIERO, Iara Coelho Zito; MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio de revisar aspectos éticos das pesquisas em ciências sociais e humanas: a necessidade de diretrizes específicas. *Revista Physis*, v. 23, n. 3, p. 763-782, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/J4kGfdfNgyJBTJBtzg9wGWS/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.

GUERRIERO, Iara Coelho Zito; BOSI, Maria Lúcia Magalhães. Ética em pesquisa na dinâmica do campo científico: desafios na construção de diretrizes para ciências humanas e sociais. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n. 9, p. 763-782, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/NNtkhrCZMxMRBYmccNGNBgf/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.

GUNTURIZ ALBARRACÍN, María Luz; CASTRO, Claudia Marcela; CHAPARRO, Pablo Enrique. Importância, definição e conflitos da autoria em publicações científicas. *Revista Bioética*, v. 28, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/6dH7SGCGLVhvznzSqndfNsJz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 jun. 2022.

HONG KONG principles: best practices. *In: WORLD CONFERENCES ON RESEARCH INTEGRITY*, 6., 2019, Hong Kong. *Electronic proceedings [...]*. 2019. Disponível em: <https://wcrif.org/best-practice>. Acesso em: 11 out. 2021.

INSTITUTO BIOÉTICA; PHITAN, Livia H.; OLIVEIRA, Alice P. Ética e integridade na pesquisa: o plágio nas publicações científicas. *Revista da AMRIGS*, v. 57, n. 3, jul./set. 2013. Disponível em: [https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/13014/2/Etica\\_e\\_integridade\\_na\\_pesquisa\\_o\\_plagio\\_nas\\_publicacoes\\_cientificas.pdf](https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/13014/2/Etica_e_integridade_na_pesquisa_o_plagio_nas_publicacoes_cientificas.pdf). Acesso em: 13 mar. 2022.

INTEGRITY PROJECT. *About Project*. [S.l.: s.n.], 2022. Disponível em: <https://h2020integrity.eu/about-us/consortium/>. Acesso em: 26 abr. 2022.

INTERNATIONAL CENTER FOR ACADEMIC INTEGRITY. *McCabe-ICAI academic integrity survey*. 2021. Disponível em: <https://academicintegrity.org/programs/mccabe-icai-academic-integrity-survey>. Acesso em: 04 nov. 2021.

JESUS, Elizabeth Maria Freire de. *Molduras normativas e integridade da pesquisa em contexto de colaboração científica internacional: uma perspectiva informacional*. 2019. 313 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – UFF, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/13902>. Acesso em: 13 abr. 2022.

JESUS, Elizabeth Maria Freire de; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Integridade da pesquisa: enunciados e questões globais. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 17., 2017, Marília. *Anais eletrônicos* [...]. 2017. Disponível em: [http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII\\_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/273/802](http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/273/802). Acesso em: 06 out. 2021.

JESUS, Elizabeth Maria Freire de; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. “Internacionalização normativa” da integridade da pesquisa: uma narrativa. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 20., 2019, Florianópolis. *Anais eletrônicos* [...]. 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1363/764>. Acesso em: 06 out. 2021.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa: Edições 70, 2007.

KROKOSZ, Marcelo. Abordagem do plágio nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes do Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 48, p. 745-768, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/tKsDQfr6xgRGbNTghvQRFnK/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 06 set. 2021.

KROKOSZ, Marcelo. *Autoria e plágio: um guia para estudantes, professores, pesquisadores e editores*. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2012.

KROKOSZ, Marcelo. *Outras palavras: análise dos conceitos de autoria e plágio na produção textual científica no contexto pós-moderno*. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2014.

KROKOSZ, Marcelo. *Como estabelecer uma cultura de integridade e evitar a má conduta acadêmica*. São Paulo: Turnitin, 2021. Blog da Turnitin Brasil. Disponível em: <https://www.turnitin.com/pt/blog/como-estabelecer-cultura-de-integridade-e-evitar-a-ma-conduta-academica>. Acesso em: 04 nov. 2021.

LITTO, Fredric; KROKOSZ, Marcelo. Perspectiva sobre plágio acadêmico e integridade científica. *In: PERSPECTIVA SOBRE PLÁGIO ACADÊMICO E INTEGRIDADE CIENTÍFICA*, 1., 2019, São Paulo. *Apresentações eletrônicas* [...]. São Paulo: USP, 2019. Disponível em: <http://iptv.usp.br/portal/transmission.action?idItem=40574>. Acesso em: 08 maio 2021.

MACRINA, F. L. *Scientific integrity: text and cases in responsible conduct of research*. 3rd ed. Washington: American Society for Microbiology Press, 2005.

MAIA, Helena Fraga. “Salami science” ou “salami slicing”: uma reflexão sobre a produção científica. *Revista Pesquisa em Fisioterapia*, v. 7, n. 1, 2017. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/313884094\\_salami\\_science\\_ou\\_salami\\_slicing\\_uma\\_reflexao\\_sobre\\_a\\_producao\\_cientifica](https://www.researchgate.net/publication/313884094_salami_science_ou_salami_slicing_uma_reflexao_sobre_a_producao_cientifica). Acesso em: 06 jul. 2022.

MARQUES, Fabrício. Do compromisso à ação: especialistas discutem caminhos para promover de modo contínuo e efetivo uma cultura de honestidade no ambiente de pesquisa. *Pesquisa FAPESP*, n. 223, set. 2014. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/compromisso-acao/>. Acesso em: 18 out. 2021.

MARQUES, Fabrício. Coleção de exemplos para aprimorar a integridade científica: projeto europeu analisa iniciativas de universidades e instituições de pesquisa para propor estratégias mais abrangentes. *Pesquisa FAPESP*, n. 297, nov. 2020. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/colecao-de-exemplos-para-aprimorar-a-integridade-cientifica/>. Acesso em: 13 abr. 2022.

MARQUES, Fabrício. Caminhos para estimular condutas responsáveis: pesquisa aponta os impactos de diferentes estratégias de treinamento em integridade científica voltadas para estudantes. *Pesquisa FAPESP*, n. 308, out. 2021. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/caminhos-para-estimular-condutas-responsaveis/>. Acesso em: 18 out. 2021.

MEADOWS, A. J. Os primórdios da comunicação. In: MEADOWS, A. J. *A comunicação científica*. Brasília: Briquet de Lemos, 1999. p. 3-24.

MEDICAL RESEARCH COUNCIL. *MRC policy and procedure for investigating allegations of research misconduct*. London: MRC, 2021. Disponível em: <https://www.ukri.org/wp-content/uploads/2021/08/MRC-12082021-Research-Misconduct-Policy.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2021.

MEJLGAARD, Neil *et al.* Research integrity: nine ways to move from talk to walk: counselling, coaches and collegiality: how institutions can share resources to promote best practice in science. *Nature*, n. 586, p. 358-360, 2020. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-020-02847-8>. Acesso em: 25 abr. 2022.

MONTREAL Statement on Research Integrity in cross-boundary research collaborations. In: WORLD CONFERENCES ON RESEARCH INTEGRITY, 3., 2013, Singapore. *Electronic proceedings* [...]. 2013. Disponível em: <https://wcrif.org/guidance/montreal-statement>. Acesso em: 11 out. 2021.

MORAES, Vinícius Cerva de; MEDEIROS, Jackson da Silva. A ética da informação nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil: uma análise. *Logeion*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 27-43, 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4754/4183>. Acesso em: 06 jul. 2021.

MOSKOVITZ, Cary. Text recycling in scientific writing. *Science and Engineering Ethics*, v. 25, n. 3, p. 813-851, 2019. Disponível em: [https://dukespace.lib.duke.edu/dspace/bitstream/handle/10161/19409/Text%20Recycling%20in%20Scientific%20Writing\\_Moskovitz.pdf?sequence=2&isAllowed=y](https://dukespace.lib.duke.edu/dspace/bitstream/handle/10161/19409/Text%20Recycling%20in%20Scientific%20Writing_Moskovitz.pdf?sequence=2&isAllowed=y). Acesso em: 13 set. 2023.

MOSKOVITZ, Cary; HANSEN, David R.; YELVERTON, Mitchell. Legalize text recycling. *Learned Publishing*, v. 36, n. 3, p. 473-476, 2023. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/leap.1550>. Acesso em: 13 jan. 2024.

NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION. *Background*. Baltimore: NISO, 2023. Disponível em: <https://credit.niso.org/background/>. Acesso em: 05 out. 2023.

NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION. *Implementing CRediT*. Baltimore: NISO, 2023. Disponível em: <https://credit.niso.org/implementing-credit/>. Acesso em: 06 out. 2023.

NATIONAL SCIENCE FOUNDATION. *Proposal and award policies and procedures guide*. USA: NSF, 2020.

NOVAES, Maria Rita Carvalho Garbi; RODRIGUES, Camila Serra; GUILHEM, Dirce Bellezi. Integridade científica e direitos autorais nos códigos de ética profissional. *Revista Bioética*, v. 26, n. 3, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/PNqST9ZFBhBVTxMFNtm86Xs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 jul. 2021.

OFFICE OF RESEARCH INTEGRITY. United States Department of Health and Human Services. *What is "research misconduct"?*. USA: ORI, 2016. Disponível em: <https://ori.hhs.gov/node/1578/printable/print>. Acesso em: 05 set. 2023.

OFFICE OF RESEARCH INTEGRITY. United States Department of Health and Human Services. *Historical background*. USA: ORI, 2021. Disponível em: <https://ori.hhs.gov/historical-background>. Acesso em: 15 out. 2021.

OLIVEIRA, Eloisa da C. Príncipe de. Percursos digitais da comunicação científica. In: BRAGA, G. M.; PINHEIRO, L. V. R. (org.). *Desafios do impresso ao digital: questões contemporâneas de informação e conhecimento*. Brasília: IBICT: Unesco, 2009. p. 289-312.

OLIVEIRA, Eloisa da C. Príncipe de. Comunicação científica e redes sociais. In: ALBAGLI, S. (org.). *Fronteiras da Ciência da Informação*. Brasília: IBICT, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Declaração Universal sobre Bioética E Direitos Humanos (DUBDH)*. Paris; Lisboa: Unesco, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/1TRJFa9>. Acesso em: 14 dez. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL. *Guia da Convenção de Berna relativa à proteção das obras literárias e artísticas (Acta de Paris, 1971)*. Genebra: OMPI, 1980. Disponível: <https://bit.ly/2MOM1KP>. Acesso em: 14 dez. 2022.

PÁDUA, Gabriela Cristina Cantisani. *Integridade científica: responsabilidades compartilhadas*. 2018. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade de Brasília, 2018. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32572/1/2017\\_GabrielaCristinaCantisaniPa dua\\_PARCIAL.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32572/1/2017_GabrielaCristinaCantisaniPa dua_PARCIAL.pdf). Acesso em: 14 set. 2022.

PÁDUA, Gabriela Cristina Cantisani; GUILHEM, Dirce. Integridade científica e pesquisa em saúde no Brasil: revisão da literatura. *Revista Bioética*, v. 23, n. 1, p. 124-138, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/Y4PhdYmqhqq6wScFYPBdSsr/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 06 ago. 2022.

PASCAL, Chris B. Foreword. In: STENECK, Nicholas H. *ORI Introduction to the responsible conduct of research*. USA: Department of Health and Human Services, 2007. Disponível em: <https://ori.hhs.gov/sites/default/files/rcrintro.pdf>. Acesso em: 17 out. 2022.

PIERRO, Bruno de. Para promover uma cultura de integridade: conferência mundial discute experiências educativas que promovem boas práticas científicas desde o início da carreira dos pesquisadores. *Pesquisa FAPESP*, n. 233, 2015. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/para-promover-uma-cultura-de-integridade/>. Acesso em: 01 nov. 2022.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Constituição epistemológica e social da comunicação científica no Brasil. In: PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; OLIVEIRA, Eloisa da C. Príncipe de (org.). *Múltiplas facetas da comunicação e divulgação científicas: transformações em cinco séculos*. Brasília: IBICT, 2012.

PITHAN, Livia H.; VIDAL, Tatiane R. A. O plágio acadêmico como um problema ético, jurídico e pedagógico. *Direito & Justiça*, v. 39, n. 1, p. 77-82, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/article/view/13676>. Acesso em: 20 maio 2024.

REZENDE, Cristiano Novaes de. Notas sobre os instrumentos científicos em Galileu. *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, Brasília, v. 7, n. 2, p. 17-41, ago. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/fmc/issue/view/1741/376>. Acesso em: 18 abr. 2022.

RUSSO, Marisa. Ética e integridade na ciência: da responsabilidade do cientista à responsabilidade coletiva. *Estudos Avançados*, v. 28, n. 80, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/MbRXNnYRt8Y4mTYNSQ5TJQC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2022.

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SANTANA, C. C. O tema da integridade científica nas pós-graduações em saúde no Brasil. *Revista Bioética*, v. 18, n. 3, p. 637-644, 2010.

SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. *Sobre a integridade ética da pesquisa*. São Paulo: FAPESP, 2011. Disponível em: <http://www.fapesp.br/6566>. Acesso em: 27 set. 2022.

SAYÃO, Luís F.; SALES, Luana F. Dados abertos de pesquisa: ampliando o conceito de acesso livre. *RECIIS*, v. 8, n. 2, p. 76-92, 2014.

SCHMITZ, Patrícia Dias; MENEZES, Marta; LINS, Liliane. Percepção de integridade científica para o estudante de medicina. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 36, n. 4, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/65dhdMZv4ksgwkX5wMcYbTz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 ago. 2023.

SCHNEIDER, Marco. Referências cruzadas 2: Marx e a Ciência da Informação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 16., 2015, João Pessoa. *Anais eletrônicos [...]*. João Pessoa: ANCIB, 2015. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/908/1/3063-6711-1-PB.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2021.

SCIENCE EUROPE WORKING GROUP ON RESEARCH INTEGRITY. *Seven reasons to care about integrity in research*. Brussels: Science Europe, 2015. Disponível em: <https://www.scienceeurope.org/our-resources/seven-reasons-to-care-about-integrity-in-research>. Acesso em: 20 set. 2022.

SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE. *Guia para marcação e publicação de contribuição de autores: Taxonomia CRediT*. [S.l.]: SciELO, 2022. Disponível em: <https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/credit.pdf>. Acesso em: 05 out. 2023.

SHINKAI, Rosemary S. Integridade na pesquisa e ética na publicação. *Scientia Medica*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 2-3, 2011. Disponível em: [https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/13791/2/Integridade\\_na\\_pesquisa\\_e\\_etica\\_na\\_publicacao\\_Editorial\\_convocado.pdf](https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/13791/2/Integridade_na_pesquisa_e_etica_na_publicacao_Editorial_convocado.pdf). Acesso em: 04 dez. 2022.

SILVA, Eli Lopes da; RODE, Sigmar de Mello. Afirmação da ética e integridade na ciência aberta. *Revista Científica da UEM*, v. 4, n. 1, 2023. Disponível em: <https://mail.revistacientifica.uem.mz/revista/index.php/lcs/article/view/220>. Acesso em: 30 ago. 2023.

SILVA, Eli Lopes da; RODE, Sigmar de Mello. Ética e integridade na publicação científica. *In: PRÍNCIPE, Eloisa; RODE, Sigmar de Mello (Org.). Comunicação científica aberta*. Rio de Janeiro: IBICT, 2022. (Coleção PPGCI 50 anos). Disponível em: <https://www.abecbrasil.org.br/painel/uploads/www/geral/E-book-Comunicacao-cientifica-aberta.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2023.

SILVA, Fabiana Divina da *et al.* Ética e integridade: condutas para produções científicas no Brasil. *Cogitare Enfermagem*, v. 23, n. 3, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/54367/pdf>. Acesso em: 06 jul. 2024.

SINGAPORE Statement on Research Integrity. *In: WORLD CONFERENCES ON RESEARCH INTEGRITY*, 2., 2010, Singapore. *Electronic proceedings [...]*. 2010. Disponível em: <https://wcrif.org/statement>. Acesso em: 29 ago. 2023.

SOUSA, Rodolfo Neiva de *et al.* Desonestidade acadêmica: reflexos na formação ética dos profissionais de saúde. *Revista Bioética*, v. 24, n. 3, p. 459-468, 2016.

STANDARD OPERATING PROCEDURES FOR RESEARCH INTEGRITY. *The Project*. Holanda: [s.n.], 2021. Disponível em: <https://sops4ri.eu/>. Acesso em: 25 abr.

2022.

STENECK, Nicholas H. Assessing the integrity of publicly funded research. *In: ORI RESEARCH CONFERENCE ON RESEARCH INTEGRITY*, 1., 2000. *Electronic proceedings* [...]. 2002. Disponível em: [https://ori.hhs.gov/sites/default/files/conf\\_proceedings\\_11-19-00.pdf](https://ori.hhs.gov/sites/default/files/conf_proceedings_11-19-00.pdf). Acesso em: 14 abr. 2024.

STENECK, Nicholas H. Fostering integrity in research: definitions, current knowledge and future directions. *Science and Engineering Ethics*, v. 12, n. 1, 2006. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/7275253\\_Fostering\\_Integrity\\_in\\_Research\\_Definitions\\_Current\\_Knowledge\\_and\\_Future\\_Directions](https://www.researchgate.net/publication/7275253_Fostering_Integrity_in_Research_Definitions_Current_Knowledge_and_Future_Directions). Acesso em: 09 maio 2024.

STENECK, Nicholas H. *ORI Introduction to the responsible conduct of research*. USA: Department of Health and Human Services, 2007. Disponível em: <https://ori.hhs.gov/sites/default/files/rcrintro.pdf>. Acesso em: 17 out. 2022.

STENECK, Nicholas H.; SCHEETZ, Mary D. (ed.). Investigating research integrity. *In: ORI RESEARCH CONFERENCE ON RESEARCH INTEGRITY*, 1., 2000. *Electronic proceedings* [...]. 2002. Disponível em: [https://ori.hhs.gov/sites/default/files/conf\\_proceedings\\_11-19-00.pdf](https://ori.hhs.gov/sites/default/files/conf_proceedings_11-19-00.pdf). Acesso em: 14 out. 2022.

STENECK, Nicholas H.; MAYER, Tony; ANDERSON, Melissa; KLEINERT, Sabine. *The origin, objectives, and evolution of the World Conferences on Research Integrity*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2018. Disponível em: <https://wcrif.org/conferences/early-history/articles/origin-and-objectives>. Acesso em: 02 dez. 2022.

TERTIARY EDUCATION QUALITY AND STANDARDS AGENCY. *Understanding academic integrity*. 2021. Disponível em: <https://www.teqsa.gov.au/understanding-academic-integrity>. Acesso em: 01 nov. 2022.

TRIBUNAL INTERNACIONAL DE NUREMBERG. *Código de Nuremberg*. Nuremberg: [s.n.], 1947. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bioetica/nuremcod.htm>. Acesso em: 11 out. 2022.

TURNITIN BRASIL. *O que é integridade acadêmica?: e por que o tema é tão importante?: um guia gratuito da Turnitin*. [S.l.]: Turnitin, 2021. E-book.

UK RESEARCH AND INNOVATION. *UKRI policy and guidelines on governance of good research conduct*. London: UKRI, 2013. Disponível em: <https://www.ukri.org/wp-content/uploads/2021/03/UKRI-050321-PolicyGuidelinesGovernanceOfGoodResearchConduct.pdf>. Acesso em: 24 maio 2024.

UK RESEARCH AND INNOVATION. *Who we are*. London: UKRI, 2021. Disponível em: <https://www.ukri.org/about-us/who-we-are/>. Acesso em: 24 maio 2024.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. [*Home do PPGCI*]. Brasília: UnB, 2024. Disponível em: <http://ppgconf.fci.unb.br/pt/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Guia de boas práticas científicas*. São Paulo: USP, 2023. Disponível em: [https://prpi.usp.br/wp-content/uploads/sites/1239/2023/05/Guia\\_Boas\\_Praticas-2ed.pdf](https://prpi.usp.br/wp-content/uploads/sites/1239/2023/05/Guia_Boas_Praticas-2ed.pdf). Acesso em: 17 jun. 2024.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. [*Home do PPGCI*]. São Paulo: USP, 2024. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/pos/programa-de-pos-graduacao-em-ciencia-da-informacao>. Acesso em: 17 jun. 2024.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. [*Home do PPGCI em Mestrado Profissional*]. São Paulo: USP, 2024. Disponível em: <https://www3.eca.usp.br/pos/ppgci/mestrado-profissional>. Acesso em: 17 jun. 2024.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação. *Boas práticas em pesquisa*. São Paulo: USP, 2024. Disponível em: <https://prpi.usp.br/pesquisa/boas-praticas-em-pesquisa/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. [*Home do PPGINFO*]. Santa Catarina: UDESC, 2024. Disponível em: <https://www.udesc.br/faed/ppginfo>. Acesso em: 18 jun. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. [*Home do PPGCI*]. Londrina: UEL, 2024. Disponível em: <https://pos.uel.br/ppgci/>. Acesso em: 18 jun. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO – MARÍLIA. *Instrução Normativa PPGCI nº 20/2021: ética em pesquisa*. Marília: UNESP, 2021. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/instrucao\\_normativa\\_ppgci\\_20\\_2021---etica\\_pesquisa.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/instrucao_normativa_ppgci_20_2021---etica_pesquisa.pdf). Acesso em: 20 jun. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO – MARÍLIA. [*Home do PPGCI*]. Marília: UNESP, 2024. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/#!/posci/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. [*Home do PPGCI*]. Salvador: UFBA, 2024. Disponível em: <https://ppgci.ufba.br/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - JOÃO PESSOA. [*Home do PPGCI*]. João Pessoa: UFPB-JP, 2024. Disponível em: [https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/programa/portal.jsf?lc=pt\\_BR&id=1871](https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/programa/portal.jsf?lc=pt_BR&id=1871). Acesso em: 20 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. [*Home do PPGCI*]. Maceió: UFAL, 2024. Disponível em: <https://ichca.ufal.br/pt-br/pos-graduacao/ciencia-da-informacao>. Acesso em: 21 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. [*Home do PPGCI*]. Belo Horizonte: UFMG, 2024. Disponível em: <https://ppgci.eci.ufmg.br/>. Acesso em: 21 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *[Home do PPGGOC]*. Belo Horizonte: UFMG, 2024. Disponível em: <https://ppggoc.eci.ufmg.br/>. Acesso em: 21 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. *[Home do PPGCI]*. Recife: UFPE, 2024. Disponível em: <https://www.ufpe.br/ppgci>. Acesso em: 22 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Guia de Integridade Científica da UFSC. Santa Catarina: UFSC, 2023. Disponível em: Acesso em: 22 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *[Home do PPGCI]*. Santa Catarina: UFSC, 2024. Disponível em: <https://pgcin.ufsc.br/>. Acesso em: 22 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. *[Home do PPGCI]*. São Carlos: UFSCar, 2024. Disponível em: <https://www.ppgci.ufscar.br/pt-br>. Acesso em: 24 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. *[Home do PPGCI]*. Fortaleza: UFC, 2024. Disponível em: <https://ppgci.ufc.br/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. *[Home do PPGCI]*. Espírito Santo: UFES, 2024. Disponível em: <https://cienciadainformacao.ufes.br/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. *[Home do PPGCI]*. São Luís: UFMA, 2024. Disponível em: [https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/programa/apresentacao\\_stricto.jsf?lc=pt\\_BR&idPrograma=1903](https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/programa/apresentacao_stricto.jsf?lc=pt_BR&idPrograma=1903). Acesso em: 25 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. *[Home do PPGCI]*. Belém: UFPA, 2024. Disponível em: <https://ppgci.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/apresentacao>. Acesso em: 25 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Bibliotecas e Informação. *Fator de impacto: você sabe como descobrir o fator de impacto de uma publicação?*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2020. Disponível em: <https://www.sibi.ufrj.br/index.php/inicio/367-fator-de-impacto-voce-sabe-como-descobrir-o-fator-de-impacto-de-uma-publicacao>. Acesso em: 28 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Instituto de Bioquímica Médica. *Disciplinas*. Rio de Janeiro: IBqM: UFRJ, 2024. Disponível em: <http://www.bioqmed.ufrj.br/quimica-biologica/disciplinas#lista-disciplinas>. Acesso em: 11 jul. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *[Home do PPGCI]*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2024. Disponível em: <https://www.ppgci.ufrj.br/pt/>. Acesso em: 27 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. [Home do PPGCI]. Natal: UFRN, 2024. Disponível em: [https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/programa/apresentacao.jsf?lc=pt\\_BR&id=1617](https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/programa/apresentacao.jsf?lc=pt_BR&id=1617). Acesso em: 27 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. [Home do PPGCIN]. Porto Alegre: UFRGS, 2024. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ppgcin/>. Acesso em: 27 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. [Home do PPGCI]. Niterói: UFF, 2024. Disponível em: <http://ppgci-uff.com.br/>. Acesso em: 29 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FUMEC. [Home do PPGTICGC]. Minas Gerais: FUMEC, 2024. Disponível em: <https://www.fumec.br/pos-graduacao-em-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao-e-gestao-do-conhecimento/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Ética em pesquisa: a questão do plágio. In: SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da (org.). *Direito autoral, propriedade intelectual e plágio*. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 191-211. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/15656/3/direito\\_autoral\\_propriedade\\_intelectual\\_plagio\\_RI.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/15656/3/direito_autoral_propriedade_intelectual_plagio_RI.pdf). Acesso em: 07 jul. 2022.

VASCONCELOS, Sonia M. R. O plágio na comunidade científica: questões culturais e linguísticas. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 59, n. 3, p. 4-5, set. 2007. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v59n3/a02v59n3.pdf>. Acesso em: 02 maio 2024.

VASCONCELOS, Sonia M. R. Integridade e conduta responsável na pesquisa: grandes desafios. *Pesquisa FAPESP*, n. 200, out. 2012. Disponível em: [https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2012/10/058-059\\_artigos\\_200.pdf](https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2012/10/058-059_artigos_200.pdf). Acesso em: 09 maio 2024.

VASCONCELOS, S. M. R. Integridade em pesquisa e o papel institucional: the time has come!. *SciELO em Perspectiva*, set. 2013. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2013/09/19/integridade-em-pesquisa-e-o-papel-institucional-the-time-has-come/>. Acesso em: 13 abr. 2024.

VASCONCELOS, Sonia M. R. *et al.* Discussing plagiarism in Latin American science: Brazilian researchers begin to address an ethical issue. *EMBO Reports*, v. 10, n. 7, 2009. Disponível em: <https://www.embopress.org/doi/epdf/10.1038/embor.2009.134>. Acesso em: 05 abr. 2022.

VASCONCELOS, Sonia M. R. *et al.* Brazilian science and research integrity: where are we? what next?. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, Rio de Janeiro, v. 87, n. 2, p. 1259-1269, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aabc/v87n2/0001-3765-aabc-87-02-01259.pdf>. Acesso em: 05 out. 2019.

VENTURA, Miriam; OLIVEIRA, Suelen Carlos de. Integridade e ética na pesquisa e na publicação científica. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 38, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/MYwqWtW9WLN36pd5LffBG9x/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 03 set. 2024.

VILAÇA, Murilo M. Más condutas científicas: uma abordagem crítico-comparativa para in-formar uma reflexão sobre o tema. *Revista Brasileira de Educação*, v. 20, n. 60, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/CkvpTffVyh7SS9LKPLZQ4gJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 fev. 2022.

VILELA, Evaldo Ferreira; SANTOS, Luiz Henrique; DELLAGOSTIN, Odir Antônio. A importância das políticas de ética e originalidade na pesquisa acadêmica. *In: WEBINAR TURNITIN BRASIL. Electronic proceedings [...]. [S.l.]: Turnitin, 2021.* Disponível em: <https://www.turnitin.com/pt/events/virtual/a-importancia-das-politicas-de-etica-e-originalidade-na-pesquisa-academica>. Acesso em: 02 maio 2024.

WAGER, E.; KLEINERT, S. Cooperation between research institutions and journals on research integrity cases: guidance from the Committee on Publication Ethics (COPE). *Acta Informatica Medica*, v. 20, n. 3, 2012. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3541569/pdf/AIM-20-136.pdf>. Acesso em: 28 maio 2024.

WATANABE, Edson H. A não linearidade entre a reação de quem copia e de quem é copiado. *Estudos Avançados*, v. 28, n. 80, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/nK8hJW4sGDqpYTNHbJjv5Ns/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 23 jun. 2022.

WORLD CONFERENCE ON RESEARCH INTEGRITY, 4., 2015, Rio de Janeiro. *Electronic proceedings [...].* Rio de Janeiro: WCRI, 2015. Disponível em: <https://wcrif.org/wcri2015>. Acesso em: 06 dez. 2022.

WORLD CONFERENCE ON RESEARCH INTEGRITY, 5., 2017, Amsterdam. *Electronic proceedings [...].* Amsterdam: WCRI, 2017. Disponível em: <https://wcrif.org/2017-program/20147-amsterdam-agenda>. Acesso em: 10 dez. 2022.

WORLD CONFERENCE ON RESEARCH INTEGRITY, 7., 2022, Cidade do Cabo. *Electronic proceedings [...].* Cidade do Cabo: WCRI, 2022. Disponível em: <https://wcri2022.org/>. Acesso em: 10 maio 2024.

WORLD CONFERENCE ON RESEARCH INTEGRITY, 8., 2024, Atenas. *Electronic proceedings [...].* Atenas: WCRI, 2024a. Disponível em: <https://wcri2024.org/>. Acesso em: 18 jul. 2024.

WORLD CONFERENCE ON RESEARCH INTEGRITY, 8., 2024, Atenas. *Electronic proceedings [...].* Atenas: WCRI, 2024b. Disponível em: <https://wcri2024.org/focus-track/>. Acesso em: 15 out. 2024.

WORLD CONFERENCES ON RESEARCH INTEGRITY FOUNDATION. *Mission.* Amsterdam: WCRIF, 2021. Disponível em: <https://wcrif.org/foundation/mission>. Acesso em: 06 out. 2022.

WORLD CONFERENCES ON RESEARCH INTEGRITY FOUNDATION. *Amsterdam*

*Agenda*. Amsterdam: WCRIF, 2021. Disponível em:  
<https://wcrif.org/guidance/amsterdam-agenda>. Acesso em: 13 set. 2024.

ZIMAN, J. *Conhecimento público*. São Paulo: [s.n.], 1979.

ZIMAN, J. *A força do conhecimento*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

### APÊNDICE A - Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil

Este apêndice apresenta uma listagem dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCIs) brasileiros com os seguintes metadados: Instituição de Ensino, Sigla, Unidade Federativa, Nome do Programa em Ciência da Informação, Número de cursos de Mestrado e Doutorado Acadêmicos, Número de cursos de Mestrado Profissional e Capes Conceito - Avaliação Quadrienal 2017-2020 disponibilizados na Plataforma Sucupira da Capes .

Esses metadados foram coletados em 06 de maio de 2024<sup>40</sup>.

| IES*                                       | Sigla | UF** | Nome do Programa em Ciência da Informação | Nº de cursos de ME*** | Nº de cursos de DO**** | Nº de cursos de ME/DO***** | Nº de cursos de MP***** | Capes Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020 |
|--|-------|------|---|-----------------------|------------------------|----------------------------|-------------------------|---|
| 1 Fundação Casa de Rui Barbosa             | FCRB  | RJ   | Memória e Acervos                         | 0                     | 0                      | 0                          | 1                       | 4   |
| 2 Fundação Universidade Federal de Sergipe | UFS   | SE   | Ciência da Informação                     | 0                     | 0                      | 0                          | 1                       | 4   |
| 3 Universidade de Brasília                 | UNB   | DF   | Ciências da Informação                    | 0                     | 0                      | 1                          | 0                       | 5   |
| 4 Universidade de São Paulo                | USP   | SP   | Ciência da Informação                     | 0                     | 0                      | 1                          | 0                       | 4   |
|  |       |      | Gestão da Informação                      | 0                     | 0                      | 0                          | 1                       | 4   |

<sup>40</sup> Disponível em:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativos.html?areaAvaliacao=31&areaConhecimento=60700009>. Acesso em: 06 maio 2024.

|  |         |    |                                      |   |   |   |   |   |
|--|---------|----|--------------------------------------|---|---|---|---|---|
| 5 Universidade do Estado de Santa Catarina                         | UDESC   | SC | Gestão da Informação                 | 0 | 0 | 0 | 1 | 4 |
| 6 Universidade Estadual de Londrina                                | UEL     | PR | Ciência da Informação                | 0 | 0 | 1 | 0 | 4 |
| 7 Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Marília | UNESP   | SP | Ciência da Informação                | 0 | 0 | 1 | 0 | 7 |
| 8 Universidade Federal da Bahia                                    | UFBA    | BA | Ciência da Informação                | 0 | 0 | 1 | 0 | 4 |
| 9 Universidade Federal da Paraíba/ João Pessoa                     | UFPB-JP | PB | Ciência da Informação                | 0 | 0 | 1 | 0 | 4 |
| 10 Universidade Federal de Alagoas                                 | UFAL    | AL | Ciência da Informação                | 1 | 0 | 0 | 0 | A |
| 11 Universidade Federal de Minas Gerais                            | UFMG    | MG | Ciências da Informação               | 0 | 0 | 1 | 0 | 5 |
|  |         |    | Gestão & Organização do Conhecimento | 0 | 0 | 1 | 0 | 5 |
| 12 Universidade Federal de Pernambuco                              | UFPE    | PE | Ciência da Informação                | 0 | 0 | 1 | 0 | 5 |
| 13 Universidade Federal de Santa Catarina                          | UFSC    | SC | Ciência da Informação                | 0 | 0 | 1 | 0 | 5 |
| 14 Universidade Federal de São Carlos                              | UFSCAR  | SP | Ciência da Informação                | 1 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| 15 Universidade Federal do Ceará                                   | UFC     | CE | Ciência da Informação                | 1 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| 16 Universidade Federal do Espírito                                | UFES    | ES | Ciência da Informação                | 1 | 0 | 0 | 0 | 3 |

|  |       |    |   |   |   |   |   |   |
|--|-------|----|---|---|---|---|---|---|
| Santo  |       |    |   |   |   |   |   |   |
| 17 Universidade Federal do Maranhão            | UFMA  | MA | Ciência da Informação - PROGCIN                                 | 0 | 0 | 0 | 1 | A |
| 18 Universidade Federal do Pará                | UFPA  | PA | Ciência da Informação   | 0 | 0 | 1 | 0 | 4 |
| 19 Universidade Federal do Rio de Janeiro      | UFRJ  | RJ | Ciência da Informação - IBICT / UFRJ*****                       | 0 | 0 | 1 | 0 | 6 |
| 20 Universidade Federal do Rio Grande do Norte | UFRN  | RN | Ciência da Informação   | 0 | 0 | 0 | 1 | 4 |
| 21 Universidade Federal do Rio Grande do Sul   | UFRGS | RS | Ciência da Informação   | 1 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| 22 Universidade Federal Fluminense             | UFF   | RJ | Ciência da Informação   | 0 | 0 | 1 | 0 | 4 |
| 23 Universidade FUMEC                          | FUMEC | MG | Tecnologia da Informação e Comunicação e Gestão do Conhecimento | 0 | 0 | 1 | 0 | 4 |

**\*IES: Instituição de Ensino**

**\*\*UF: Unidade Federativa**

**\*\*\*ME: Mestrado Acadêmico**

**\*\*\*\*DO: Doutorado Acadêmico**

**\*\*\*\*\*ME/DO: Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico**

**\*\*\*\*\*MP: Mestrado Profissional**

**\*\*\*\*\*Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)**

**Nota:** Não foi inserido no quadro **Doutorado Profissional (DP)**, por não existir até a data da pesquisa, nenhum Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil que contemple o referido curso. Todavia, cabe ressaltar que na Plataforma Sucupira, há informação inerente a existência de um curso de Doutorado Profissional do PPGCI da Fundação Universidade Federal de Sergipe, em projeto.

**Fonte:** Documento elaborado com base nos dados disponíveis na Plataforma Sucupira. Dados coletados em: 06 jun. 2024.

Disponível

em:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativos.html?areaAvaliacao=31&areaConhecimento=60700009>. Acesso em: 06 maio 2024.

## APÊNDICE B - Fichamento dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil com dispositivos normativos sobre integridade em pesquisa

Nesta parte da pesquisa são apresentados fichamentos com os metadados relativos aos dispositivos normativos acerca da integridade ou ética em pesquisa, como códigos, manuais, normas, diretrizes, guias, instruções normativas, entre outros documentos disponibilizados nos *sites* dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCIs) brasileiros.

Esses metadados foram coletados no período de 16 a 30 de maio de 2024 e a partir dessas informações caracterizaram-se os PPGCIs que dispõem dispositivos normativos atinentes à integridade em pesquisa em seus Programas.

| <b>FUNDAÇÃO CASA RUI BARBOSA (FCRB)</b>                    |   |
|--|---|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>           | Memória e Acervos   |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>     | 4   |
| <b>Dispositivo normativo sobre integridade em pesquisa</b> | Não   |
| <b>Tipo</b>  | -   |
| <b>Título da publicação</b>                                | -   |
| <b>Data da publicação</b>                                  | -   |
| <b>Site do dispositivo normativo</b>                       | -   |
| <b>Site do PPGCI</b>                                       | <a href="http://mestrado.casaruibarbosa.gov.br">http://mestrado.casaruibarbosa.gov.br</a> |

| <b>FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)</b>      |                       |
|--|-----------------------|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>           | Ciência da Informação |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>     | 4                     |
| <b>Dispositivo normativo sobre integridade em pesquisa</b> | Não                   |
| <b>Tipo</b>  | -                     |
| <b>Título da publicação</b>                                | -                     |
| <b>Data da publicação</b>                                  | -                     |
| <b>Site do dispositivo</b>                                 | -                     |

|                      |   |
|----------------------|---|
| <b>normativo</b>     |   |
| <b>Site do PPGCI</b> | <a href="https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/programa/apresentacao.jsf?lc=pt_BR&amp;id=1051">https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/programa/apresentacao.jsf?lc=pt_BR&amp;id=1051</a> |

| <b>UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)</b>                      |   |
|--|---|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>           | Ciências da Informação  |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>     | 5   |
| <b>Dispositivo normativo sobre integridade em pesquisa</b> | Não   |
| <b>Tipo</b>  | -   |
| <b>Título da publicação</b>                                | -   |
| <b>Data da publicação</b>                                  | -   |
| <b>Site do dispositivo normativo</b>                       | -   |
| <b>Site do PPGCI</b>                                       | <a href="http://ppgcinf.fci.unb.br/pt/">http://ppgcinf.fci.unb.br/pt/</a> |

| <b>UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)</b>                     |   |
|--|---|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>           | Ciência da Informação   |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>     | 4   |
| <b>Dispositivo normativo sobre integridade em pesquisa</b> | Sim   |
| <b>Tipo</b>  | Guia  |
| <b>Título da publicação</b>                                | Guia de Boas Práticas Científicas   |
| <b>Data da publicação</b>                                  | 2023  |
| <b>Site do dispositivo normativo</b>                       | <a href="https://prpi.usp.br/wp-content/uploads/sites/1239/2023/05/Guia_Boas_Praticas-2ed.pdf">https://prpi.usp.br/wp-content/uploads/sites/1239/2023/05/Guia_Boas_Praticas-2ed.pdf</a> |
| <b>Site do PPGCI</b>                                       | <a href="https://www.eca.usp.br/pos/programa-de-pos-graduacao-em-ciencia-da-informacao">https://www.eca.usp.br/pos/programa-de-pos-graduacao-em-ciencia-da-informacao</a>               |

| <b>UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)</b>                     |   |
|--|---|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>           | Gestão da Informação  |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>     | 4   |
| <b>Dispositivo normativo sobre integridade em pesquisa</b> | Sim   |
| <b>Tipo</b>  | Guia  |
| <b>Título da publicação</b>                                | Guia de Boas Práticas Científicas   |
| <b>Data da publicação</b>                                  | 2023  |
| <b>Síte do dispositivo normativo</b>                       | <a href="https://prpi.usp.br/wp-content/uploads/sites/1239/2023/05/Guia_Boas_Praticas-2ed.pdf">https://prpi.usp.br/wp-content/uploads/sites/1239/2023/05/Guia_Boas_Praticas-2ed.pdf</a> |
| <b>Síte do PPGCI</b>                                       | <a href="https://www3.eca.usp.br/pos/ppgci/mestrado-profissional">https://www3.eca.usp.br/pos/ppgci/mestrado-profissional</a>   |

| <b>UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UDESC)</b>    |   |
|--|---|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>           | Gestão da Informação  |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>     | 4   |
| <b>Dispositivo normativo sobre integridade em pesquisa</b> | Não   |
| <b>Tipo</b>  | -   |
| <b>Título da publicação</b>                                | -   |
| <b>Data da publicação</b>                                  | -   |
| <b>Síte do dispositivo normativo</b>                       | -   |
| <b>Síte do PPGCI</b>                                       | <a href="https://www.udesc.br/faed/ppginfo">https://www.udesc.br/faed/ppginfo</a> |

| <b>UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL)</b>             |   |
|--|---|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>           | Ciência da Informação   |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>     | 4   |
| <b>Dispositivo normativo sobre integridade em pesquisa</b> | Não   |
| <b>Tipo</b>  | -   |
| <b>Título da publicação</b>                                | -   |
| <b>Data da publicação</b>                                  | -   |
| <b>Site do dispositivo normativo</b>                       | -   |
| <b>Site do PPGCI</b>                                       | <a href="https://pos.uel.br/ppgci/">https://pos.uel.br/ppgci/</a> |

| <b>UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO – MARÍLIA (UNESP)</b> |   |
|---|---|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>                                | Ciência da Informação   |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>                          | 7   |
| <b>Dispositivo normativo sobre integridade em pesquisa</b>                      | Sim   |
| <b>Tipo</b>   | Instrução Normativa   |
| <b>Título da publicação</b>   | Instrução Normativa PPGCI nº 20/2021<br>Ética em Pesquisa   |
| <b>Data da publicação</b>   | 2021  |
| <b>Site do dispositivo normativo</b>  | <a href="https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/instrucao_normativa_ppgci_20_2021--etica_pesquisa.pdf">https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/instrucao_normativa_ppgci_20_2021--etica_pesquisa.pdf</a> |
| <b>Site do PPGCI</b>  | <a href="https://www.marilia.unesp.br/#!/posci/">https://www.marilia.unesp.br/#!/posci/</a>   |

| <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)</b>                |                       |
|--|-----------------------|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>           | Ciência da Informação |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>     | 4                     |
| <b>Dispositivo normativo sobre integridade em pesquisa</b> | Não                   |
| <b>Tipo</b>  | -                     |
| <b>Título da publicação</b>                                | -                     |

|                                      |   |
|--------------------------------------|---|
| <b>Data da publicação</b>            | -   |
| <b>Site do dispositivo normativo</b> | -   |
| <b>Site do PPGCI</b>                 | <a href="https://ppgci.ufba.br/">https://ppgci.ufba.br/</a> |

| <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/ JOÃO PESSOA (UFPB-JP)</b> |   |
|---|---|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>              | Ciência da Informação   |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>        | 4   |
| <b>Dispositivo normativo sobre integridade em pesquisa</b>    | Não   |
| <b>Tipo</b>   | -   |
| <b>Título da publicação</b>                                   | -   |
| <b>Data da publicação</b>                                     | -   |
| <b>Site do dispositivo normativo</b>                          | -   |
| <b>Site do PPGCI</b>  | <a href="https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/programa/portal.jsf?lc=pt_BR&amp;id=1871">https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/programa/portal.jsf?lc=pt_BR&amp;id=1871</a> |

| <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)</b>              |   |
|--|---|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>           | Ciência da Informação   |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>     | A   |
| <b>Dispositivo normativo sobre integridade em pesquisa</b> | Não   |
| <b>Tipo</b>  | -   |
| <b>Título da publicação</b>                                | -   |
| <b>Data da publicação</b>                                  | -   |
| <b>Site do dispositivo normativo</b>                       | -   |
| <b>Site do PPGCI</b>                                       | <a href="https://ichca.ufal.br/pt-br/pos-graduacao/ciencia-da-informacao">https://ichca.ufal.br/pt-br/pos-graduacao/ciencia-da-informacao</a> |

| <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)</b>     |                        |
|--|------------------------|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>       | Ciências da Informação |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b> | 5                      |

|  |   |
|--|---|
| <b>Dispositivo normativo sobre integridade em pesquisa</b> | Não   |
| <b>Tipo</b>  | -   |
| <b>Título da publicação</b>                                | -   |
| <b>Data da publicação</b>                                  | -   |
| <b>Síte do dispositivo normativo</b>                       | -   |
| <b>Síte do PPGCI</b>                                       | <a href="https://ppgci.eci.ufmg.br/">https://ppgci.eci.ufmg.br/</a> |

| <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)</b>         |   |
|--|---|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>           | Gestão & Organização do Conhecimento                                  |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>     | 5   |
| <b>Dispositivo normativo sobre integridade em pesquisa</b> | Não   |
| <b>Tipo</b>  | -   |
| <b>Título da publicação</b>                                | -   |
| <b>Data da publicação</b>                                  | -   |
| <b>Síte do dispositivo normativo</b>                       | -   |
| <b>Síte do PPGCI</b>                                       | <a href="https://ppggoc.eci.ufmg.br/">https://ppggoc.eci.ufmg.br/</a> |

| <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)</b>           |   |
|--|---|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>           | Ciência da Informação   |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>     | 5   |
| <b>Dispositivo normativo sobre integridade em pesquisa</b> | Não   |
| <b>Tipo</b>  | -   |
| <b>Título da publicação</b>                                | -   |
| <b>Data da publicação</b>                                  | -   |
| <b>Síte do dispositivo normativo</b>                       | -   |
| <b>Síte do PPGCI</b>                                       | <a href="https://www.ufpe.br/ppgci">https://www.ufpe.br/ppgci</a> |

| <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)</b>   |                       |
|--|-----------------------|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>       | Ciência da Informação |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b> | 5                     |

|  |   |
|--|---|
| <b>Dispositivo normativo sobre integridade em pesquisa</b> | Sim   |
| <b>Tipo</b>  | Guia  |
| <b>Título da publicação</b>                                | Guia de Integridade Científica da UFSC  |
| <b>Data da publicação</b>                                  | 2023  |
| <b>Site do dispositivo normativo</b>                       | <a href="https://pgcin.paginas.ufsc.br/files/2023/08/Guia-de-Integridade-Cient%C3%ADfica-da-UFSC1.pdf">https://pgcin.paginas.ufsc.br/files/2023/08/Guia-de-Integridade-Cient%C3%ADfica-da-UFSC1.pdf</a> |
| <b>Site do PPGCI</b>                                       | <a href="https://pgcin.ufsc.br/">https://pgcin.ufsc.br/</a>   |

| <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR)</b>         |   |
|--|---|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>           | Ciência da Informação   |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>     | 4   |
| <b>Dispositivo normativo sobre integridade em pesquisa</b> | Não   |
| <b>Tipo</b>  | -   |
| <b>Título da publicação</b>                                | -   |
| <b>Data da publicação</b>                                  | -   |
| <b>Site do dispositivo normativo</b>                       | -   |
| <b>Site do PPGCI</b>                                       | <a href="https://www.ppgci.ufscar.br/pt-br">https://www.ppgci.ufscar.br/pt-br</a> |

| <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)</b>                 |   |
|--|---|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>           | Ciência da Informação                                     |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>     | 3   |
| <b>Dispositivo normativo sobre integridade em pesquisa</b> | Não   |
| <b>Tipo</b>  | -   |
| <b>Título da publicação</b>                                | -   |
| <b>Data da publicação</b>                                  | -   |
| <b>Site do dispositivo normativo</b>                       | -   |
| <b>Site do PPGCI</b>                                       | <a href="https://ppgci.ufc.br/">https://ppgci.ufc.br/</a> |

| <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)</b>       |   |
|--|---|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>           | Ciência da Informação   |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>     | 3   |
| <b>Dispositivo normativo sobre integridade em pesquisa</b> | Não   |
| <b>Tipo</b>  | -   |
| <b>Título da publicação</b>                                | -   |
| <b>Data da publicação</b>                                  | -   |
| <b>Site do dispositivo normativo</b>                       | -   |
| <b>Site do PPGCI</b>                                       | <a href="https://cienciainformacao.ufes.br/">https://cienciainformacao.ufes.br/</a> |

| <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)</b>             |   |
|--|---|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>           | Ciência da Informação - PROGGIN   |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>     | A   |
| <b>Dispositivo normativo sobre integridade em pesquisa</b> | Não   |
| <b>Tipo</b>  | -   |
| <b>Título da publicação</b>                                | -   |
| <b>Data da publicação</b>                                  | -   |
| <b>Site do dispositivo normativo</b>                       | -   |
| <b>Site do PPGCI</b>                                       | <a href="https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/programa/apresentacao_stricto.jsf?lc=pt_BR&amp;idPrograma=1903">https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/programa/apresentacao_stricto.jsf?lc=pt_BR&amp;idPrograma=1903</a> |

| <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)</b>       |                       |
|--|-----------------------|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b> | Ciência da Informação |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação</b>                | 4                     |

|  |   |
|--|---|
| <b>Quadrienal 2017-2020</b>                                |   |
| <b>Dispositivo normativo sobre integridade em pesquisa</b> | Não   |
| <b>Tipo</b>  | -   |
| <b>Título da publicação</b>                                | -   |
| <b>Data da publicação</b>                                  | -   |
| <b>Site do dispositivo normativo</b>                       | -   |
| <b>Site do PPGCI</b>                                       | <a href="https://ppgci.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/apresentacao">https://ppgci.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/apresentacao</a> |

| <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)</b>       |   |
|--|---|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>           | Ciência da Informação – IBCT / UFRJ                                       |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>     | 6   |
| <b>Dispositivo normativo sobre integridade em pesquisa</b> | Não   |
| <b>Tipo</b>  | -   |
| <b>Título da publicação</b>                                | -   |
| <b>Data da publicação</b>                                  | -   |
| <b>Site do dispositivo normativo</b>                       | -   |
| <b>Site do PPGCI</b>                                       | <a href="https://www.ppgci.ufrj.br/pt/">https://www.ppgci.ufrj.br/pt/</a> |

| <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)</b>  |   |
|--|---|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>           | Ciência da Informação   |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>     | 4   |
| <b>Dispositivo normativo sobre integridade em pesquisa</b> | Não   |
| <b>Tipo</b>  | -   |
| <b>Título da publicação</b>                                | -   |
| <b>Data da publicação</b>                                  | -   |
| <b>Site do dispositivo normativo</b>                       | -   |
| <b>Site do PPGCI</b>                                       | <a href="https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/programa/apresentacao.jsf?lc=pt_BR&amp;id=1617">https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/programa/apresentacao.jsf?lc=pt_BR&amp;id=1617</a> |

| <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)</b>   |   |
|--|---|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>           | Ciência da Informação   |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>     | 3   |
| <b>Dispositivo normativo sobre integridade em pesquisa</b> | Não   |
| <b>Tipo</b>  | -   |
| <b>Título da publicação</b>                                | -   |
| <b>Data da publicação</b>                                  | -   |
| <b>Site do dispositivo normativo</b>                       | -   |
| <b>Site do PPGCI</b>                                       | <a href="https://www.ufrgs.br/ppgcin/">https://www.ufrgs.br/ppgcin/</a> |

| <b>UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)</b>               |   |
|--|---|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>           | Ciência da Informação   |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>     | 4   |
| <b>Dispositivo normativo sobre integridade em pesquisa</b> | Não   |
| <b>Tipo</b>  | -   |
| <b>Título da publicação</b>                                | -   |
| <b>Data da publicação</b>                                  | -   |
| <b>Site do dispositivo normativo</b>                       | -   |
| <b>Site do PPGCI</b>                                       | <a href="http://ppgci-uff.com.br/">http://ppgci-uff.com.br/</a> |

| <b>UNIVERSIDADE FUMEC (FUMEC)</b>                          |   |
|--|---|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>           | Tecnologia da Informação e Comunicação e Gestão do Conhecimento   |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>     | 4   |
| <b>Dispositivo normativo sobre integridade em pesquisa</b> | Não   |
| <b>Tipo</b>  | -   |
| <b>Título da publicação</b>                                | -   |
| <b>Data da publicação</b>                                  | -   |
| <b>Site do dispositivo normativo</b>                       | -   |
| <b>Site do PPGCI</b>                                       | <a href="https://www.fumec.br/pos-graduacao-em-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao-e-gestao-do-conhecimento/">https://www.fumec.br/pos-graduacao-em-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao-e-gestao-do-conhecimento/</a> |

### APÊNDICE C - Fichamento dos Programas De Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil que oferecem disciplinas sobre integridade em pesquisa ou congêneres

Neste apêndice são demonstrados fichamentos com os metadados dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCIs) brasileiros pertinentes às disciplinas sobre integridade em pesquisa ou temática similar que se encontram em vigor e compiladas na Plataforma Sucupira da Capes<sup>41</sup>.

Esses metadados foram coletados no período de 06 a 30 de junho de 2024. A partir dessas informações, identificaram-se os PPGCIs que incluem disciplinas sobre integridade em pesquisa ou congêneres em suas matrizes curriculares.

Ressalta-se, ainda, que os termos alusivos à integridade em pesquisa ou assuntos correlatos, encontram-se sublinhados.

| <b>FUNDAÇÃO CASA RUI BARBOSA (FCRB)</b>                       |                   |
|---|-------------------|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>              | Memória e Acervos |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>        | 4                 |
| <b>Disciplina sobre integridade em pesquisa ou congêneres</b> | Não               |
| <b>Nome da disciplina</b>                                     | -                 |
| <b>Obrigatória</b>  | -                 |
| <b>Nível</b>  | -                 |
| <b>Data de início</b>   | -                 |
| <b>Ementa</b>   | -                 |

| <b>FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)</b>         |                       |
|---|-----------------------|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>              | Ciência da Informação |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>        | 4                     |
| <b>Disciplina sobre integridade em pesquisa ou congêneres</b> | Não                   |

<sup>41</sup> Disponível em:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/disciplina/listaDisciplina.jsf;jsessionid=eyrFmoQVIXfd8tW7ctFQdoh5.sucupira-213>. Acesso em: 06-30 jun. 2024.

|                           |   |
|---------------------------|---|
| <b>Nome da disciplina</b> | - |
| <b>Obrigatória</b>        | - |
| <b>Nível</b>              | - |
| <b>Data de início</b>     | - |
| <b>Ementa</b>             | - |

| <b>UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)</b>                         |                        |
|---|------------------------|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>              | Ciências da Informação |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>        | 5                      |
| <b>Disciplina sobre integridade em pesquisa ou congêneres</b> | Não                    |
| <b>Nome da disciplina</b>                                     | -                      |
| <b>Obrigatória</b>  | -                      |
| <b>Nível</b>  | -                      |
| <b>Data de início</b>   | -                      |
| <b>Ementa</b>   | -                      |

| <b>UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)</b>                        |   |
|---|---|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>              | Ciência da Informação   |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>        | 4   |
| <b>Disciplina sobre integridade em pesquisa ou congêneres</b> | Sim   |
| <b>Nome da disciplina</b>                                     | Plágio no contexto da integridade científica  |
| <b>Obrigatória</b>  | Não   |
| <b>Nível</b>  | Mestrado e Doutorado Acadêmicos   |
| <b>Data de início</b>   | 07/05/2018  |
| <b>Ementa</b>   | Capacitar estudantes e pesquisadores para <u>compreenderem e prevenirem a ocorrência do plágio no meio acadêmico, desenvolvendo a habilidade da escrita nas comunicações científicas e educacionais.</u> Para atingir tais objetivos, serão abordados temas teóricos relacionados <u>à origem, definição e legislação do plágio e temas práticos, como níveis de ocorrência, categorias de envolvimento, tipologia de</u> |

|  |  |
|--|--|
|  | <p><u>manifestação, recursos de detecção, procedimentos de prevenção, aplicação de penalidades e medidas de educação. 1. História e conceito do plágio acadêmico e da autoria científica. 2. Valores e convenções na ciência e na educação. 3. As novas tecnologias de informação e comunicação e a visibilidade do plágio. 4. Percepções dos estudantes, professores e autoridades universitárias com relação ao plágio no Brasil e no mundo. 5. Exemplos de plágio. 6. Taxonomia do plágio: níveis de ocorrência, categorias de envolvimento (intencional, acidental), tipologias de manifestação (literal, pastiche, plágio de fontes, conluio, autoplágio), recursos de detecção (software e técnicas de identificação de fraude autoral). 7. Plágio e Direitos Autorais. 8. Sanções e punições para o plagiador. 9. Perspectivas e tendências sobre o plágio acadêmico e a propriedade intelectual.</u></p> |
|--|--|

| <b>UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)</b>                        |  |
|---|--|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>              | Gestão da Informação   |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>        | 4  |
| <b>Disciplina sobre integridade em pesquisa ou congêneres</b> | Sim  |
| <b>Nome da disciplina</b>                                     | Direitos autorais no contexto da comunicação científica  |
| <b>Obrigatória</b>  | Não  |
| <b>Nível</b>  | Mestrado Profissional  |
| <b>Data de início</b>   | 03/07/2023   |
| <b>Ementa</b>   | <p>Objetivos: Capacitar estudantes e pesquisadores para compreenderem <u>os direitos autorais relacionados à comunicação científica</u>. Para atingir tais objetivos, serão abordados temas teóricos relacionados à <u>origem, definição e legislação dos direitos autorais no contexto da editoração e comunicação científica</u>. Justificativa: Os direitos autorais representam um</p> |

dos tópicos mais complexos, importantes e incompreendidos do sistema de comunicação e editoração científica. A compreensão do sistema de comunicação científica exige o entendimento do papel que os direitos autorais exercem nesse sistema. Os editores científicos precisam lidar diariamente com contratos de cessão e de licenças, o que requer um conhecimento especializado que frequentemente não faz parte de sua formação. Além disso, as bibliotecas universitárias e de pesquisa, que lidam com a gestão de documentos científicos e com repositórios institucionais, também lidam diariamente com a legislação de direitos autorais. Essa necessidade implica em treinamento adicional para os profissionais da informação. Por isso, o campo da ciência da informação já considera os direitos autorais como parte essencial de seu escopo, incluindo-os, inclusive, entre os demais saberes relacionados às competências informacionais.

Exemplo disso é que, em alguns países, há a figura do “bibliotecário de direitos autorais” (copyright librarian), que é o responsável por realizar a gestão dos direitos intelectuais nas instituições informacionais. Apesar disso, este é considerado um tema hermético e de difícil entrada, até mesmo entre pessoas da área jurídica, motivo pelo qual esta disciplina pode contribuir para a formação de recursos humanos habilitados para atuar neste tópico.

Conteúdo: A informação como objeto de direitos. Os direitos autorais no contexto das instituições informacionais. História, teorias e funções da comunicação científica. Modelos de comunicação científica. A formação do mercado da comunicação científica. O oligopólio das revistas comerciais. Economia da comunicação científica. Teorias e história dos direitos autorais no Brasil e no mundo. História da proteção das

|  |  |
|--|--|
|  | <p><u>obras científicas pelos direitos autorais.</u> O caso da propriedade científica. A proteção das obras científicas pelos direitos autorais e suas antinomias. <u>Direitos autorais nas bibliotecas digitais.</u> <u>Limitações aos direitos autorais.</u> Função social dos direitos autorais no contexto científico. <u>Direitos dos usuários das obras protegidas por direitos autorais.</u> O tratado de Marraqueche. Empréstimo Digital Controlado. O movimento do acesso aberto e as licenças públicas. <u>Critérios de autoria científica.</u> <u>Plágio e integridade científica.</u> Pirataria e compartilhamento de obras científicas. O caso Sci-Hub.</p> |
|--|--|

| UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UDESC)             |   |
|--|---|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>             | Gestão da Informação  |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>       | 4   |
| <b>Disciplina sobre integridade em pesquisa ou congênere</b> | Sim   |
| <b>Nome da disciplina</b>                                    | Tópicos avançados em gestão da informação: introdução à pesquisa científica na pós-graduação  |
| <b>Obrigatória</b>   | Não   |
| <b>Nível</b>   | Mestrado Profissional   |
| <b>Data de início</b>  | 17/02/2020  |
| <b>Ementa</b>  | <p>Avaliação da pós-graduação brasileira. Pesquisa científica. Fontes de informação para pesquisa científica. Levantamento Bibliográfico em fontes de informação eletrônicas. Indicadores bibliométricos. Gerenciadores bibliográficos. <u>Integridade da pesquisa científica e o plágio acadêmico.</u></p> |

| UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UDESC)       |   |
|--|---|
| Nome do Programa em Ciência da Informação              | Gestão da Informação  |
| CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020        | 4   |
| Disciplina sobre integridade em pesquisa ou congêneres | Sim   |
| Nome da disciplina                                     | Ética na gestão da informação   |
| Obrigatória  | Não   |
| Nível  | Mestrado Profissional   |
| Data de início   | 01/08/2022  |
| Ementa   | A consciência ética e suas implicações sociais, exercício profissional e <u>responsabilidade social</u> . <u>Reflexão sobre os fundamentos da ética na pesquisa</u> . <u>Propriedade Intelectual</u> . <u>Valores e princípios éticos no tratamento da informação</u> . |

| UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UDESC)       |   |
|--|---|
| Nome do Programa em Ciência da Informação              | Gestão da Informação  |
| CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020        | 4   |
| Disciplina sobre integridade em pesquisa ou congêneres | Sim   |
| Nome da disciplina                                     | Produção textual científica   |
| Obrigatória  | Não   |
| Nível  | Mestrado Profissional   |
| Data de início   | 08/08/2022  |
| Ementa   | Letramento e práticas de escrita para <u>produção textual</u> científica. Especificidades da produção textual científica. A função social da escrita. <u>Honestidade científica e rigor acadêmico</u> . A construção de sentidos no texto. Leitura, análise e produção de textos científicos. |

| <b>UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UDESC)</b>       |  |
|---|--|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>              | Gestão da Informação   |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>        | 4  |
| <b>Disciplina sobre integridade em pesquisa ou congêneres</b> | Sim  |
| <b>Nome da disciplina</b>                                     | Introdução à pesquisa científica na pós-graduação  |
| <b>Obrigatória</b>  | Não  |
| <b>Nível</b>  | Mestrado Profissional  |
| <b>Data de início</b>   | 01/08/2022   |
| <b>Ementa</b>   | <p>Pesquisa científica. O sistema de comunicação científica. Fontes de informação para pesquisa científica. Levantamento Bibliográfico em fontes de informação eletrônicas. Gerenciadores bibliográficos. <u>Integridade da pesquisa científica e o plágio acadêmico</u>. Princípios da Ciência Aberta. Sistemas de avaliação da pós-graduação brasileira.</p> |

| <b>UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL)</b>                |                       |
|---|-----------------------|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>              | Ciência da Informação |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>        | 4                     |
| <b>Disciplina sobre integridade em pesquisa ou congêneres</b> | Não                   |
| <b>Nome da disciplina</b>                                     | -                     |
| <b>Obrigatória</b>  | -                     |
| <b>Nível</b>  | -                     |
| <b>Data de início</b>   | -                     |
| <b>Ementa</b>   | -                     |

| <b>UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO – MARÍLIA (UNESP)</b> |  |
|---|--|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>                                | Ciência da Informação  |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>                          | 7  |
| <b>Disciplina sobre integridade em pesquisa ou congêneres</b>                   | Sim  |
| <b>Nome da disciplina</b>   | Preparação de artigos de periódicos: aspectos metodológicos e éticos   |
| <b>Obrigatória</b>  | Não  |
| <b>Nível</b>  | Mestrado e Doutorado Acadêmicos  |
| <b>Data de início</b>   | 24/05/2016   |
| <b>Ementa</b>   | Considerando a <u>produção da informação como um elemento inerente ao ambiente acadêmico, discutem-se os aspectos metodológicos e éticos que devem permear esse processo, em especial no que tange ao artigo de periódico</u> enquanto forma documental de maior prestígio científico internacional. |

| <b>UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO – MARÍLIA (UNESP)</b> |  |
|---|--|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>                                | Ciência da Informação  |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>                          | 7  |
| <b>Disciplina sobre integridade em pesquisa ou congêneres</b>                   | Sim  |
| <b>Nome da disciplina</b>   | Tópicos especiais em prática científica: indicadores e bases de dados  |
| <b>Obrigatória</b>  | Não  |
| <b>Nível</b>  | Mestrado e Doutorado Acadêmicos  |
| <b>Data de início</b>   | 12/09/2023   |
| <b>Ementa</b>   | <u>Princípios gerais da prática científica para a construção da pesquisa e seleção de periódicos, considerando aspectos éticos,</u> principais indicadores e bases de dados. |

| UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)                   |  |
|--|--|
| Nome do Programa em Ciência da Informação              | Ciência da Informação  |
| CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020        | 4  |
| Disciplina sobre integridade em pesquisa ou congêneres | Sim  |
| Nome da disciplina                                     | Infopolítica: direitos autorais e propriedade intelectual na Era da Informação   |
| Obrigatória  | Não  |
| Nível  | Doutorado Acadêmico  |
| Data de início   | 01/01/2012   |
| Ementa   | <p>O curso explora questões contemporâneas associadas ao sistema internacional de <u>propriedade intelectual</u>. <u>O direito autoral e as patentes são discutidos em seus aspectos econômicos e ideológicos</u>. As interrelações desse sistema com o chamado Sul Global são examinadas, sobretudo suas consequências sobre os países da América Latina, África e Ásia. Os desdobramentos de sua imposição legal sobre a sociedade e a cultura brasileiras são enfatizados. Questões contemporâneas sobre o sistema internacional de propriedade intelectual. O direito autoral e as patentes em seus aspectos políticos e econômicos. Impacto sobre o "Sul Global": América Latina, África e Ásia . <u>Desdobramentos da ideologia do direito autoral</u>. <i>Creative Commons</i>. <i>Copyright versus copyleft</i>. Pirataria. <i>Software livre</i>.</p> |

| UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/ JOÃO PESSOA (UFPB-JP) |                                 |
|--|---------------------------------|
| Nome do Programa em Ciência da Informação              | Ciência da Informação           |
| CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020        | 4                               |
| Disciplina sobre integridade em pesquisa ou congêneres | Sim                             |
| Nome da disciplina                                     | Ética e responsabilidade social |
| Obrigatória  | Não                             |

|                       |  |
|-----------------------|--|
| <b>Nível</b>          | Mestrado e Doutorado Acadêmicos  |
| <b>Data de início</b> | 17/09/2013   |
| <b>Ementa</b>         | <p>Ética e poder na sociedade da informação. <u>Ética na produção da ciência. Ética na difusão de informações e na produção do conhecimento. Responsabilidade social universitária, no ensino, na pesquisa e na extensão.</u></p> <p>Responsabilidade social, cidadania e diversidade. Ética e responsabilidade social na Biblioteconomia e Ciência da Informação.</p> |

| <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)</b>                |                       |
|--|-----------------------|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>             | Ciência da Informação |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>       | A                     |
| <b>Disciplina sobre integridade em pesquisa ou congênere</b> | Não                   |
| <b>Nome da disciplina</b>                                    | -                     |
| <b>Obrigatória</b>   | -                     |
| <b>Nível</b>   | -                     |
| <b>Data de início</b>  | -                     |
| <b>Ementa</b>  | -                     |

| <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)</b>           |                        |
|--|------------------------|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>             | Ciências da Informação |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>       | 5                      |
| <b>Disciplina sobre integridade em pesquisa ou congênere</b> | Não                    |
| <b>Nome da disciplina</b>                                    | -                      |
| <b>Obrigatória</b>   | -                      |
| <b>Nível</b>   | -                      |
| <b>Data de início</b>  | -                      |
| <b>Ementa</b>  | -                      |

| <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)</b>           |                                      |
|--|--------------------------------------|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>             | Gestão & Organização do Conhecimento |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>       | 5                                    |
| <b>Disciplina sobre integridade em pesquisa ou congênere</b> | Não                                  |
| <b>Nome da disciplina</b>                                    | -                                    |
| <b>Obrigatória</b>   | -                                    |
| <b>Nível</b>   | -                                    |
| <b>Data de início</b>  | -                                    |
| <b>Ementa</b>  | -                                    |

| <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)</b>             |                       |
|--|-----------------------|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>             | Ciência da Informação |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>       | 5                     |
| <b>Disciplina sobre integridade em pesquisa ou congênere</b> | Não                   |
| <b>Nome da disciplina</b>                                    | -                     |
| <b>Obrigatória</b>   | -                     |
| <b>Nível</b>   | -                     |
| <b>Data de início</b>  | -                     |
| <b>Ementa</b>  | -                     |

| <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)</b>         |   |
|--|---|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>             | Ciência da Informação   |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>       | 5   |
| <b>Disciplina sobre integridade em pesquisa ou congênere</b> | Sim   |
| <b>Nome da disciplina</b>                                    | Ética da informação   |
| <b>Obrigatória</b>   | Não   |
| <b>Nível</b>   | Mestrado e Doutorado Acadêmicos   |
| <b>Data de início</b>  | 01/01/2018  |
| <b>Ementa</b>  | Filosofia e ética da informação: constituição do domínio e pontos de vista. O objeto de uma ética da informação. Ética do conhecimento, da comunicação e da informação no |

|  |  |
|--|--|
|  | <p>pensamento contemporâneo; relações com a ética da computação. Ética da informação como expressão do uso público da razão. Ética intercultural, ética da natureza. <u>Informação científico-tecnológica e ética da pesquisa. Ética e política da informação.</u></p> |
|--|--|

| UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR)            |                       |
|--|-----------------------|
| Nome do Programa em Ciência da Informação              | Ciência da Informação |
| CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020        | 4                     |
| Disciplina sobre integridade em pesquisa ou congêneres | Não                   |
| Nome da disciplina                                     | -                     |
| Obrigatória  | -                     |
| Nível  | -                     |
| Data de início   | -                     |
| Ementa   | -                     |

| UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)                    |   |
|--|---|
| Nome do Programa em Ciência da Informação              | Ciência da Informação   |
| CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020        | 3   |
| Disciplina sobre integridade em pesquisa ou congêneres | Sim   |
| Nome da disciplina                                     | Redação científica  |
| Obrigatória  | Não   |
| Nível  | Mestrado Acadêmico  |
| Data de início   | 05/08/2022  |
| Ementa   | <p>Fundamentos teóricos e práticos sobre como comunicar um trabalho científico, em suas características, especificidades, estruturação e diferentes tipos de produção (artigo, relatório etc.), <u>além de aspectos éticos na escrita científica, como autoria e coautoria.</u> Reflexões sobre a pesquisa científica e sua divulgação por meio da escrita, suscitando considerações sobre a condução textual e</p> |

|  |   |
|--|---|
|  | argumentativa do aporte teórico com posicionamento crítico, entendimento e exercício do texto argumentativo, bem como a escritura de teorias aplicadas aos objetos de cada seção escrita. Planejamento, desenvolvimento, revisão, processo de construção (escolha do tema, preparativos) e componentes textuais (título, resumo, introdução, materiais e métodos, desenvolvimento, resultados, discussão, conclusão) na redação científica. |
|--|---|

| UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)         |   |
|---|---|
| Nome do Programa em Ciência da Informação             | Ciência da Informação   |
| CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020       | 3   |
| Disciplina sobre integridade em pesquisa ou congênere | Sim   |
| Nome da disciplina                                    | Pesquisa em Ciência da Informação   |
| Obrigatória   | Sim   |
| Nível   | Mestrado Acadêmico  |
| Data de início  | 26/03/2019  |
| Ementa  | <p><u>Produção do conhecimento científico</u> mediante a problematização, sistematização e elaboração teórica na perspectiva das Ciências Sociais Aplicadas e da Ciência da Informação. Métodos e técnicas avançadas de pesquisa em Ciência da Informação.</p> <p>Delineamentos de pesquisas quanto aos objetivos e aos dispositivos de produção de dados. <u>Ética na investigação científica.</u></p> |

| <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)</b>                |                                 |
|---|---------------------------------|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>              | Ciência da Informação - PROGCIN |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>        | A                               |
| <b>Disciplina sobre integridade em pesquisa ou congêneres</b> | Não                             |
| <b>Nome da disciplina</b>                                     | -                               |
| <b>Obrigatória</b>  | -                               |
| <b>Nível</b>  | -                               |
| <b>Data de início</b>   | -                               |
| <b>Ementa</b>   | -                               |

| <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)</b>                    |                       |
|---|-----------------------|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>              | Ciência da Informação |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>        | 4                     |
| <b>Disciplina sobre integridade em pesquisa ou congêneres</b> | Não                   |
| <b>Nome da disciplina</b>                                     | -                     |
| <b>Obrigatória</b>  | -                     |
| <b>Nível</b>  | -                     |
| <b>Data de início</b>   | -                     |
| <b>Ementa</b>   | -                     |

| <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)</b>          |   |
|---|---|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>              | Ciência da Informação – IBICT / UFRJ  |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>        | 6   |
| <b>Disciplina sobre integridade em pesquisa ou congêneres</b> | Sim   |
| <b>Nome da disciplina</b>                                     | Tópicos em ética da informação  |
| <b>Obrigatória</b>  | Não   |
| <b>Nível</b>  | Mestrado e Doutorado Acadêmicos   |
| <b>Data de início</b>   | 01/01/2012  |
| <b>Ementa</b>   | Filosofia e ética da informação: constituição do domínio e pontos de vista. O entendimento do que seja objeto de uma ética da informação: premissas, abordagens e |

|  |  |
|--|--|
|  | perspectivas. Ética do conhecimento, da comunicação e da informação no pensamento contemporâneo; relações com a ética da computação. Ética da informação como expressão do uso público da razão. Ética intercultural, ética da natureza. <u>Informação científico-tecnológica e ética da pesquisa. Ética e política da informação.</u> |
|--|--|

| <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)</b>     |                       |
|---|-----------------------|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>              | Ciência da Informação |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>        | 4                     |
| <b>Disciplina sobre integridade em pesquisa ou congêneres</b> | Não                   |
| <b>Nome da disciplina</b>                                     | -                     |
| <b>Obrigatória</b>  | -                     |
| <b>Nível</b>  | -                     |
| <b>Data de início</b>   | -                     |
| <b>Ementa</b>   | -                     |

| <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)</b>      |  |
|---|--|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>              | Ciência da Informação  |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>        | 3  |
| <b>Disciplina sobre integridade em pesquisa ou congêneres</b> | Sim  |
| <b>Nome da disciplina</b>                                     | Aspectos Éticos e Legais da Informação   |
| <b>Obrigatória</b>  | Não  |
| <b>Nível</b>  | Mestrado Acadêmico   |
| <b>Data de início</b>   | 02/04/2019   |
| <b>Ementa</b>   | O saber sobre a informação como direito humano que se configura no contemporâneo como essencial para o acesso aos demais bens sociais supõe diferentes aportes, recortes, abordagens e aspectos sociológicos, axiológicos e deontológicos em que |

|  |   |
|--|---|
|  | <p>se cruzam indagações e possibilidade atendimento a suas demandas a partir de vários campos do conhecimento. <u>A problematização ética da questão do acesso informacional, nos lugares de informação e memória e nos fazeres profissionais de produção e mediação para o uso da informação realçam o direito à prestação informacional tanto como fato social, valor - público ou privado – quanto como objeto de normas.</u> O estatuto da questão informacional abordado como um direito no nível nacional e internacional – incluindo <u>as novas questões ético-legais advindas dos processos históricos e transformações dos dispositivos sócio-técnicos.</u></p> |
|--|---|

| UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)                        |   |
|--|---|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>             | Ciência da Informação   |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>       | 4   |
| <b>Disciplina sobre integridade em pesquisa ou congênere</b> | Sim   |
| <b>Nome da disciplina</b>                                    | Aspectos éticos e legais da informação  |
| <b>Obrigatória</b>   | Não   |
| <b>Nível</b>   | Mestrado e Doutorado Acadêmicos   |
| <b>Data de início</b>  | 02/01/2015  |
| <b>Ementa</b>  | <p>O saber sobre a informação como um dos direitos humanos supõe diferentes aportes, recortes e abordagens em função dos aspectos sociológicos, axiológicos e deontológicos realçados pelas indagações de vários campos do conhecimento. <u>A problematização ética da questão do acesso informacional, nos lugares de informação e memória e nos fazeres profissionais de produção e mediação para o uso destacando-se os aspectos da mesma, tanto como fato social, como valor - público ou privado – quanto como objeto de normas.</u> O estatuto da questão</p> |

|  |  |
|--|--|
|  | informacional abordado como um direito no nível nacional e internacional – <u>incluindo as questões ético-legais colocadas pelas transformações nos dispositivos sócio-técnicos.</u> |
|--|--|

| UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)                         |   |
|---|---|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>              | Ciência da Informação   |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>        | 4   |
| <b>Disciplina sobre integridade em pesquisa ou congêneres</b> | Sim   |
| <b>Nome da disciplina</b>                                     | Comunicação científica em redes eletrônicas   |
| <b>Obrigatória</b>  | Não   |
| <b>Nível</b>  | Mestrado e Doutorado Acadêmicos   |
| <b>Data de início</b>   | 02/01/2015  |
| <b>Ementa</b>   | <p>A centralidade do processo de comunicação para a pesquisa científica suscita o exame das mudanças que repercutem de modo diferenciado nos campos do conhecimento científico. As rápidas alterações provocadas pelo advento das novas tecnologias de informação impõem o aprofundamento de estudos sobre: a) os papéis dos atores da cadeia de comunicação, intermediários entre o autor e o leitor; b) as modificações dos canais informais e formais, com ênfase no periódico científico; c) o sistema de publicação digital com impacto nas práticas da leitura e manipulação do texto acadêmico pelos cientistas; d) o fluxo da comunicação da informação.</p> <p>Considerando a dimensão política - incluindo a geopolítica - abrangendo a <u>produção, disseminação e circulação da informação científica, destacam-se as dimensões legais, éticas e de integridade da pesquisa científica.</u></p> |

| <b>UNIVERSIDADE FUMEC (FUMEC)</b>                             |   |
|---|---|
| <b>Nome do Programa em Ciência da Informação</b>              | Tecnologia da Informação e Comunicação e Gestão do Conhecimento |
| <b>CAPES - Conceito Avaliação Quadrienal 2017-2020</b>        | 4   |
| <b>Disciplina sobre integridade em pesquisa ou congêneres</b> | Não   |
| <b>Nome da disciplina</b>                                     | -   |
| <b>Obrigatória</b>  | -   |
| <b>Nível</b>  | -   |
| <b>Data de início</b>   | -   |
| <b>Ementa</b>   | -   |